

cadernos do

terceiro mundo

**ORTEGA
EXCLUSIVO**

Mensal • Abril 1985 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cr\$ 4.000 • Ano VIII • Nº 76

BRASIL



ENTRE A ESPERANÇA E A CRISE

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

Ao Serviço da Reconstrução Nacional



Brasil: os sobressaltos da transição

Depois de esperar quase 21 anos pelo fim do regime militar, os brasileiros foram obrigados a conter mais uma vez as comemorações destinadas a saudar o regresso de um civil à presidência da República. Horas antes de tomar posse, o presidente eleito Tancredo Neves foi submetido a uma operação de emergência e não pôde receber a faixa presidencial. No momento em que encerramos esta edição, o presidente Tancredo Neves lenta e dramaticamente agoniza no leito de um hospital, em S. Paulo. No lugar dele, assumiu a chefia do governo o vice-presidente José Sarney, um político conservador que durante anos foi o presidente do Partido Democrático Social (PDS), criado pelos militares para apoiar a ditadura.

A doença de Tancredo foi um balde de água fria nos milhões de brasileiros que esperavam ansiosamente uma aceleração do processo de redemocratização. De repente todos descobriram que as esperanças estavam concentradas num único homem. E quando a saúde desse homem se mostrou frágil, as dúvidas e incertezas tomaram conta de quase toda a população brasileira. A vulnerabilidade da transição do autoritarismo para um regime civil dominado pelas elites

políticas tradicionais saltou à vista da opinião pública, tornando incerto o futuro da democracia no país.

Além da reportagem de capa sobre o Brasil, o outro assunto em destaque nesta edição é uma entrevista exclusiva com o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega. Recomendamos também a leitura do especial deste número, a Colômbia após o acordo entre o governo e os diferentes grupos guerrilheiros. Um acordo considerado como um dos gestos mais audazes da história política latino-americana.

Finalmente, uma boa notícia para os nossos leitores: a partir deste número, volta a circular a edição de *cadernos* para a região do Rio da Prata, após uma interrupção de 10 anos provocada por proibições políticas. Assim, passamos a ter quatro edições simultâneas: duas em português (Brasil, Portugal e África de língua portuguesa) e duas em espanhol (região do Rio da Prata e México).

Para nós, a nova edição em espanhol tem um significado muito especial, porque foi em Buenos Aires, em 1974, que *cadernos do terceiro mundo* foi fundado. E também porque o nosso regresso é uma consequência dos avanços democráticos registados na Argentina e no Uruguai.

• BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro

• BIÉ
Livreria 11 de Fevereiro

• CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé

• CALULO
Livreria 17 de Setembro

• DONDO
Livreria 2 de Março

• GANDA
Livreria 1.ª de Maio

• HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado

• HUILA
Livreria 27 de Março

• K. KUBANGO
Livreria Kilamba

• KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro

• KUANZA-SUL
Livreria Anibal de Melo

• LOBITO
Livreria 11 de Novembro

• LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro

• LUNDA-NORTE
Posto de Venda

• LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues

• MALANGE
Livreria 1.ª de Agosto
Quiosque N'Dongo

• MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro

• NAMIBE
Livreria Lutulima

• NEGAGE
Livreria Saïdy Mingas

• SOYO
Livreria Lundogi

• UÍGE
Livreria 10 de Dezembro

• ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 - Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

6 Cartas

9 **Panorama Tricontinental**

15 Editorial — *Velha ordem do pós-guerra versus nova ordem econômica*

Materia de capa — Brasil: Entre a esperança e a crise

18 A transição, *Neiva Moreira*

21 Faoro: "Constituinte, já"

29 O novo papel dos militares, *René Dreifuss*

35 A encruzilhada econômica, *Ladislau Dowbor*

África

39 Camarões: As tensões dentro do governo Biya, *Carlos Castilho*

44 África do Sul: A luta dos mineiros negros

América Latina

48 Nicarágua: A dívida ameaça a democracia

53 A experiência sandinista, *Claudia Neiva*

57 Uruguai: O país reencontra a sua identidade, *Beatriz Bissio*

Médio Oriente

62 Em busca da negociação

Ásia

64 Índia: Bhopal: lições de uma tragédia, *Claude Alvares*

Cultura

72 A chantagem dos dólares, *Guiomar Belo Marques*

75 Notas

Comunicação

76 Um novo modelo de feminilidade islâmica, *Fátima Mernissi*

82 Notas

Especial

85 Colômbia: Relatório sobre o processo de paz, *Horacio Verbitsky*

86 **Humor**



Biya: tensões no governo



Ortega: unir os devedores



Bhopal: os culpados da catástrofe



Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora Lda.
Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1º
1200 Lisboa - tel.: 320650/320751
Redacção e Publicidade:
Rua das Salgadeiras, 36-2º E
1200 Lisboa - tel.: 363804/372715
telex 42720 CTM TE P

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Guomar Belo Marques

Revisão
Estevam Reis
Raul Gonçalves

Paginação
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas, Miguel Efe

Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo

Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo

Impressão
Gráfica Europam
Representantes
Angola

Luis Henriques, C. P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL
Director e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva
Secretário de Redacção
José C. Gondim

Revisão
Cláudia Guimarães
Documentação e Arquivo
Lidia Freitas

Eunice H. Senna
Composição
Ronaldo Fonseca
Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos

Macário Costa
Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Telex: (011) - 23059
Horacio Verbitsky
Uruguay, 560/59/55
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Mattu
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP. 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registo na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registo no INPI nº 013.539
Registo no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS
Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerónimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal 20 572
México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA
(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios
y Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Teléfono: 724-712

Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO
Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Beffrage
Apartado Postal 20.572 b - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora
Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111,
Luanda. BELIZE: Cathedral Book Centre,
Belize City. BOLÍVIA: Teonolobros S. R. L.,
Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL:
Fernando Chinaglia S. A., rua Tendo de
Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE:
Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de
Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books
and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto -
The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St.
West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones In-
ternacionales, Carrera 30 No. 2313, Bogotá.
COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo,
Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José.
CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 205,
Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Ci-
dova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYO
de Publicaciones, Av. Colombia 248, of.
205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 511-
590, Reg. Sendip Pex. 1258. EL SALVA-
DOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle
Poniente 1030, San Salvador - El Quijote,
Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS
UNIDOS: Guild News Agency, 1115 N. Ar-
mitage Ave., Chicago, Illinois - New World
Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Dis-
cigo, Illinois - Librería Las Américas, 152
East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 -
Third World Books, 100 Worcester St., Bos-
ton, Mass 02118 - Librería del Pueblo,
2121 St. New Orleans, LA 70130 - Paper
Booksellers, 2915 Broadway at 116 St.,
New York, N. Y. 10025 - Tom Moore
Bookstore, 2595 Folsom Street, San Fran-
cisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia
St., San Francisco, CA - Red and Blue,
4736 University Way, Seattle - Grosvenor
Bookstore, U. C. S. D. Student Center 9-012,
La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays et
Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des
Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: La-
tin American Book Shop, 29 Islington Hill
Street, London. GUINÉ-BISSAU: Depar-
tamento de Edição-Difusão do Livro e Das
Condições da Cultura. HOLANDA:
Atheneum Boekhandel, Spui 14-16, Amster-
dam. HONDURAS: Librería Universitaria
"José Trinidad Reyes", Universidad Auto-
noma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA:
Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 99/100,
Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Ro-
ma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4A Ro-
ma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma -
Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MEXI-
CO: Unión de Expendedores y Voceros de
Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. -
Distribuidora Sayrol de Publicaciones,
S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12,
D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pe-
sado No. 128, México 12, D. F. - Mexicana
de Publicaciones, Librería de Cris y
100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE:
Instituto do Livro e do Dia, Av. Ho Chi Minh
103, Maputo. NICARÁGUA:
IMELSA, A. P., nº 2705, Managua. NIQUÍ-
QUA: PANAMÁ: Librería Cultural Panamá,
S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Di-
tribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1.
PORTO RICO: Librerías La Terrella, Anselmo
Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Per-
samiento Crítico, P. O. Box 29918, Edin-
gton, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA
DOMINICANA: Centro de Estudios
de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41,
Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Av.
Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA
FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien
und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 28001
Freem. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de
Informação e Cultura Popular, SUECIA:
Wenngren-Williams AB, S-10425, Sjö-
holm. VENEZUELA: Publicaciones Españ-
olas, S. A., Ave. México Lachosa e Pta. Brava,
Caracas.

PORTUGAL: CDL, Central Distribuidora Li-
vreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º - Dt.º
1000 LISBOA • Portugal
telef. 73 11 23 / 73 13 23 / 73 14 23
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estadais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da

COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada

Clube de amijos

(...) Coordenamos aqui no INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) pesquisas sobre celulose e carvão vegetal com madeiras nativas e exóticas do trópico amazônico brasileiro. Gostaríamos de trocar experiências e fazer um intercâmbio neste campo com os colegas do Terceiro Mundo, especialmente os de língua portuguesa.

Antônio de Azevedo Corrêa - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Estrada do Aleixo, 1756 - Manaus - AM - Brasil

Os Armênios

(...) Sou um latino-americano, nascido na cidade de Montevideo - Uruguai, que actualmente vive em São Paulo. Nas ocasiões em que tive oportunidade de ler *cadernos*, fiquei gratamente surpreendido com o nível e qualidade do conteúdo dessa revista. Quero aproveitar este momento para fazer um pedido: gostaria muito que fosse publicada alguma reportagem referente à história, vida e cultura do povo armênio (povo que foi vítima do segundo maior genocídio do século). Acredito que estas páginas tristes da história da humanidade ajudarão muitas pessoas a compreender melhor o significado da palavra "fé". Sigam sempre "adelante". Vocês levam não apenas cultura, como também esperança a muitos leitores que desejam viver algum dia num mundo sem injustiças sociais.

Daniel Marx Guédiguian - Santo André - SP - Brasil

Intercâmbio

- *Dirnei de Paula André*
Rua Vivaldino Maciel, 146 - Santana do Livramento - RS - CEP: 97.570 - Brasil
- *Diogo das Dores*
Travessa do Douro, casa 10 - Bairro Comandante Nelito Soares
Luanda - Angola
- *Sebastião Vera Cruz*
Rua dos Gusmões, 568 - ap. 58
Centro - São Paulo SP - CEP: 01.212 - Brasil
- *Bernardita Astorga Sepúlveda*
Casilla 356 - Correo Central
Valparaíso - Chile
- *Héctor F. Fernández*

6 - terceiro mundo

Uma longa reportagem sobre os armênios foi publicada por cadernos do terceiro mundo, no número 56, Setembro/83.

Estender a cobertura de "cadernos"

(...) Além de aproveitar esta oportunidade para vos saudar, quero aqui deixar igualmente a minha crítica. O Terceiro Mundo é muito vasto e tão desconhecido, que existem alguns países sobre os quais *cadernos* não tem publicado matérias. Gostaria que fossem em breve assunto da vossa revista países como o Níger e Togo e gostaria de ver uma reportagem sobre a actual situação da Frente Polisário em relação à aliança líbio-marroquina.
Rogério Correia - Ferrairas - Portugal

Opinião de uma estudante

(...) Achei maravilhosa a proposta dessa revista de mostrar a situação sócio-político-econômica dos países do Terceiro Mundo. Sem dúvida, o seu valor para estudo é muito grande, especialmente para nós, estudantes.

(...) A forma dinâmica como os diversos assuntos são abordados também merece elogio, pois a clareza e objectividade são as características das melhores reportagens.

Marisa H. Ferreira - Sorocaba - SP - Brasil

O problema da terra

O homem brasileiro sabe o que é a terra devoluta, ou seja, a mata virgem

que Deus deu de graça a todos. No momento actual, a gente pergunta: mas onde estão essas terras? Nas mãos de quem estão?

(...) Hoje, após 17 anos de vigência do famoso estatuto da terra, constatamos que quase nada foi feito para modificar a estrutura agrária do Brasil. A desapropriação de terra por interesse social, a qual consta na Emenda Constitucional nº 10 da Carta Magna, ao invés de beneficiar os pequenos camponeses, agravou o problema da concentração da propriedade, que termina indo sempre para a mão dos grandes latifundiários. Em decorrência disso, expandiu-se o êxodo rural, com a expulsão em massa de colonos, agregados e assalariados das fazendas, além de se terem multiplicado os conflitos armados e os assassinatos no campo.

(...) Quanto à participação do capital estrangeiro no processo de concentração de terra, mesmo não havendo um levantamento completo, sabemos que essas empresas transnacionais não adquirem menos de 40 hectares, e algumas ultrapassam um milhão, como a Volkswagen, com cinco milhões de hectares. (Dados do CPTI de 1980).

(...) O sr. Delfim Netto ainda tem a coragem de se pronunciar abertamente contra a reforma agrária no artigo no Mundo Econômico, nº 10, de 1967, sob o título de "Agricultura e Desenvolvimento", dizendo que o Brasil não precisava de nenhuma revolução agrícola!

Francisca Santos - Itapuranga - GO - Brasil

Casilla de Correo 13.030

Distrito 3 - Montevideo - Uruguai

● *Oscar Luis Rebello Cardoso*

C. P. 89 - Benguela - Angola

● *Antonio Amaral Flinco*

Avenida Imperador, 45 - Vila Rio Branco - São Paulo - SP

CEP: 03.745 - Brasil

● *Carlos Duarte*

Rua Riachuelo, 948 - ap. 801

Centro - Porto Alegre - RS

CEP: 90.000 - Brasil

● *Guilherme da Cunha Fino*

C. P. 665 - Luanda - Angola

● *Reginaldo Gil Braga*

Rua Carlos Gomes, 80 - ap. 504

Porto Alegre - RS - CEP: 90.000

Brasil

● *Eduardo José Gomes Pimentel*

Rua Jerusalém, 190 - Bairro Glória

Belo Horizonte - MG - CEP: 30.000

Brasil

● *Dolores Maria Reis*

Rua Liberato Salzano, 440

440 - Cândido Godói - RS

CEP: 98.970 - Brasil

● *M'nguito Fernando*

a/c de João Antônio Teixeira

2º Sector Aviação dos C. T. A.

Estação Postal Central - Luanda

Angola

● *Marisa Helena Ferreira*

Rua Celina Stela Lorradi Beu, 112

Sorocaba - SP - CEP: 18.100 - Brasil

● *Antônio Mário Brandão*

Rua Vítor José Fernandes, 300

Bairro Novo - Olinda - PE

CEP: 53.000 - Brasil

Panorama Tricontinental



**O CONTACTO DIRECTO COM O MERCADO
O SERVIÇO COMERCIAL DE QUALIDADE
O RIGOR TÉCNICO
E UMA SÓLIDA EXPERIÊNCIA,**

SÃO A BASE DO NOSSO TRABALHO



ETEI COMÉRCIO INTERNACIONAL, SARL

Av. Miguel Bombarda, 133 5.º E 1000 LISBOA

Tel. 548095 - 570574 - 540433 Telex 15594 ETEI - P

MOÇAMBIQUE

Av. Samora Machel, 11-4.º (Prédio Fonte Azul)
CP 2906 MAPUTO R. P. MOÇAMBIQUE
Telex 6133 SISMT MO

ANGOLA

R. Amílcar Cabral, 110-1.º Salas 118/119
CP 3253 LUANDA Tel. 36735 R. P. Angola
Telex 4177 ETEI AN



CIPRO

Desenvolver é preciso.

Consultores internacionais em projectos de desenvolvimento,
somos 80 profissionais:

Arquitectos, Economistas, Engenheiros, Geógrafos, Sociólogos e outros Técnicos.
Constituímos a Cipro há 10 anos.

Trabalhamos em Angola com a Emprojetos, U. E. E. e em Cabo Verde.

Orgulhamo-nos de possuir vários prémios:

- PRÉMIO VALMOR 81
 - PRÉMIO DE ARQUITECTURA E URBANISMO DOS CADERNOS MUNICIPAIS - CATEGORIA A
- PLANO DIRECTOR DE ÉVORA
PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES DE ÉVORA

Somos a Cipro, em Portugal, com um lema:

Desenvolver é preciso.

Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19-9 - 1000 Lisboa-Portugal
Telefs. 65 70 41 / 84 / 5 - 65 46 74 - Telex 15038 CIPRO P



CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, SARL

RASD recebe grande apoio internacional

Dezesseis países da América Latina mantêm já relações diplomáticas com a República Árabe Sarauí Democrática, sendo esse o continente — depois da África — com maiores vínculos normais com o Estado criado pelo Frente Polisário em Fevereiro de 1976. Até ao momento, trinta nações africanas reconhecem a RASD, o que tornou possível, pelo sistema de maioria simples, a sua admissão como membro pleno da Organização da Unidade Africana (OUA), integrada por 51 países.

Chadli (na foto) ofereceu o seu país para sede de uma conferência sobre o Maghreb que discuta também os problemas da RASD

Actualmente, são 61 o número de governos que reconheceram o Estado sarauí: além dos mencionados na África e América Latina, devem-se acrescentar oito países asiáticos, seis do Pacífico sul e um Estado europeu, a Jugoslávia. Porém, a presença



oficial do governo sarauí, continua fraca a nível do mundo árabe, ao qual pertence, e na Europa, tanto capitalista como socialista.

O nono aniversário da RASD confirma que aumenta o apoio diplomático que recebe, enquanto a nível internacional se continua a procurar soluções para o seu conflito com Marrocos.

O presidente argelino Bendjedid Chadli ofereceu o seu país para sede de uma conferência de mandatários do Maghreb, que tem sido promovida pela Tunísia, mas "com a condição que o povo sarauí esteja representado", o que ainda não foi aceite por todos os eventuais participantes e continua a ser rejeitado pelo rei Hassan de Marrocos. O governo de Argel apoia há dez anos a Frente Polisário, através de ajuda económica, política e militar, mas alega que isso não significa uma posição de hostilidade para com Marrocos, com o qual deseja manter relações normais.

Os observadores consideram que esta orientação da diplomacia argelina tem conseguido bons resultados com o Egipto e a Jordânia nos últimos meses. Tanto o governo do Cairo como o de Amman estariam actualmente muito mais sensíveis à posição argelina de reconhecimento da República Árabe Sarauí Democrática. O Egipto não descarta a possibilidade de que uma delegação da RASD possa ser convidada a participar da próxima reunião do *beaureux* do Movimento dos Países Não-Alinhados, presidido pela Índia.

Calcula-se também que Nova Déli poderia anunciar o reconhecimento da RASD coincidindo com a visita à Argélia em data próxima do primeiro-ministro Rajiv Ghandi.



Zimbabwe: adiadas as eleições gerais

□ O governo do primeiro-ministro Robert Mugabe adiou para Junho ou Julho as eleições gerais inicialmente previstas para Março e que renovarão o parlamento de 100 membros instalados logo após a independência, em 1980. O principal motivo do adiamento foram as dificuldades para registar e organizar as listas eleitorais dos quase quatro milhões de cidadãos aptos para votar.

Apesar do novo prazo, é tida como certa a vitória do partido ZANU, que já detém actualmente 57 lugares no parlamento. Segundo os últimos prognósticos, o partido de Mugabe poderá ganhar no mínimo mais sete lugares, o que representará cerca de 80% dos votos dos eleitores ne-

gros do país. O principal partido de oposição, a ZAPU, liderado por N'Komo deverá ficar no máximo com 16 deputados, enquanto os demais pequenos partidos deixarão de ter representação parlamentar.

Os cem mil brancos do Zimbabwe, apesar de constituírem apenas 1,4% da população têm 20 lugares no parlamento (20% do total), conforme ficou estabelecido nos Acordos de Lancaster House através dos quais a Grã-Bretanha reconheceu a independência da sua ex-colónia Rodésia. A tendência entre os eleitores brancos é a queda do prestígio do ultra conservador Ian Smith (ex-primeiro-ministro que tentou a proclamação unilateral da independência do país em

Timor Leste: bispo de Dili revela mais um massacre

Monsenhor Carlos Ximenes, bispo de Dili, acusou o exército indonésio de ter assassinado, em Agosto do ano passado, 84 homens, mulheres e crianças no decurso de uma operação de "segurança".

O bispo de Dili afirmou que o massacre aconteceu após um ataque das FALINTIL, organização armada da FRETILIN, contra um destacamento de engenharia do exército indonésio que provocou 16 mortos nas fileiras dos invasores. Monsenhor Ximenes Belo disse ter recebido dos habitantes de Vila Claras, local onde se deu o massacre, no distrito leste de Viqueque, uma lista de vítimas que incluía nomes de crianças da

escola da povoação.

O governador de Timor Leste, designado pelas autoridades de ocupação indonésias, Mário Carrascalão, negou o massacre denunciado pelo bispo de Dili.

A guerra em Timor Leste causou desde a invasão indonésia, verificada em Dezembro de 1975, cerca de 200 mil mortos, o que representa mais de um terço da população desta antiga colónia portuguesa na Oceania. Por outro lado, segundo revelaram a *cadernos* dirigentes da FRETILIN (ver edição de Dezembro de 84), círculos militares de Jacarta admitem que os guerrilheiros das FALINTIL já provocaram cerca de 20 mil baixas no exército do regime de Suharto durante os nove anos de guerra.

1965 para instalar um regime racista) e um fortalecimento dos independentes de centro-direita favoráveis a um diálogo com o governo da maioria negra.

Mugabe já deixou claro que a ZAPU conseguirá mais de 80% dos votos do eleitorado africano e vai considerar este resultado como um apoio claro ao plano de mudar os Acordos de Lancaster House para implantar o sistema de partido único. O governo tentará também até ao final de Maio conseguir que o parlamento altere o sistema eleitoral acabando com as listas de candidatos para implantar o voto distrital. Pela constituição em vigor, o primeiro-ministro Robert Mugabe pode prolongar o mandato dos actuais parlamentares por dois períodos sucessivos de seis meses. Assim, caso o sistema de voto distrital não seja implantado até Julho, o governo poderá adiar novamente as eleições para o segundo semestre.

O fortalecimento da ZANU ganhou maior expressão desde o começo do ano quando a economia do Zimbabwe apresentou uma rápida recuperação após três anos de seca. O prestígio de Mugabe tem também aumentado em consequência da sua política de redistribuição dos recursos nacionais por conta da actividade de grupos dissidentes da ZAPU, apoiados pela África do Sul e que deflagraram há quase dois anos uma campanha terrorista na província de Matabele. A onda de violências ameaçou deflagrar um confronto sangrento entre adeptos da ZANU e da ZAPU, mas Mugabe conseguiu até agora controlar a situação. Muitos dos políticos mais veteranos da ZAPU têm deixado o partido para se juntarem à ZANU no esforço de criar um partido único capaz de aglutinar todo o eleitorado africano na difícil batalha com a minoria branca que ainda controla quase 60% da economia do país.

Mais de dez milhões de refugiados no mundo



□ Chega a mais de dez milhões o número de refugiados no mundo. As mais altas taxas são registadas na Somália, Paquistão, México e França, segundo revelou Paul Hartling, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Este número tende a crescer enquanto se observam manifestações de xenofobia nos países que recebem refugiados assim como se constata também a violação do direito de asilo. O problema mais grave

apresenta-se na África, onde os maiores contingentes de refugiados se concentram nos países mais pobres da região, submersos em situações de fome por causa de conflitos armados e das violentas secas.

□ O México é o país que abriga o maior número de exilados na América Latina, com um total de 363 mil refugiados, segundo dados do ACNUR. No continente, ele é seguido pela Guatemala, 70 mil refugiados; Hondu-

ras, 39.500; Nicarágua, 18.500; Costa Rica, 16.900; Argentina, 11.500 e o Brasil, com 5.400.

O funcionário da ACNUR destacou que "o desrespeito ao direito de asilo é acompanhado de uma tendência, a de se fazer de surdo quando se fala de soluções". A ACNUR, com representação em 88 países, dirigiu aos governos duas reivindicações básicas relativamente aos refugiados: dar-lhes asilo político e um mínimo de protecção jurídica e física, e não os repatriar à força. «O regresso de um refugiado deve ser um acto voluntário, livre e individualmente decidido», apesar de admitir que o lugar onde ele será alojado "é uma decisão soberana de cada país". Durante 1984, o organismo das Nações Unidas recebeu um orçamento de 410 milhões de dólares, ao qual se somaram doações voluntárias de diversos países. A quantia prevista para este ano não chega a 430 milhões de dólares.

As maiores despesas serão feitas no Paquistão (61,8 milhões de dólares), Sudão (39,6), Somália (36,5) e Tailândia (25 milhões de dólares).

ANC e Swapo pedem embargo de petróleo contra a África do Sul

□ Numa conferência de imprensa realizada em Lusaka, Zâmbia, dois dirigentes dos movimentos de libertação da África do Sul e da Namíbia fizeram um apelo para um embargo internacional contra o regime de Pretória. Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), e Sam Nujoma, presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), exortaram a comunidade internacional a "deixar de aceitar a maquinaria bélica da África do Sul", convidando-a a "dar uma

genuína contribuição à paz na nossa região".

O comunicado conjunto declara que "o petróleo é um factor chave para o regime racista que ocupa ilegalmente a Namíbia e para manter o povo sul-africano num estado de terror, repressão e morte". Ambos os dirigentes lembraram que em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução aplicando um embargo petrolífero contra a África do Sul. No entanto, destacaram que Pretória continuou abastecendo-se

de *crude* com a assistência financeira, tecnológica e logística de governos e companhias internacionais ocidentais.

Em fins de Fevereiro passado, o regime de Pretória anunciou o descobrimento da sua primeira jazida de petróleo, mas tanto Tambo quanto Nujoma disseram que a África do Sul ainda é muito vulnerável a um embargo e que continuará dependendo de fontes externas para cobrir uma parte significativa das suas necessidades nesse campo.

O anúncio oficial de Pretória sobre o poço de petróleo indica que nas águas em frente ao litoral da Cidade do Cabo começaram a ser extraídos dois mil barris de *crude* leve e um milhão de metros cúbicos de gás por dia.

Haiti: Amnistia Internacional denuncia terror organizado

□ O regime ditatorial de Jean-Claude Duvalier selecciona os adversários mais influentes na opinião pública do Haiti para prendê-los, torturá-los ou matá-los. Conclusão a que chegou um relatório pormenorizado da Amnistia Internacional.

O documento informa que a polícia secreta e a milícia do presidente vitalício daquele país caribiano perseguem, sobretudo, jornalistas, dirigentes oposicionistas e sindicalistas, os quais são detidos e mantidos em prisão sem que as autoridades cumpram nenhum procedimento judicial. As detenções arbitrárias, a tortura e os homicídios eram, até 1977, praticadas indiscriminadamente. Mas a perseguição do regime tornou-se, desde então,

muito mais selectiva.

Segundo pôde comprovar a Amnistia Internacional, a partir dos casos analisados, os presos políticos são frequentemente mantidos incomunicáveis, quase sempre nus por longos períodos, "em celas escuras, sujas e húmidas no quartel Dessalines" de Porto Príncipe, a capital do Haiti. Alguns presos políticos permanecem durante anos nessas dependências da polícia secreta sem que as autoridades reconheçam a sua condição de presos. O relatório incluiu nomes de pessoas cuja prisão era conhecida e que depois desapareceram.

Num depoimento pormenorizado e frio sobre a sua participação nas violações aos direitos humanos, um ex-soldado e ex-

agentes policiais chegaram a admitir à Amnistia Internacional que estrangulavam presos políticos no quartel Dessalines e que os seus corpos eram posteriormente baleados e deixados em áreas de Porto Príncipe onde são registados altos índices de criminalidade.

Por sua vez, ex-integrantes da tristemente célebre milícia presidencial (chamada oficialmente "Voluntários da Segurança Nacional", porém mais conhecidos como *Tonton-Macoutes*) declararam que justificavam os homicídios políticos porque as vítimas tinham cometido actos de traição ou "falado mal do governo".

Jean-Claude Duvalier, presidente vitalício, chefe de Estado e de governo, chefe supremo das forças armadas, da polícia e dos Voluntários da Segurança Nacional, assumiu o poder em 1971 depois da morte de seu pai, também presidente vitalício.

MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO DE MATÉRIAS-PRIMAS E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE



Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES.

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO

Paquistão: Zia anuncia restabelecimento da democracia



Zia ul-Haq

No quadro de um inusitado clima de tranquilidade, os paquistaneses compareceram às urnas para eleger os 207 parlamentares da Assembleia Nacional e os membros das assembleias provinciais, nas primeiras eleições nacionais que se realizam desde que o presidente Mohammed Zia ul-Haq assumiu o poder por meio de um golpe de Estado em 1977.

Apesar do apelo à abstenção feito pelos 11 partidos de oposição, mais da metade dos 35 milhões de potenciais eleitores compareceu às urnas. Zia conseguiu uma confortável maioria na Assembleia Nacional, com base na qual anunciou a intenção de implementar medidas no sentido de restaurar a Constituição atualmente suspensa.

Embora não tenha precisado de uma data em que seria revogada a lei marcial que impera no país, o presidente do Paquistão declarou que "serão restabelecidas as instituições democráticas". Acrescentou que deverão ser in-

troduzidas emendas na actual Constituição destinadas a mudar o sistema de tipo parlamentar por uma presidência mais executiva.

Além dos problemas de ordem política, o Paquistão enfrenta outros não menos prementes. Um assunto chave é o económico, em consequência de uma queda vertiginosa da produção agropecuária e do sério défice orçamental. No plano inter-

nacional, a presença de mais de três milhões de refugiados afgãos que vivem em acampamentos ao longo da fronteira noroeste, de onde atacam o governo de Cabul, criou uma tensa situação que pode desestabilizar o regime de Zia.

Mas a maior parte dos problemas deriva dos projectos paquistaneses de adquirir armas nucleares. Nos primeiros dias de Março, um cidadão paquistanês foi detido nos Estados Unidos quando tentava tirar desse país material apropriado para dispositivos empregados em bombas nucleares. Levava também uma carta que o vinculava à Comissão de Energia Atômica do Paquistão. A possibilidade de que o regime de Islamabad seja capaz de fabricar armamento nuclear condiciona a ajuda económica e militar de 3,2 mil milhões de dólares que o governo norte-americano tem prevista para o presente ano. Em alguns círculos de Washington, considera-se que o Congresso pode opor-se à ajuda, ainda que a administração Reagan possa tentar convencê-lo de que vale a pena prestá-la a um leal aliado que está a dar os seus primeiros passos no caminho da democracia.

Fome: reunião de Genebra intensifica ajuda

Depois de uma conferência internacional sobre o problema da fome realizada na Suíça no começo de Março passado, funcionários da ONU admitiram que houve uma maior sensibilidade dos possíveis fornecedores de ajuda, mas o montante total de recursos ainda não havia alcançado, na época, a cifra de 1,5 mil milhões de dólares.

A conferência, que reuniu delegados dos países afectados pela fome na África e especialistas em

alimentação, discutiu medidas de curto e médio prazo para resolver o drama de milhões de pessoas desnutridas e à beira da morte por inanição. Foram decididas mudanças na orientação das prioridades de ajuda e no encaminhamento dos donativos às populações mais atingidas.

Muitos países ocidentais prometeram entregar dinheiro e alimentos, mas os funcionários da ONU evitam fazer estimativas mais precisas e alegam que é ne-

cessário distinguir entre doações antigas e novas ofertas. A Arábia Saudita, por exemplo, prometeu liberar 30 milhões de dólares em novos donativos. Mas a oferta norte-americana de fornecer 50% da ajuda alimentar necessária para impedir uma nova mortandade em África deixou algumas dúvidas sobre o que já havia sido prometido e o que é considerado contribuição adicional.

Entre os países do Terceiro Mundo que se comprometeram a dar ajuda aos africanos, estão a Índia, que ofereceu 100 mil toneladas de trigo, e Marrocos, que anunciou uma doação de 10 milhões de dólares.

Venezuela: "missionários" dos EUA extraem minérios ilegalmente

□ Missionários norte-americanos foram acusados de espionagem e contrabando de minerais estratégicos na vasta e quase inexplorada selva amazônica venezuelana. As denúncias foram apresentadas perante a Comissão de Energia e Minas da Câmara de Deputados de Caracas e referem-se à extração e saída ilegal de tântalo de vários pontos desse território por parte do grupo religioso, com sede

nos Estados Unidos, denominado "Novas Tribos".

O tântalo é um metal de alta densidade e resistência, utilizado fundamentalmente na indústria aeroespacial. Também é encontrado nessa região, em forma de óxido, um composto chamado tantalita, empregado pelos norte-americanos na fabricação dos circuitos eletrônicos dos aviões F-16. Esses modernos caça-bombardeiros são construídos pela

A ONU questiona as transnacionais na África Austral

A Comissão sobre empresas transnacionais das Nações Unidas realizará audiências públicas para denunciar as "más práticas" das grandes corporações na África do Sul e Namíbia. Pretende-se fazer com que essa iniciativa, prevista para o fim deste ano, coincida com o 25º aniversário da declaração sobre a independência dos países e povos colonizados.

Um comité *ad-hoc* de quatro membros tem estudado os detalhes para a realização dessas audiências, que serão feitas na sede do organismo internacional em Nova Iorque. Uma resolução aprovada pelo Conselho Económico e Social da ONU em 1982 estabeleceu que as audiências sobre as empresas transnacionais devem permitir identificar as medidas concretas que possam adoptar governos e organismos governamentais e não governamentais para erradicar o sistema

do *apartheid* aplicado pelo regime racista de Pretória.

Um relatório de dez páginas assinala que nessa comissão serão também examinadas, as tendências, volume e orientação das transnacionais de países ocidentais com grandes investimentos na África do Sul e Namíbia. Quatro temas centralizarão a atenção dos participantes:

— as actividades e operações das transnacionais para determinar o grau de sua contribuição à manutenção do *apartheid*;

— o seu papel nas áreas militar e de energia nuclear na África do Sul e Namíbia;

— o impacto sócio-económico da sua actividade em ambos os países;

— a exploração dos recursos da Namíbia através da ocupação ilegal de seu território por parte da África do Sul e, em particular, a entrega de concessões e licenças de mineração.

transnacional *General Dynamics* que, segundo as denúncias, financia, juntamente com a *Westinghouse*, os 139 integrantes da seita nas suas actividades no território da Venezuela. Conclusão a que chegou um relatório elaborado pelo capitão Antonio Marino Blanco, chefe militar venezuelano para o território amazônico.

A conexão entre a seita e as transnacionais também foi denunciada noutros países latino-americanos. Presentes em várias regiões virgens do continente, essas missões têm-se caracterizado mais pelos seus levantamentos topográficos e de exploração do subsolo do que pelo seu papel evangelizador. Em 1978, foram expulsas da Colômbia quando realizavam actividades parecidas junto com o "Instituto Lingüístico de Verão", do qual dependem. Essas missões haviam recebido autorização para plantar arroz numa determinada zona do país. Descobriu-se, depois, que, na verdade, pesquisavam a existência de silício e cobalto no local.

Segundo as denúncias apresentadas perante o parlamento venezuelano, os missionários tiraram do país o tântalo através de numerosos aeroportos que construíram na região. O tráfico é facilitado pela falta de vigilância na extensa zona, pelo facto de terem à disposição uma pequena frota de aviões de propriedade da *General Dynamics* e por contarem com maiores recursos logísticos em matéria de comunicação do que as próprias autoridades venezuelanas.

Como exemplo da falta de defesa dessa região amazônica, rica em minerais estratégicos, vale lembrar que há alguns anos foi encontrado no local um cidadão francês que realizava levantamentos topográficos do solo. Descobriu-se então que era o chefe do Gabinete de Energia Atômica da França e que não havia passado por nenhuma alfândega do país.

Velha ordem do pós-guerra versus nova ordem económica

Quarenta anos decorreram já desde que, no dia 8 de Maio de 1945, a II Guerra Mundial chegou ao fim. Com ela, desapareceu da história o sinistro espectro do nazi-fascismo disseminado pelas potências do Eixo. As últimas quatro décadas, assim como o presente e o futuro previsível, estariam marcados pela rivalidade global e mundial entre as potências aliadas vitoriosas, e, portanto, entre o capitalismo liberal e o socialismo.

O conflito teve como protagonistas as nações do Norte, mas a ordem mundial emergente naquelas condições condicionaria as possibilidades de desenvolvimento económico e as opções políticas dos países subdesenvolvidos do Sul. Por outras palavras, os centros de poder mundial projectar-se-iam decisivamente sobre a periferia. Mas, ao mesmo tempo, a rivalidade ideológica e geopolítica entre os dois sistemas vitoriosos — a bipolaridade Estados Unidos versus União Soviética — constituiria uma realidade dialéctica cheia de contradições, que não caberia imaginar no caso de uma guerra ganha por um grupo de nações identificadas com os mesmos interesses e com a mesma orientação ideológica.

Neste contexto, inseriram-se as lutas e aspirações dos povos do Terceiro Mundo pela sua libertação, entendida na sua mais ampla acepção, que une a independência política à autodeterminação e ao desenvolvimento económico.

Fazendo uma retrospectiva, salta à vista as vertiginosas transformações políticas ocorridas nestes 40 anos, diante de mudanças económicas lentas e desiguais que, em alguns casos, foram verdadeiros retrocessos. No conjunto, as nações subdesenvolvidas enfrentariam decepções e frustrações a nível económico. Com excepção dos países latino-americanos, há muito independentes, quase toda a África e grande parte da Ásia se encontravam, em 1945, subjugadas pelo colonialismo.

O rápido processo independentista que caracterizou, nesses dois continentes, os anos 50 e 60 foi a resposta a um complexo de factores, entre os quais se destacam: 1) a disputa Leste-Oeste e o conseqüente esforço dos blocos rivais em atrair para a sua esfera de influência os países do Sul; 2) a nova situação dos povos colonizados pelas potências derrotadas; 3) a vontade dos Estados Unidos, menos comprometidos que os seus aliados europeus com o colonialismo clássico, em penetrar economicamente nas possessões deles (este objectivo era dificultado ou mesmo totalmente impedido na medida em que a situação colonial implicava a sujeição à esfera económica da metrópole).

Assim como o espaço colonial estava obstruído, por definição, ao comércio e aos investimentos estrangeiros, a independência política acarretaria a abertura ao livre comércio, onde vence a lei do mais forte. Já que todas as nações da Europa estavam em ruínas quando a guerra acabou e os Estados Unidos tinham surgido como a primeiríssima potência mundial, era lógico que os seus políticos e empresários coincidisse com a União Soviética na necessidade de favorecer, cada um à sua maneira e com objectivos diferentes, a descolonização.

No final dos anos 60, o mapa político já se havia transfigurado. As colónias do tipo tradicional só existem hoje em dia nalgumas pequenas ilhas e pequenos territórios, que constituem uma ínfima parte da superfície e da população do planeta. Este processo linear não encontra correspondência no ziguezagueante caminhar da economia nos países do Terceiro Mundo, onde vivem dois-terços da população mundial.

Desde os primeiros anos do pós-guerra, o poderio produtivo dos Estados Unidos não parou de se consolidar, enquanto a Europa ocidental e o Japão

usufruíam das delícias daquilo que na época se chamou "milagre económico". Por sua vez, os países socialistas rivalizavam com as nações capitalistas em maior fase de expansão — Japão e Alemanha Federal — na obtenção das taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) mais altas do mundo. Isto quer dizer que, no Norte, tanto os vencedores como os vencidos, capitalistas e socialistas — ou seja, todos —, conheceram a expansão e o desenvolvimento harmonioso das suas economias.

No Terceiro Mundo, o crescimento económico continuou vinculado, como há séculos aos preços de matérias-primas cujos mercados os países produtores não controlavam — nem controlam. Isto significa que quando a procura dos centros industriais é grande, o volume de vendas e os preços dos produtos básicos aumentam. Por outro, quando a oferta é grande as cotações caem, às vezes catastroficamente, juntamente com o volume de negócios.

Estas oscilações ocorrem no contexto do intercâmbio desigual crónico que marca a ferro e fogo as relações entre os países produtores de matéria-prima e as nações industrializadas que as consomem. Os produtos manufacturados têm um alto valor adicional — tanto pelo trabalho operário como pela remuneração do capital — e são trocados no comércio mundial por matérias-primas de valor adicional muito baixo.

Assim, a capacidade de compra de uma tonelada de cereais, ou de sisal cai constantemente em relação aos automóveis, armas ou equipamentos que são comprados com aquelas exportações. Desta forma, as nações industrializadas contam com a plataforma para um crescimento autocentralizado e contínuo, só afectado pelas crises periódicas.

As economias periféricas, por sua vez, mesmo nos anos de aumento das suas exportações, não conseguem obter do comércio internacional um excedente suficiente para o seu desenvolvimento industrial, que possibilitem um crescimento harmonioso. Desde o pós-guerra até aos nossos dias, o Terceiro Mundo conheceu ciclos de relativa bonança, assim como de crise. Mas, neste longo período, não conseguiu o fundamental: modificar a sua situação de fornecedor

de matérias-primas, com o subdesenvolvimento e a dependência económica consequentes. Isto significa que tanto os países latino-americanos que alcançaram a independência política nos princípios do século passado, como os africanos e asiáticos que a conseguiram há poucos anos, vivem ainda sob o colonialismo económico ou, pelo menos, sob uma forte dependência externa. Há, naturalmente, diferenças importantes no vasto e colorido leque terceiro-mundista. Há um grupo de países de independência recente que praticamente deixaram intactos os seus vínculos com as metrópoles e as novas empresas (norte-americanas e de outras potências capitalistas) estabelecidas para explorar as suas riquezas primárias. Nestes países, a reduzida burguesia local, geralmente corrupta, aliou-se aos estrangeiros e conseguiu enriquecer. Esse fenómeno teve como consequência uma modernização dos principais centros urbanos, acompanhada da introdução de hábitos e consumos copiados das classes mais ricas dos países do Ocidente.

A drenagem de recursos para essa modernização e a manutenção do nível de vida da alta burguesia mediante importações, implicou na ausência de recursos para o interior do país, a miséria das massas camponesas e o seu êxodo em direcção às cidades, onde lhes espera um destino de mão-de-obra subempregada ou, simplesmente, o desemprego.

No extremo oposto, um grupo de países empreendeu o caminho da libertação, incluindo o estabelecimento de relações diversificadas Leste-Oeste. Essa alternativa permite, entre outras coisas, generalizar o acesso à educação e à saúde — isto é, a distribuição equitativa dos recursos disponíveis — e solucionar, portanto, problemas fundamentais.

Mas o desenvolvimento económico requer também capital e tecnologia, que as economias subdesenvolvidas só poderiam obter se conseguissem grandes excedentes provenientes do comércio internacional. A falta deles gera um círculo vicioso que só pode ser quebrado com sacrifícios ao longo de muitos anos. Alguns países pareceram escapar à dura lei do intercâmbio desigual. Trata-se dos países

portadores de petróleo membros da OPEP, que em 1973 conseguiram assumir o controlo do mercado de *crude* e, portanto, fixarem eles mesmos os preços do produto.

Foi a única experiência conhecida até hoje no sentido de inverter a deterioração dos termos de intercâmbio. Os preços do petróleo cresceram a tal ponto que as mesmas quantidades do produto passaram a ter um maior poder de compra em relação aos manufacturados, para não falar das outras matérias-primas. As circunstâncias que envolvem o comércio do petróleo são excepcionais e o modelo da OPEP é virtualmente impossível de ser copiado por outras associações de produtores. Mas, além disso, nos últimos anos a organização perdeu o controlo do mercado, devido a uma complexa conjugação de factores (ver Editorial, *cadernos* nº 75) e os preços acabaram por cair. Os observadores interrogam-se, portanto, acerca do futuro da OPEP.

O atraso e a dependência dos países do Terceiro Mundo fizeram com que a crise recessiva mundial iniciada no começo desta década os atingisse com uma violência inusitada. Significou um retrocesso marcante, expresso nas quedas dos Produtos Nacionais Brutos, das exportações e importações e no aumento exorbitante da dívida externa.

Esta é a mais longa e profunda recessão desde o pós-guerra, pôs a descoberto os males da dependência que descrevemos, assim como os laboriosos "cantos de sereia" emitidos pelos centros capitalistas para a periferia.

Um relatório recente do Banco Mundial revela que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, que totalizavam 610 mil milhões de dólares em 1980, chegará à assombrosa cifra de 970 mil milhões de dólares no fim deste ano.

Impulsionada pelas altas taxas de juros nos Estados Unidos, a dívida incha desmesuradamente e consome enormes recursos das exportações só para pagar os juros.

A dívida foi contraída para financiar projectos de desenvolvimento através de créditos que os países terceiro-mundistas só poderiam obter no exterior. No início, o custo dos créditos parecia tolerável, mas o aumento dos tipos de juros encareceram rapidamente. O resultado é que, pela primeira

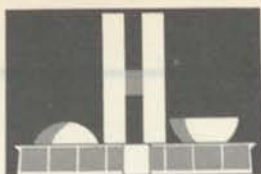
vez no ano passado — sempre segundo dados do Banco Mundial — o Terceiro Mundo pagou 92 mil milhões de dólares pelo serviço da dívida, e captou somente 85 mil milhões de dólares em forma de novos créditos, investimentos, cooperação e demais fluxos de capitais. Isto quer dizer que os países do Terceiro Mundo se defrontam agora com um défice crediário (de sete mil milhões de dólares em 1984), que implica ser o custo da sua dívida superior a todos os fluxos de capital que recebem. E, ao mesmo tempo, a dívida cresce e torna gigantesco um drama sem saída previsível.

Diante de tão grave situação, a comunidade internacional não tem nenhuma resposta. Na verdade, as soluções podem ser perfeitamente alcançadas e constam das propostas enumeradas pelo Movimento dos Países Não-Alinhados para estabelecer uma Nova Ordem Económica Internacional.

Seriam necessárias transferências de recursos e de tecnologia orientadas no sentido de atenuar o desequilíbrio mundial e de fornecer aos países pobres a possibilidade de saírem do subdesenvolvimento. Ficou conhecido por Diálogo Norte-Sul a tentativa de se fazer os países industrializados e os subdesenvolvidos chegarem a um acordo, sobre bases mínimas, para introduzir critérios de equidade nas relações económicas internacionais.

Até meados da década passada parecia possível superar a intransigência das potências industrializadas em fazer concessões, já que alguns países do Norte passaram a defender mudanças. Mas os "duros" impuseram-se e os acontecimentos posteriores (entre eles, a eleição e reeleição de Ronald Reagan) demonstraram a inutilidade de um diálogo, que na verdade nunca começou. Hoje, o quadro apresenta-se tão grave que, mesmo o Diálogo Norte-Sul não passando de uma mera ilusão, não há força sequer para se voltar a convocá-lo.

A chamada comunidade mundial, que teve a sua expressão institucional na criação das Nações Unidas e seus diversos organismos, quando as cinzas da II Guerra Mundial ainda estavam mornas, parece incapaz de encontrar paliativos para o maior drama do nosso tempo.



A transição

Os processos de transição, como o que vive o Brasil, são difíceis e complexos. Exigem muita firmeza mas, também, flexibilidade.

Os dois melhores exemplos de transições bem conduzidas são os da Espanha e do Uruguai. Em ambas, o fim

das ditaduras foi marcado por significativos avanços políticos, e no caso da Espanha, já mais consolidado, também económicos e sociais. Esses avanços deram aos respectivos povos a sensação de mudança.

No Brasil, esse processo de mudança foi, pelo menos temporariamente, interrompido pela doença do presidente Tancredo Neves. No entanto, antes mesmo que o presidente tivesse de abandonar a cena pública, já se delineavam sinais de que as classes e grupos que apoiaram e depois conduziram o regime autoritário não estavam decididos a renunciar ao controlo do país.

Talvez seja essa a marca mais evidente do complexo momento que vive o Brasil.

As condições do continuísmo

Negando-se habilmente a aceitar o processo do voto directo para a escolha do sucessor do general João Figueiredo, o núcleo do poder autoritário criou as condições do continuísmo. Não havia qualquer dúvida de que, emergindo de uma coligação oposicionista, em torno da qual, além do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) também reuniram outras forças, a candidatura de Tancredo Neves, pelas Directas, estaria de antemão vitoriosa.

A grande manobra do núcleo de poder da ditadura foi impedir as Directas e impor a existência de um Colégio Eleitoral, no qual pouco mais de seiscentos eleitores, de escassa representação popular, substituíram o eleitorado do país, que já se aproxima dos cinquenta milhões de votantes.

No momento em que a Câmara dos Deputados derrotou por duas escassas dezenas de votos, a

Os desafios da herança de duas décadas de arbítrio e repressão

aprovação da emenda constitucional que institua as eleições directas, o regime conseguiu um triunfo decisivo: retirava do povo para as mãos de uma pequena minoria de políticos a transcendente escolha daquele que deveria comandar a batalha pela conquista democrática.

Mas essa manobra foi ainda mais competente, embora eivada de uma marca de oportunismo: os mesmos sectores do partido governamental, o PDS (Partido Democrático Social), que com o seu voto levaram à derrota a emenda das Directas, romperam à última da hora, com o situacionismo e converteram-se, no Colégio Eleitoral, no factor decisivo da eleição de Tancredo Neves.

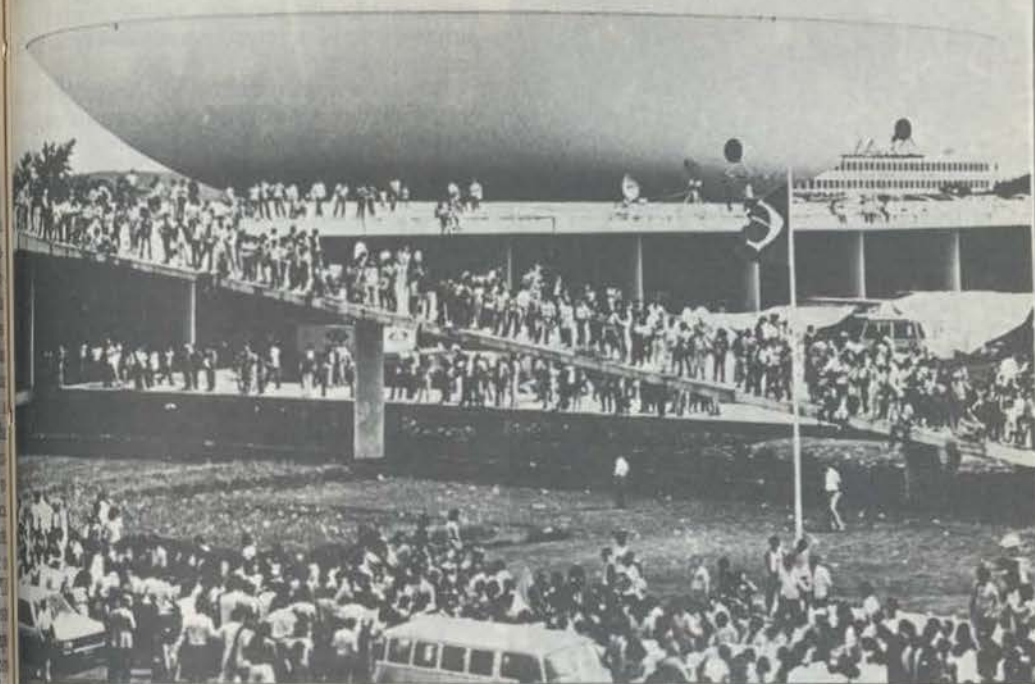
A autenticidade ameaçada

A partir desse momento, a transição teria de passar pelo crivo dessa dissidência e todo o projecto político de mudanças levantado pela oposição sofreria um progressivo processo de desidratação que modificou, na essência, a sua autenticidade.

Isso explica como, num passe de mágica, o presidente do PDS, José Sarney, que na véspera jurou fidelidade ao presidente João Figueiredo e comandava no Parlamento a batalha contra as Directas, ressurgiu como um dos líderes da redemocratização e candidato à vice-presidência na lista da oposição, juntamente com Tancredo Neves.

A candidatura do senador José Sarney, mais do que um projecto pessoal oportunista bem sucedido, representa a incrustação, no centro das decisões, de sectores políticos e económicos comprometidos com as concepções do regime anterior.

Mas esse não é um caso individual, senão que caracteriza todo um amplo espectro de adesões da mesma origem. A composição do governo, de contornos marcadamente conservador e continuísta, reflecte uma correlação de forças que poderia ser outra se a direcção do PMDB, apoiada num dos maiores movimentos populares da história brasileira, tivesse



A campanha das directas poderia ter tomado um outro rumo, se o PMDB tivesse agido de forma diferente para capitalizar a força desse enorme movimento popular

MARCO A. BARRON

do outro rumo à campanha das Directas.

O melhor conhecimento, hoje, da situação do regime autoritário no seu último período, permite concluir que o governo Figueiredo não estava em condições de resistir à mobilização nacional para a mudança do sistema de escolha do presidente.

O facto é que essa etapa passou à história e deve ser mencionada apenas como uma referência para a avaliação do que fazer hoje.

Como resultado de uma híbrida composição de forças políticas, que reuniu na mesma mesa, os perseguidores e os proscritos, os que impediram as eleições directas e os que lutaram por elas, os que sofreram a repressão e os que a apoiaram, os que entregaram as riquezas do Brasil ao estrangeiro e os que se opuseram a isso, era inevitável que o programa mínimo da oposição, exposto na plataforma eleitoral, não pudesse ser posto em prática, como o povo esperava.

Presença do FMI

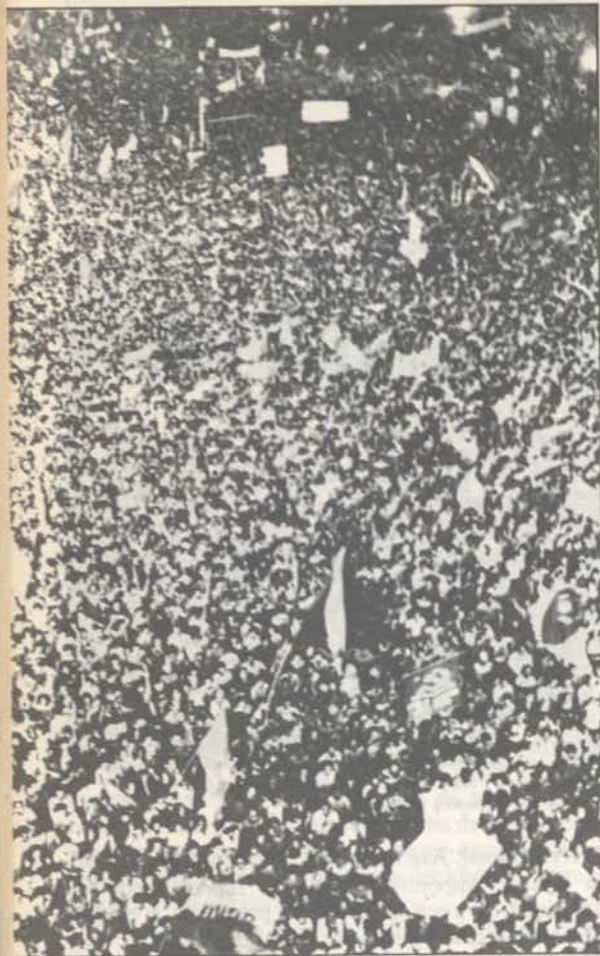
Esta realidade já se reflectiu nas primeiras medidas do novo governo, anunciadas no discurso preparado pelo presidente Tancredo Neves e que o vice-presidente leu aos ministros. O programa é recessivo e lembra muito o receituário do Fundo Monetário

Internacional. Até a sra. Jul, representante do FMI, já voltou, impondo critérios e repreendendo os funcionários recalcitrantes. O programa é evidentemente recessivo sem ter força para conter a inflação.

Embora seja difícil condenar a herança ditatorial na presença dos srs. José Sarney, Aureliano Chaves, António Carlos Magalhães, Marco Maciel e tantos outros expoentes do autoritarismo, o facto concreto é que vem do regime ditatorial a grande crise que vivemos. O levantamento de cifras feito pelo novo ministro do Planeamento, João Sayad é terrível.

Os défices são brutais. Oito mil milhões de cruzeiros no Orçamento Fiscal, 12 mil milhões nos gastos de custo das empresas estatais; oito mil milhões na Previdência Social e um desfasamento de nove mil milhões na previsão de financiamento da safra. Ao todo, 37 mil milhões de cruzeiros, ou seja, cerca de 7,4 mil milhões de dólares.

O corte nos gastos públicos de quase dois mil milhões do orçamento da República e as medidas complementares de congelamento de novos investimentos pelos bancos oficiais contribuíram para paralisar a vida económica e levar à falência não poucas empresas.



A composição do governo não atrai a mobilização do povo para os sacrifícios que seriam necessários

De onde vai o governo tirar esses imensos recursos? Dos grandes empresários não é de esperar. Eles são ministros, altos funcionários ou estão cobertos pelo apoio da dissidência do PDS (Frente Liberal), na qual quase todos militam. Do *superávit* da balança comercial, também não. Além de ser muito inferior ao que Delfim Netto prometeu ao FMI — 12,7 mil milhões de dólares —, o *superávit* está todo empenhado no pagamento de juros de uma dívida externa superior a 110 mil milhões de dólares.

Solução audaciosa

Os recursos rotineiros serão insuficientes para enfrentar este déficit colossal. As mágicas comuns ao regime anterior já não têm como ser repetidas e mais recessão não apenas só ampliará as áreas de fome, como aumentará a pressão do desespero social.

20 - terceiro mundo

A impressão mais justa que nos deixa este quadro é que não se trata de corrigir erros e deficiências de funcionamento do sistema capitalista, não contê-lo em algumas partes, substituí-lo em outras e sair para soluções audaciosas fora do figurino monetarista.

Isto seria impensável no interinato de José Sarney. Falta-lhe autoridade política para comandar uma mudança deste nível. Mas mesmo para Tancredo a situação não seria fácil. Os factores que edificaram pedra sobre pedra esse monstro que é hoje a economia do país estão aninhados nas entranhas da Nova República. E terão poder para dificultar, impedir ou sabotar qualquer política que vise modificar esse panorama.

Por outro lado, nada poderia ser feito sem a participação do país e a verdade é que a composição do governo, com excepções conhecidas, não atrai a mobilização do povo para uma imensidade de sacrifícios, já que não se tem a segurança das mudanças que as justifiquem.

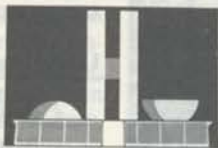
O mais certo é que as forças oposicionistas que lutaram pela mudança se reorganizem a curto prazo, se constatarem a frustração dos seus objectivos. As bases de uma nova oposição estão lançadas e elas poderão marcar o destino do país nas próximas consultas eleitorais.

A direcção do PMDB, tendo à frente o presidente Ulysses Guimarães, que tem desempenhado nestes episódios um papel importante e positivo, sabe disso e teme pagar a factura dessa frustração nacional. Tem consciência de que pode enfrentar a curto prazo uma dissidência de grande porte que se juntará a outras forças na constituição daquilo que se poderia chamar a Nova Oposição. Líderes partidários como Leonel Brizola, Luís Inácio da Silva (Lula) e outros terão um papel central nessa recomposição democrática.

Mas ela só alcançará os seus objectivos se as novas forças da sociedade brasileira — as comunidades de base, as associações de bairro ou de sectores de trabalho, os sindicatos, entidades das profissões liberais, a esquerda política, os jovens, as associações camponesas e outras — constituírem o núcleo desse imenso esforço de mobilização e participação.

O Brasil hoje é outro e, se os dirigentes políticos não o entenderem assim, estarão cometendo um erro grave. Com todas as suas carências e frustrações, o governo Tancredo Neves terá um papel importante nesta batalha: assegurar ao povo os espaços de liberdade para que ele possa traçar livremente os seus destinos, com maior clareza ideológica e coerência política.

Poderá fazê-lo? As opiniões que se seguem começam pela importante entrevista de Raymundo do Faoro, ajudarão no esclarecimento de um quadro político difícil e imprevisível. (Neiva Moreira)



Faoro: "Constituinte, já"

O ex-presidente da Organização dos Advogados do Brasil avalia a situação actual e conclui que a ditadura só acabará com uma Constituição, cujos redactores deverão ser eleitos na base "um homem-um voto"

Em 1975, os advogados brasileiros começaram a reagir contra a tortura e arbitrariedades cometidas pelos serviços de repressão do regime militar. Foi a primeira associação de profissionais liberais a articular-se na luta pela defesa dos direitos humanos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançou a expressão sociedade civil, criada por Jean Jacques Rousseau) um termo que passou a designar distintos sectores sociais, profissionais e políticos que discordavam abertamente do autoritarismo.

A tomada de posição dos advogados praticamente confundiu-se com a posição assumida meses mais tarde pelo presidente da OAB Raimundo Faoro, um gaúcho, que se autodefine como liberal (embora reconheça ser difícil caracterizar um liberal). No final da década de 70, Faoro foi um personagem chave no movimento que se esboçava na sociedade civil a favor do restabelecimento das garan-

tias constitucionais e do retorno ao estado de direito. Dez anos após o início da articulação dos advogados, o país volta às mãos dos civis, no renascer de muitas esperanças numa redemocratização completa e rápida.

Como testemunha de alguns momentos críticos da história recente no Brasil, o antigo presidente da Ordem dos Advogados está numa posição única para analisar as perspectivas institucionais da nação. É o que ele faz nesta entrevista, realizada num estilo informal, quase num desabafo.

tias constitucionais e do retorno ao estado de direito. Tão marcante foi a actuação do presidente da OAB que logo passou a ser procurado pelo governo, na época cada vez mais isolado dos civis, principalmente daqueles que fizeram da defesa da lei a sua profissão.

Faoro assistiu aos primeiros passos do recuo do regime militar, no processo

Que balanço faz hoje da legislação em vigor do ponto de vista dos ideais anti-autoritários que defendeu como presidente da OAB?

— A Constituição actual é realmente muito autoritária. Toda a legislação criada nos últimos anos está baseada nesta Constituição. A lei de segurança nacional foi "suavisada" duas vezes depois de 1977, mas ainda é uma lei pesada, castiga a liberdade do dissidente político, faz uma confusão entre este e o sedicioso. Na verdade ela tem ainda um efeito inibitório muito grande. Se um jornal ou revista correm o risco de serem punidos, eles não terão a mesma franqueza, o mesmo desembaraço em abordar certos assuntos delicados envolvendo interesses do governo.



"O Brasil está cheio de obras que o povo não pediu, e muitas coisas que a população pede, não são realizadas"

Acredito que a estrutura corporativa dos sindicatos será daqui por diante o tema que se deve discutir com mais intensidade. A estrutura ainda é do Estado Novo, que por sua vez copiava a legislação fascista. A estrutura ainda é corporativa. O sindicato é um delegado, ele exerce funções delegadas do poder público e o subsídio que recebe vem do imposto que o governo recolhe e repassa. Há uma intervenção na vida sindical muito grande. De modo que sem uma liberdade sindical autêntica e sem sindicatos que usem essa liberdade, inclusive com o direito pleno à greve, não acredito que a transição que está aí se consolide significativamente ou democraticamente.

E quanto aos poderes da Federação?

— Imagine que a Constituição de 1967 mudou o nome do país, passou a ser República Federativa. Quando aqui muda o nome de alguma coisa, quando se diz Federativa, podemos estar certos que na verdade não é mais Federativa. (O nome era Estados Unidos do Brasil, adoptado em 1891).

22 - terceiro mundo

Realmente a Federação acabou em 1967. E acabou em muitos sentidos. Não há nenhum programa estadual hoje que possa viver autonomamente. Os recursos são sempre dados à União. A Federação, além das suas vantagens económicas, da sua eficiência administrativa, tem também uma carga política, um significado político muito grande, muito mais democrático, é um controlo vertical sobre a União. No nordeste, por exemplo, quase todas as obras ou programas de governo são feitas por agências da União. Os estados poderiam ter recursos da União, ou tributar esta, mas a aplicação deveria ser da responsabilidade local, até pelo aspecto democrático da fiscalização, daquele contacto entre a pessoa que faz e a pessoa que é beneficiária. O Brasil está repleto de obras que a população não pediu e muitas que a população pediu e pede nunca foram atendidas. Isto é, há uma distorção no campo municipal e estadual da União. A União passa a sofrer a influência dos grandes grupos económicos, das transnacionais que fazem muita coisa que a população não tem o menor interesse. E o povo não tem como dizer não.

Uma Constituinte com novas bases

A solução seria uma Constituinte?

— Acho que o caminho está mais ou menos indicado até pela experiência dos últimos anos. O Uruguai não precisou de Constituinte, nem a Argentina. Lá os militares montaram sobre a Constituição um aparelho que em determinado momento desapareceu e a Constituição emergiu. Em Portugal já isso não foi possível, nem na Espanha. Nesses países a Carta Magna foi retalhada, a legislação autoritária entrou na Constituição; a sua estrutura básica ficou completamente diferente do que era. Aqui também. Tanto que no Brasil não há outra solução senão a Constituinte, não só como formalismo jurídico, mas para a inversão do processo político, para que haja soberania popular de base.

De acordo com o seu raciocínio depreende-se que para que essa Constituinte possa ter um mínimo de representatividade ela não poderia ser eleita com a viciada legislação eleitoral actual..

— Exactamente. Aliás, eu passo muito por aqui, quista em certos sectores de esquerda porque acho um absurdo completo fazer a Constituinte dentro do Congresso. Vou dar um exemplo de como isso é uma distorção e uma falsidade: o Congresso, pela Constituição actual e seguindo uma tendência que vem desde 1934, tem um componente oligárquico na própria representação. Quando se estabelece que cada estado terá um mínimo de oito deputados e um máximo de 60. Então o peso do voto passou a ser diferente em cada estado.

Em segundo lugar, o Congresso é, infelizmente,

Brasil quase que um braço do executivo. Porque está um político no Congresso, no Senado, na Câmara? Porque se ligou ao governador. Em geral o governador que consegue elegê-lo. Este sistema de coronelismo, clientelismo, fará com que uma Constituinte feita dentro do Congresso seja a Constituinte moldada pelo governo.

Foi essa a tragédia das Constituintes republicanas, no começo do século. Foram feitas para um estatuto de poder, para um grupo de poder. Foi assim em 1891, quando surgiu um federalismo que só funcionava para São Paulo e Minas; o resto simplesmente não existia. O general Flores da Cunha, por exemplo, um gaúcho, foi eleito anos e anos pelo Ceará e morreu sem ir ao Ceará para pelo menos ver a cara do seu eleitorado. Era a chamada política dos governadores.

A Constituição de 1934 foi um processo sério, por incrível que pareça. Mas durou pouco. Em 1946, foi feita uma nova redacção a pretexto de redemocratizar o país. Os interventores nos estados elegeram-se, elegeram os seus amigos e fizeram a Constituição, que em muitos aspectos, sobretudo nos dois aspectos fundamentais, — a estrutura sindical e a tutela militar — mantém o Estado Novo. A sindical manteve a do Estado Novo quase com as mesmas palavras. Quanto à tutela militar, manteve toda a tradição republicana. Os militares permaneceram em 1954, 55, 64, porque a Constituição dizia que eles eram os seus garantes e portanto os árbitros. Foram as Constituições republicanas, que para manter a situação de privilégio de uma classe, colocaram os militares como árbitros da situação e de eventuais conflitos. Os militares na verdade apenas mantiveram o *status-quo*. Em 1891, a Constituição dizia que eles eram os garantes, o mesmo acontecendo em 1934 e 1946. Na Constituição de 1937 e de 1967 dizia-se que os militares mantêm o poder constituinte. Em 1937 o poder constituinte era deles, em 1967 também. Então passaram a mantê-lo. Como acreditar então que as elites de hoje — só porque mudou o presidente da República — vão votar uma Constituição em que se abra a autonomia sindical e se afaste os militares da tutela?

Antes da Constituinte ser eleita, que passos devem ser dados para garantir um mínimo de representatividade?

— Tem que ser eleita sem a distorção representativa, o voto tem que valer aqui tanto quanto vale no Maranhão: um homem, um voto. Deve ser um corpo independente, que se dissolva no momento em que termine o seu trabalho. Ela tem que sair de um movimento popular. Um movimento popular que inequivocamente não aceite o jogo de tutela. Isso vai ser difícil, mas se não for assim, vai continuar tudo como está, apenas com alguns retoques.



“O Congresso levaria de 250 a 280 anos para remover todo o entulho autoritário deixado pela ditadura”

Agora, quanto a medidas prévias, ouço falar por aí que a Constituinte só surgirá depois da remoção do “entulho” autoritário. Acho isso um sofisma. Porque são mais ou menos 400 leis para remover. Se removerem uma por mês, são 400 meses. A remoção seria feita pelo Parlamento. O Parlamento removeu até agora muito pouco. Existem 200 projectos revogando a lei de segurança nacional, nenhum teve andamento. Há milhares de projectos sobre a consolidação democrática, a aguardar. Este Congresso vai levar entre 250 e 280 anos para remover o “entulho” autoritário. Isto é, se não houver a inversão do processo político, o povo exigindo essa Constituinte, vai haver um simples retoque constitucional. Não vai mudar muita coisa.

Que pontos veria como fundamentais na discussão da Constituinte?

— Eu entendo que uma Constituição não deveria regular muita coisa. Teria que regular basicamente a constituição dos poderes e assegurar as garantias dos direitos, inclusive sociais que não estão previstos, como por exemplo, garantir o direito à greve, e de reunião. Tenho a impressão que esta Constituição que foi adoptada em 1934 não é muito válida, porque é uma Constituição programática. Ela diz “haverá creches, haverá trabalho para todos, a educação será um direito de todos”. Quando alguém vai reclamar estes direitos descobre que eles não existem na prática, porém não há mecanismos para impô-los. Parece-me que este sistema deve ser abandonado. Isto é, deve garantir-se a possibilidade de uma participação popular, de partidos, de entidades, no processo político brasileiro.

sileiro. Acho que uma Constituição é para isso. Deixar que a sociedade resolva os seus problemas, utilizando todas as liberdades, não apenas aquelas tradicionais ao liberalismo. Todos os artigos da Constituição deveriam ser normativos, isto é, exigir garantias efectivas.

Em que pontos básicos poderia definir a participação popular?

— Assegurar o direito de reunião, de associação, fim da distinção entre partidos políticos clandestinos ou não. Esta distinção não tem qualquer significado. É uma hipocrisia, porque as pessoas têm uma posição partidária que aparece de qualquer maneira. Se houver restrição a um partido, ela vai necessariamente repercutir em todos os outros. Aí já não é mais soberania popular. Assegurados estes direitos, a sociedade brasileira tem condições para se organizar.



"Geisel pôde fazer certas coisas porque era militar"

O voto dos militares

Não acha que também é necessário haver alguma cláusula que contrabalance o peso do factor económico?

— Acho que essa matéria é a quadratura do círculo. Como evitar o poder económico? O código eleitoral pune a presença do poder económico, no entanto ele está aí. A única defesa contra ele é o voto ser o mais amplo possível. Assim o poder económico ficará mais enfraquecido. É, por exemplo, dar o direito de voto aos analfabetos...

Também o voto para os militares?

— Eu não faria restrições ao voto dos militares. Acho bom que os militares levem a política para os quartéis. Os militares poderiam assim assumir a sua

identidade, poderiam dizer: sou do PDS, sou do PDT, do PMDB, qual é a dificuldade?

Colocaria a instituição militar ao mesmo nível das outras instituições?

— Como instituição ela não é partidária, mas as pessoas são. Porque se não for reconhecido assim, eles continuam a ser partidários e a valerem-se do "apartidarismo" para muitas aventuras. Parece-me que neste sentido qualquer restrição é negativa. A partir de determinado momento todos nós vamos pertencer a algum partido, senão chegarmos à filiação pelo menos teremos preferências partidárias. Todos têm, não há como evitar e talvez nem seja desejável.

O único meio de evitar o poder económico seria então apelar à consciência do eleitor quanto à importância do voto.

— Um aspecto muito positivo da lei é quando dá recursos aos partidos. É um processo que deve ser aperfeiçoado. É necessário evitar que os pequenos partidos morram à míngua de recursos mínimos. Agora evitar que certos cidadãos paguem dinheiro é quase impossível. Conseguir evitar que o eleitor venda o voto é uma revolução social. É pedir que o eleitor esteja imune ao poder de comprá-lo, de tráficar o próprio voto. Supõe uma luta de muitos anos.

A ditadura não terminou

Como jurista, acha que a ditadura já terminou?

— Não, de modo nenhum. Acho até que é perigoso alimentar uma expectativa dessa ordem. Este novo governo tem direito ao decreto-lei, tem direito às emergências sem controlo do Parlamento. Só porque o presidente é civil não é diferente quanto a concentração de poder que tem nas mãos, do seu antecessor militar.

Segundo este raciocínio poder-se-ia dizer que há o bom e o mau ditador, e a ditadura seria uma coisa neutra. Mas a ditadura está aí, a tutela militar está presente. Tente alguém mudar mais do que se pretende para ver o que acontece. Porque foi possível eleger Tancredo e não outro? Porque Tancredo de certa maneira foi aceite pelos militares. Ora, isto não é um processo democrático. Porque se houvesse possibilidade de escolher livremente um presidente da República não seria Tancredo.

Uma eleição directa agora acabaria com a ditadura?

— Acho que não. Se eleito por esta Constituição, um presidente por via directa não teria apenas estes poderes extraordinários, mas teria uma autoridade moral muito grande para usar esses mesmos poderes. Então eu acredito que seria um



"O presidente Tancredo foi eleito da mesma maneira que o presidente Figueiredo"

MATEUS A. HARTEN

ditador muito mais perigoso do que um que não foi eleito pelo povo e cuja legitimidade pode ser contestada a qualquer momento. O presidente Tancredo Neves foi eleito da mesma maneira que Figueiredo. Ele é ilegítimo. Não quero dizer que seja um usurpador, mas é uma situação de facto.

Então a ditadura no Brasil só poderia terminar com uma Constituinte, seguida de uma eleição directa?

— A Constituição é fundamental. Mas ela poderia não escolher as directas. Poderia acontecer que a Constituição adoptasse um modelo parlamentarista, tipo alemão federal ou italiano, que diga que a eleição é indirecta e que o presidente da República não tem poderes. Em tese isto pode acontecer, e nem por isso o governo que viesse a resultar dessa Constituinte seria ilegítimo.

Quando acredita que a transição irá acontecer?

— No momento em que a Constituinte se instala. Será o mesmo processo de Portugal. Lá, o autoritarismo não acabou com a revolução dos capitães. Ele acabou quando o povo começou a votar para a Constituição. A mesma coisa aconteceu na Espanha: a ditadura não acabou com a morte de Franco. Ela extinguiu-se quando foi possível uma eleição dentro de um quadro constitucional votado pelo povo.

Diferenças com o Uruguai e a Argentina

Há então uma diferença bastante profunda entre os processos uruguaio e argentino e o brasileiro?

— Acho que há uma diferença tão grande como entre a Argentina e o Uruguai, de um lado, e a Espanha e Portugal, do outro. Estamos aqui na linha da Espanha e de Portugal. Isto é, a nossa transição passa por uma reorganização política que devolve ao povo a soberania popular que ele não tem. E também por uma revolução jurídica, uma mudança jurídica substancial. Antes disso, não só não temos democracia, como é perigoso ter a ilusão de uma democracia. É tão perigoso como a ilusão que tínhamos no regime de 1946, quando se supunha que não haveria mais golpes de Estado. Em 1954 houve um golpe de Estado, em 1961 houve uma tentativa e em 1964 instalou-se um regime originado num golpe. Enquanto houver este sistema de tutela, o golpe de Estado é um mecanismo previsível, ao passo que numa democracia não há golpes.

Neste momento, de onde viriam os impedimentos a uma redemocratização real e profunda? Do poder militar ou do poder civil?

— Acho que os dois estão muito próximos. Diria que até mais próximos do que há dois anos atrás. Suponho que o poder militar tenha uma influência maior no actual governo do que no de Figueiredo, embora no de Figueiredo fosse mais visível. O presidente Tancredo, pelo regime e pela maneira como chegou ao poder, daria seguramente prioridade às susceptibilidades militares. Ao passo que o general Geisel pôde fazer certas coisas porque também era militar. Por isso parece-me que vai ser mais difícil a luta daqui por diante. Porque há uma ambiguidade. Há muita gen-

te na rua dizendo de boa fé que a democracia voltou, o que é uma mentira.

A oligarquia política sabe que é uma mentira, mas muita gente do povo não sabe, só vai perceber quando houver um desfile de tanques na rua, for dissolvido um comércio, ou lhe for negado o direito de voto. Será mais difícil daqui por diante. Porque agora é uma luta civil.

Dizer, por exemplo, que a sociedade civil recuperou o poder, também não é verdade. A sociedade civil não recupera o poder quando colocam um civil no governo. Podia-se, num regime democrático, escolher um militar para a presidência e o poder continuar a ser civil. O poder actual não é civil porque os militares têm uma influência tutelar dentro do mecanismo do Estado, com a garantia constitucional. Veja que o presidente Tancredo continuou a ser uma sombra na vida jurídica e política do Brasil. A estrutura de informação continua intacta, o seu orçamento, finalidades, não são conhecidos, porque são objectos de leis secretas. Nenhum legislador conhece essas leis. Então isto não é um regime democrático. Nós devemos evitar a mentira de 1946, quando se dizia que estávamos numa democracia e não era verdade.

Que data considera mais provável para o governo convocar a Constituinte?

— Não creio que o governo queira convocar a Constituinte.

Mas ele comprometeu-se publicamente...

— Vamos fazer uma leitura muito atenta do que o presidente Tancredo prometeu. No discurso de 15 de Janeiro, por exemplo, ele falou em poder constituinte, deputados constituintes. A conclusão que eu tiro é que ele queria dar ao Congresso aquilo que ele já tem. O Congresso actual, como qualquer outro, pode alterar a Constituição. Pela carta vigente é necessária uma maioria de 2/3. Logo, parece que Tancredo iria fazer uma simples mudança de maioria, isto é, mudar a Constituição por maioria simples. E, provavelmente, unindo o Congresso numa câmara só, Senado e Câmara, o que é pior, pois desfigura ainda mais a representatividade. Isso não é Constituinte, isso é uma maneira de não fazer a Constituinte. E tenho algumas dúvidas que este governo chegue sequer a isso.

O grupo que está no poder, dada a sua heterogeneidade deve manter o que está aí enquanto puder. Com o mesmo manobristismo de elite — mudanças tópicas aqui, outras ali — provavelmente vão deixar os partidos clandestinos actuarem, não porque sejam fieis a algum princípio democrático, mas porque entendem que podem vigiá-los melhor fora da clandestinidade. Na hora que precisar prender, já sabem o endereço certo.

De modo que não creio que haja grandes mu-

danças. Mudança de estrutura de empresa, é claro que tem que mudar. Hoje um empresário na sua empresa é um senhor feudal, talvez até com poderes mais absolutos, tem o direito de negar as assembleias de fábrica. Ele tem a polícia à sua disposição, coisa que o operário não tem. Quando o patrão fecha a fábrica a polícia não vai lá para abrir. O jogo deve continuar mais ou menos na mesma. Este governo tem uma densidade empresarial bem visível. Parece-me que há até um símbolo nisto tudo. O símbolo seria um homem como Hélio Beltrão, um grande empresário, signatário do Acto 5, duas vezes ministro nos governos militares e que vai ter uma posição importante na "Nova República", como presidente da Petrobrás. A composição do novo poder segue mais ou menos esta linha. É uma gente que sabe que se dependesse do voto provavelmente seriam dispensados da vida pública.

Um neo-autoritarismo

Como definiria a aliança política que dá sustentação ao novo governo?

— Acho que houve uma modernização do autoritarismo, é um neo-autoritarismo. Eles viram que certas coisas tinham um custo político muito grande. Então arranjaram uma fórmula em que os custos são menores e que a possibilidade de sobrevivência deles é maior. Atraindo como sócios, aqui e ali, elementos de esquerda. Porém, os sectores mais autenticamente democráticos estão com grandes dificuldades porque a oposição a este governo vem do deputado Paulo Maluf, que foi derrotado na disputa presidencial indirecta. Os que querem uma democracia autêntica têm a dificuldade de não serem confundidos com a extrema-direita representada por Maluf. A conciliação de elites deixou-nos realmente numa situação muito difícil.

Isso foi algo maquiavelmente montado ou surgiu por acaso?

— Não foi uma conspiração. Trata-se na verdade de uma rotina histórica no Brasil. Aqui, mudança e reforma não querem dizer necessariamente ruptura ou transformação.

O padrão poderia ser a abolição da escravatura. Quem examina o que os abolicionistas queriam, não só os mais radicais como José do Patrocínio, mas até um nobre como Joaquim Nabuco, verifica que eles desejavam abolir a escravidão mediante uma lei agrária que desse acesso à terra aos escravos, bem como leis de protecção ao trabalho. Isto foi dito por todos eles. Então o que fez em 1888 a classe dominante brasileira? Aboliu a escravidão, viu-se livre de uma mercadoria incómoda e nunca mais se falou, por 30 anos, no problema da terra, nem de relações de trabalho.

Em 1933 e 1946 o povo queria a Constituinte e



"Quando o poder popular se fortalece e é autônomo, não existe força capaz de impor vetos militares"

para a rua. Houve uma Constituição, porém ela deu direitos ao povo, assegurou a posição das elites por 30 anos não se falou mais nisso. O grupo que está aí é a mesma coisa. Ele deseja fazer uma Constituição que não implique qualquer reforma, mas que por 20, 30 anos não se fale mais em mudanças. É este o modelo, o padrão das reformas brasileiras. O Maluf obrigou-nos a torcer por Tancredo Neves, que sabemos absolutamente conservador, mas que era muito melhor que o outro candidato. Houve uma euforia com a sua vitória. Mas parece-me que as coisas vão tornar-se muito óbvias em poucas semanas. Acho que este país tem que passar por alguma experiência traumática, por alguma coisa, para chegar à conquista do direito de auto-governar. É uma experiência que muitos países já viveram. Nós não passamos por ela, aqui nunca mudou nada. O que pode acontecer é o povo entrar num desânimo total e achar que isto não tem jeito e resignadamente aceitar as coisas numa espécie de atitude hindu. O que seria uma desgraça pior que uma guerra civil.

O agravamento da saúde do presidente Tancredo Neves e o seu possível afastamento da presidência por um período longo, facto que não estava nas expectativas políticas dos primeiros dias após a posse do vice-presidente José Sarney, geram um novo quadro institucional. Como vê a situação? Há condições para assegurar a continuidade institucional?
— Eu dividiria a resposta em duas. Por um lado, a questão constitucional. O texto da Constituição prevê: enquanto perdurar a ausência por "força maior", sem limite de tempo, o substituto do presidente pode ficar no cargo.

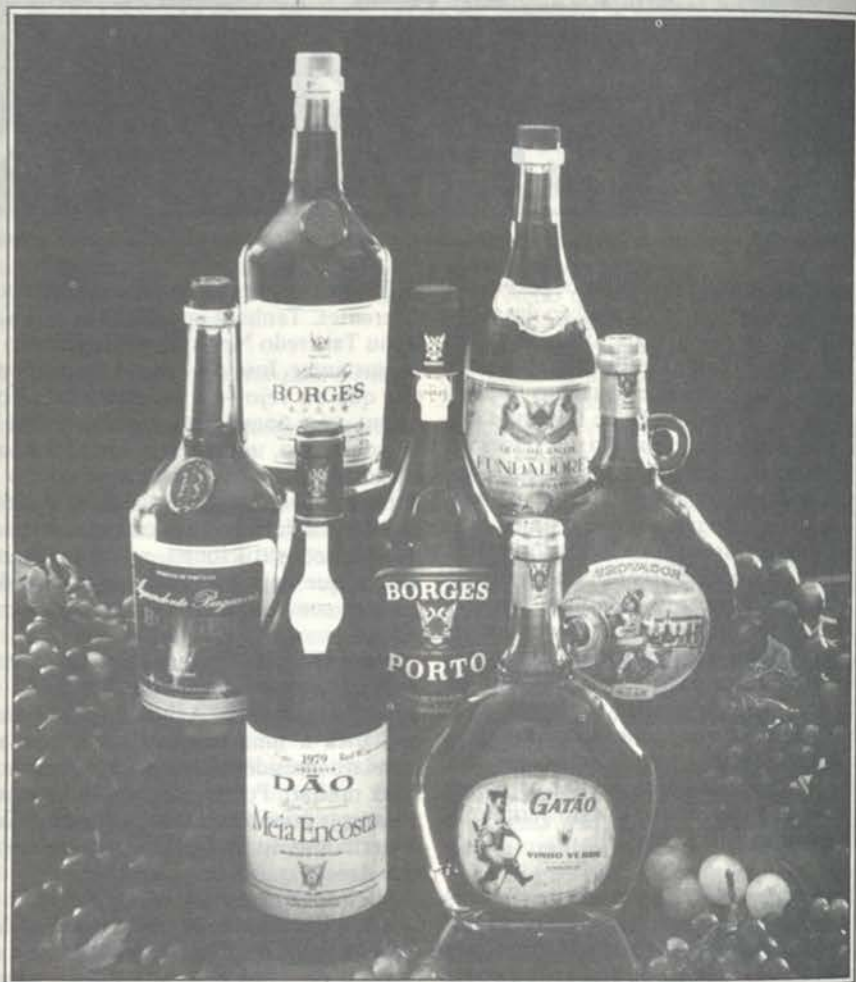
Porém, do ponto de vista político, as coisas são diferentes. Tenho a impressão de que a aliança que levou Tancredo Neves à presidência não seria capaz de sustentar José Sarney no cargo. Então, a solução que eu vejo — e sei que muitos não pensam assim — é a convocação rápida de uma Constituinte, sobretudo, uma Constituinte fora do Congresso Nacional, eleita exclusivamente com o fim de elaborar a nova Constituição. Aí a questão da duração do mandato presidencial, como todas as outras questões constitucionais, estará em aberto. Não me parece que haja outra fórmula, mais democrática ou mais conveniente para o país, neste momento.

Acredita que haveria compreensão nos meios militares para uma saída desse tipo?

— Creio que sim. Acho que uma Constituinte simultânea a uma eleição directa com redução do mandato presidencial *a priori*, poderia gerar uma crise militar. Porém, não sinto que isso viesse a acontecer com a convocação de uma Constituinte, já neste ano ou, no máximo, no início do ano que vem.

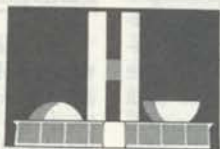
Eleições directas agora implicaria em candidatos vetados. Porém, não haverá condições de vetar candidatos se a Constituição for eleita no máximo no começo de 1986 e se no fim do mesmo ano, as eleições para o novo Congresso, já com base na legislação estabelecida na nova Constituição — caso isso fosse aprovado pela Constituinte —, se realizassem de forma simultânea à eleição presidencial. Quando o poder popular se fortalece e é autônomo — e isso aconteceria depois de o país ter uma nova Constituição redigida conforme mencionei —, não existe força capaz de impor vetos militares. ●

Em mais de 50 países



EST 1884

SOC. VINHOS BORGES & IRMÃO SARL



O novo papel dos militares

René Dreifuss*

*A mudança de governo
cria condições para resgatar
funções que não foram
cumpridas pelas forças armadas
e devolver à sociedade
a palavra final sobre
a segurança nacional*

formação, enfim, o aparelho repressor que se justificou em consequência da estigmatização demoníaca de uma parcela da cidadania. Mas o que está no cerne de toda esta reflexão é o questionamento básico, fundamental, do auto-concedido "direito" ao golpe que os militares se arrogaram ao longo dos anos.

Erradicar a tentação golpista

Entre os Direitos da sociedade civil existe o de não ser golpeada impunemente por quem eventualmente tem o poder das armas. A sociedade civil desarmada não pode viver ao sabor de decisões tomadas por grupos ou "chefias" militares. A cidadania não pode ficar exposta às acções decorrentes da interpretação de cenários políticos, feita no interior dos quartéis, sem a sua sanção. Os cidadãos desarma-

* Sociólogo, professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador visitante da COPPE/UFRJ e autor do livro "1964, a conquista do Estado".

dos devem ter o direito e a autoridade de criar mecanismos dentro do exército, da marinha e da aeronáutica, capazes de neutralizar e erradicar qualquer tipo de tentação golpista. Para alcançar estes objetivos, serão necessárias reformas internas profundas nas forças armadas, assim como nos procedimentos e normas de controlo sobre a sua actuação.

Se essas reformas não surgirem por iniciativa própria dos oficiais, elas devem e podem ser exigidas pelos civis, como reivindicação legítima da sociedade. Nesse caso, será uma exigência fundamentada no princípio de que dentro desta sociedade todos são iguais perante a lei; o poder emana do povo e, portanto, a "corporação" (ou "chefias e grupos" dentro desta) não pode sequer cogitar no uso da força que lhe foi confiada para impor a sua vontade sobre os demais.

Na futura Assembleia Constituinte que, esperamos, será formada em breve, um dos primeiros pontos a serem discutidos deve ser a proibição constitucional do golpe de Estado e a criminalização daqueles que o insuflarem, instigarem, planearem, executarem ou nele colaborarem. É claro que este dispositivo constitucional por si só não será capaz de impedir aventuras inconstitucionais. É claro que a lei não é uma garantia absoluta, mas também não há dúvidas de que, no momento em que esse dispositivo for colocado na pauta das discussões da próxima Constituição Nacional, amplos debates sobre o assunto hão-de gerar uma reflexão pública que por si só já contribuirá para o processo de reeducação da oficialidade.

O vício da ruptura institucional e da violência contra a cidadania desarmada não pode ser encarado como "dever de consciência" e acto político legítimo, a ser desfechado em circunstâncias "excepcionais". Deve haver um questionamento radical do direito auto-concedido de intervenção. O golpe de Estado deve ser encarado como uma

A Constituinte deverá discutir a proibição constitucional do golpe de Estado



monstruosidade política em si mesmo e não apoiada pela sua oportunidade. Ou seja, o golpe de Estado não pode ser assimilado pelas forças armadas como recurso político *latu senso* e, do qual, ainda por cima, os militares detêm a exclusividade.

O monopólio da força, conceito tão decantado na teoria política, passou a ser resumido e operacionalizado nesta óptica perversa, como uma espécie de privilégio e dever militar da realização do golpe de Estado, quando as circunstâncias "assim o exigirem". É, na realidade, a subversão do conceito de monopólio da força. Este deixa de ser prerrogativa do Estado para tornar-se recurso da "corporação", pelo uso discricionário das "chefias" hipostasiadas no Estado, com autonomia de direito e de facto para rasgar a lei e se antepor à cidadania.

Definições na Constituição

Na medida em que for inserida no texto constitucional a expressa proibição de golpes de Estado e colocados em andamento os mecanismos de controlo da instituição, esse item passa a ser fundamental no processo de formação e capacitação de um oficial. O dispositivo constitucional será o seu ponto de referência maior. O oficial passará a entender a sua função específica, desde o seu ingresso como cadete na carreira, como componente militar do poder público e civil, e não como poder autónomo. Como membros de uma instituição do Estado, os oficiais serão educados para nunca cogitar vãos políticos, porque isso estará fora das suas funções e atribuições. Já os membros desta instituição, enquanto indivíduos e cidadãos, terão legitimamente preocupações e posições políticas inerentes à pluralidade ideológica, cultural e da vivência da sociedade. A instituição militar, na qual funciona uma parcela da sociedade, não é representativa desta, seja ela cultural, regional, social e muito menos politicamente. Para isso, existem o Congresso e outros órgãos e entidades associativas. O oficial deverá ser formado para entender que a instituição militar não pode agir como "corporação", isto é, com prerrogativa para com os instrumentos específicos da função (as armas), investir contra uma parcela da sociedade, contra as suas instituições ou contra a comunidade como um todo.

De nada adiantam os argumentos de que as forças armadas sempre avançaram sobre a sociedade ao sabor dos apelos "do povo" lembrando como isto as "marchadeiras" e outras manifestações ditadas populares, que, antecedendo o golpe de Estado de 1964, supostamente o legitimaram.

Não se trata apenas do desconhecimento do altíssimo grau de manipulação e instrumentalização, do

de trabalho de engenharia política que foi desenvolvido nos bastidores para organizar essas manifestações. Não se trata só do facto de que essas manifestações não tivessem carácter plebiscitário e nem mesmo o aval da nação para desencadear um golpe de Estado, embora fossem assim interpretados pelos golpistas, ao arripio da lei.

Tal raciocínio foi definitivamente desmoralizado e sepultado durante a campanha pelas "Direções", que mobilizou em praça pública 10 milhões de brasileiros e a favor da qual se pronunciou a população. Nela, apareceu claramente o desejo profundo e sedimentado do povo — este sim de carácter plebiscitário — pelo fim dos 20 anos de militarismo e prepotência. Mas nem por isso as forças armadas se pronunciaram a favor ou encaminham o processo da eleição directa, deixando em flutuante descoberta dois pesos e duas medidas.

Apelo à lei

Os comandos militares não podem ser encarados como cargos ou funções políticas, mas técnicas. A criação de um Ministério da Defesa, que neutralize os ilegítimos vãos políticos das forças armadas, que anule a visão "corporativa" da instituição militar do Estado e impeça que comandos militares de carácter técnico se tornem "chefias" personalizadas e de peso político é uma necessidade urgente, sentida por amplos segmentos sociais.

Aliás, do mero uso dos termos "corporação" e "chefias" para designar respectivamente uma instituição do Estado e um cargo público, já emana sensações de que lidamos com lealdades menores, que sobrepõem, na sua função organizativa, ao próprio conceito de cidadania. É nesse sentido e neste contexto, que as "chefias" conspurcam o direito à liberdade de expressão, arrogando-se em portadoras da "corporação" para assuntos que extravalam o campo bélico, isto é, para questões políticas, ideológicas, religiosas, económicas e culturais.

Ao fazê-lo, as "chefias" desconhecem o direito de divergência em todos esses campos, dos próprios componentes das forças armadas, que são assim desqualificados na sua condição de cidadãos. Os comandos, ao arremetarem individualidades e negarem a pluralidade política da instituição, limitam-se a tanto numa base politico-ideológica de exclusão, renegam a pluralidade inerente à sociedade. Em contrapartida, afirmam e confirmam a existência de uma hierarquia politizada e identificada selectivamente com um modelo político, social e económico determinado. A hierarquia apresenta-se assim ancorada solidamente numa auto-imagem de raciocínio "impoluto", baseada num sentido de vida "natural" e "inevitavelmente certo". Só assim é possível que co-

mandos de uma instituição pública como as forças armadas, transmutadas em "chefias" de uma "corporação", sejam capazes de estigmatizar concidadãos, que poderiam ser seus adversários políticos ou ideológicos a título individual, em inimigos da pátria, do Estado e por conseguinte alvos da instituição militar.

A usurpação do espaço político pelas forças armadas tem sido justificada como missão de salvação, da qual o militar estaria imbuído, e motivada pelo sentimento do direito de fazer política enquanto "corporação", mas sempre através das "chefias" e com os recursos próprios de uma instituição aparelhada para lidar com o conflito bélico. A partir desta situação, os comandos militares necessariamente visualizam cenários socio-políticos como cenários político-militares, isto é, objecto de acção estratégica. Nesta passagem do cenário socio-político para o cenário político-militar encontra-se o nó górdio da deformação das forças armadas, que várias vezes foi o componente militar de uma manobra política que terminou em golpe de Estado, transformando-se, após a sua realização, em poder militar autónomo ou tutelar. A lógica das armas, da organização e da mente militar, qual lei de ferro da violência, impõe-se sobre o quadro político e civil; a ditadura emana da transgressão primordial, o despotismo configura-se na lógica desta.



Um Ministério da Defesa poderia neutralizar as aspirações políticas ilegítimas dos militares

A educação militar

E educação e formação dos oficiais é, por tudo que foi assinalado, um outro aspecto crucial que deve ser incorporado à análise das novas perspectivas. A ideia do golpe de Estado deve ser erradicada das cogitações do militar, enquanto funcionário público armado.



Agência O Globo

O golpe de 1964: após 20 anos, impõe-se uma reorientação e redistribuição dos recursos militares

A noção de que um golpe de Estado é um dado da política nacional e as discussões que são feitas em torno do assunto por militares, sintetizadas na frase estereotipada “faria tudo de novo nas condições da época”, reflectem uma falha gravíssima na formação da oficialidade e no funcionamento da instituição. Este é um dos pontos em que a estrutura antiga deve ser revista.

A negação da alternativa golpista — uma virtual proibição para que saídas inconstitucionais encontrem acolhida nas forças armadas — deve ter na formação da oficialidade um peso maior do que as noções de disciplina e obediência. O oficial deve adquirir uma “voz de comando moral” que o impeça de contemplar a opção de um golpe ou de participar das discussões sobre uma eventual solução de força para problemas institucionais, políticos ou socioeconómicos. É, certamente, uma tarefa educativa lenta e demorada, mas de longo alcan-

ce e, portanto, uma tarefa fundamental para o Congresso (este sim, representativo das aspirações nacionais), para as próprias forças armadas e para o seu comandante-em-chefe, o presidente da República, que deverá encaminhá-las de forma apropriada, no início da sua gestão.

Fica cada vez mais clara a necessidade imperiosa de deflagrar um amplo e profundo processo de reeducação dos integrantes das forças armadas, em todos os escalões. Isso necessariamente tem de ser viabilizado por uma reformulação das instâncias educativas e formativas do oficial.

Tanto o *currículo* educativo quanto o sistema de valores e normas da instituição que incidem na capacitação, no desempenho, no acesso aos quadros superiores e na postura dos militares devem ser revistos. Concomitantemente, se faz mister uma revisão conscienciosa da actual legislação militar, que rege a vida profissional das forças armadas, o que inclui um exame criterioso das normas e atribuições do Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina, do Estatuto dos Militares, do Código Penal Militar e do Código de Processo Militar e Regulamentos Disciplinares, da Lei de Promoções e da Legislação das Escolas Militares em todos os níveis.

É necessário pensar ainda sobre alguns dos pontos básicos nos quais repousam as distorções funcionais das forças armadas no plano nacional. A desvairada noção de “segurança” (que confunde dimensão nacional, interna e militar) foi transformada num dos princípios básicos a nortear o comportamento e a mente militar. O empenhamento da oficialidade com a segurança interna tem a ver com vários factores: a formulação estratégica e o contexto das forças armadas nos cenários regionais e mundial; a percepção militar existente do que é um processo político e quais os limites do pluralismo que a instituição é capaz de suportar nos moldes da sua actual matriz formativa. No plano estratégico faz-se necessária a formulação de uma nova concepção, que seja capaz de sustentar a capacidade do Brasil de produzir iniciativas político-estratégicas eficazes condizentes com as suas necessidades de desenvolvimento e com as suas responsabilidades diplomáticas. Esta nova concepção exigirá a reorientação e redistribuição dos recursos militares, a rearticulação especial, em particular do exército, cuja preocupação primordial tem sido a neutralização do “inimigo interno”.

Quem é o inimigo?

Para se posicionarem, as forças armadas precisam definir, antes de mais nada, o inimigo a vencer e as variáveis que o potencializam, assim como as suas vulnerabilidades. Só então se pode pensar em termos de operacionalidade, de acção estratégica. En-



Agência O Globo

1973: Emilio Garrastazu Médici recebe no Planalto os novos generais: um dos períodos mais duros do autoritarismo

quanto exército de defesa territorial, é legítima a definição do inimigo e a sua caracterização, quando se trata de uma postura assumida a nível político pelo governo da nação contra um seu agressor.

Nos últimos anos, ao aplicar este raciocínio no plano interno, as forças armadas foram obrigadas a tomar partido nas lides políticas da cidadania, isto é, a se posicionarem contra alguns segmentos da sociedade, entendido como inimigo e por tanto objecto de acção estratégica (violenta). O cenário político, por força da lógica militar, transformou-se assim em cenário militar e as forças armadas, em entidades pretorianas e tutelares.

Ao longo dos anos, dentro da racional insana dos blocos, o inimigo foi definido como sendo a União Soviética, caracterizada como ameaça principal. Em função desta definição, moldaram-se as atitudes dos oficiais e procurou-se adequar as forças armadas. Mas era fácil constatar a inoperância de forças armadas da periferia do bloco, por total falta de possibilidades de participar efectivamente em conflitos de porte no plano das superpotências, ou de sustentar iniciativas político-estratégicas que asseguravam os governos procurassem desenvolver a autonomia do país. Isto deixava a descoberto um outro problema. A autojustificativa no formato tradicional das forças armadas estava sendo minada. Havia um inimigo, mas não havia capacidade estratégica para lidar com ele num cenário possível para essas forças.

Mas ao trazer o inimigo "de fora" para dentro das nossas fronteiras, mediante um malabarismo recursivo - e aí, a variável passou a ser o "Movimento Comunista Internacional" (MCI) - foi possível criar cenários de confronto e actuação, justi-

ficando a acção das forças armadas, assim como foi possível "fazer a guerra" com os parques efectivos locais. A noção de segurança interna em voga intermediou a substituição dos tradicionais cenários externos por cenários internos. Agora, havia um inimigo a alvejar. Em percepção militar, a própria sociedade passou a ser dividida entre amigos e inimigos.

A insegurança nacional

A reformulação anti-golpista das forças armadas exige, portanto, a retirada da segurança interna como foco referencial do raciocínio militar e do seu raio de acção. A segurança interna deve ser colocada na trilha legítima que lhe cabe e que é o Ministério da Justiça. Num sistema onde paira a ameaça de que conflitos políticos e crises institucionais possam vir a ser dirimidas por intervenção militar, vive-se, aí sim, num estado de total insegurança nacional.

Aliás, esta confusão de segurança interna e nacional merece exame mais detalhado. A segurança da nação não é outra coisa que o bem-estar e a tranquilidade da população, e não apenas no plano político-institucional. Para que se tenha uma noção segura, é mister a satisfação das exigências sociais de alimentação, cuidados médicos, habitação, vestuário, educação, desenvolvimento científico e lazer, em condições dignas, assim como a ilibada proibição no manejo da coisa pública, o que nenhum regime militar conseguiu ainda realizar a contento.

Estas são as verdadeiras razões de segurança nacional desvinculadas *a priori* da necessidade de im-



O cidadão pode concluir que as transnacionais são mais nocivas à segurança nacional que os supostos "inimigos" internos

posição ou tutela militar. A segurança da nação passa, também, pelo confronto político em aberto, pelo debate de ideias, pela livre organização dos cidadãos de acordo com as suas convicções políticas e as suas propostas de como gerir e estruturar a sociedade, sobre as quais as forças armadas, como instituição ou corporação, nada têm a dizer.

O ponto básico passa a ser, portanto, o grau, a qualidade e o sentido da segurança a que o cidadão aspira. São os cidadãos que decidem e que almejam como será encaminhada a questão. E, para isso, há instrumentos e canais apropriados. É importante frisar que cabe aos cidadãos decidirem que tipo de segurança desejam. Isto remete-nos para a necessidade de lançar no processo da constituinte um grande debate nacional sobre a noção e questão da segurança.

No momento em que o país pretende uma democratização das suas actividades políticas e do seu funcionamento institucional, o cidadão bem pode chegar à conclusão de que a miséria generalizada, a todos os níveis, de mais de 60% da população, assim como a vigência de estruturas produtivas e sociais arcaicas e o desrespeito à lei e aos direitos elementares da pessoa humana são ameaças ou agressões de primeira ordem à nossa segurança nacional. Mais, que o altíssimo índice de insegurança alimentar, sanitária, habitacional, ambiental, educacional, cultural e científica do Brasil nada tem a ver com o Movimento Comunista Internacional. Ou concluir que empresas ou grupos transnacionais são mais perniciosos para a segurança da população do que os "inimigos" que nos foram impostos nos últimos 20 anos.

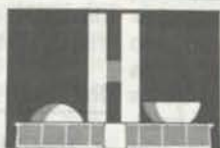
Redimensionar as forças armadas

Circunstâncias muito específicas fazem com que, felizmente, o Brasil viva em paz com os países vizinhos. Na ausência objectiva de ameaças, a oficialidade acaba por ser testada nos cursos e no campo de manobras de treino, no imobilismo da vida na caserna e na máquina burocrática militar estatal. É a partir dessa rotina de tarefas militares e da mera falta de objectivos, que as forças armadas têm tempo e capacidade ociosa para adquirirem uma projecção inusitada nas actividades do governo e da administração pública.

Para sustentar este processo, talvez seja necessário redimensionar as forças armadas e remanejar o seu peso específico, dando-lhes efectivos compatíveis com as suas funções de defesa territorial, numa nação de dimensão continental, que não tem problemas de fronteiras desde os tempos do barão de Rio Branco. Além de uma reformulação estratégica adequada à defesa territorial, torna-se necessária a redistribuição e redistribuição das forças armadas, deslocando-as dos grandes centros urbanos para as áreas periféricas. Se a função deve ser na fronteira, o serviço também.

Mas há outras questões que surgem dentro desta perspectiva. Talvez seja necessário pensar na adaptação de modelos militares que exijam e realcem a participação social das forças armadas, através do serviço militar prestado em áreas de colonização agrícola e na prestação de serviços de utilidade pública, onde paralelamente ao trabalho produtivo, o cidadão possa ser habilitado no manejo das armas. Indo mais longe, poder-se-ia pensar numa força armada civil, que participasse de tarefas militares com carácter ocasional, dirigidos na sua formação técnico-militar por um corpo de oficiais de carreira.

Uma vantagem deste sistema é a pluralidade, já que as forças armadas passam a ser compostas por cidadãos que vão e voltam para casa e para as suas tarefas normais. Impedindo a segregação corporativista, a formação do *esprit de corps*, e reforçando o *esprit de nation*, este sistema seria talvez o remédio eficaz contra impetus golpistas. Ao eliminar as possibilidades de criar tendências corporativistas ou uma visão militante das questões políticas, económicas, sociais, culturais, científicas, etc., o novo sistema acabaria com a tropa sem consciência política, disponível para os generais golpistas. Numa reforma deste porte, desapareceriam a dicotomia entre aquartelados e paisanos e os comandantes abandonariam a perigosa ideia da corporação, deixando de alimentar conflitos entre uma e outra parcela da população. Essas novas forças armadas não teriam dificuldade de assimilar a desejável pluralidade política de uma sociedade aberta, onde a defesa, como se sabe, é tarefa de todos e não de alguns.



A encruzilhada económica

Ladislau Dowbor

*Ainda mergulhado na
pior crise da sua história
o país enfrenta agora a
necessidade de democratizar
a sua economia fechada
e elitista*

Entre 1970 e 1980, os 5% mais ricos da área rural, viram a sua participação no rendimento passar de 23,7% para 44,2%, um aumento de 86,5% em dez anos, enquanto a metade mais pobre da população rural via a sua participação baixar 33,5% (de 22% para menos de 15% do produto social).

A centralização

Durante o autoritarismo foi amplamente fortalecido o poder do governo central (federal). A devolução do poder às localidades, reivindicada por largos segmentos sociais, enfrenta sólida oposição de toda uma máquina tecnocrática que se habituou a comandar sem consultar.

Com decisões centralizadas promoveram-se com relativa facilidade macro-projectos como a barragem de Itaipu ou a central nuclear de Angra dos Reis, ou ainda o gigantesco e discreto programa de produção de armas. Mas um governo destas características não cria condições para o amadurecimento

Ao fim de vinte anos, completou-se mais um ciclo militar latino-americano. O Brasil saiu em 1985 sob o signo da renovação. A primeira mutação que se impõe, que as mudanças foram significativas, mas não radicais. Depois dos rores de alegria pelo que se conseguiu evitar, vem a fria mutação do que é o poder: Tancredo, mas

com Sarney, Dornelles, a "comunidade da incolumidade" incólume, os militares em postos importantes de todos os sectores da economia, os comissários financeiros — a bagatela de 100 mil milhões de dólares, 800 dólares por pessoa — já assumidos pelo governo antes da sua tomada de posse. Hoje, o Brasil enfrenta este facto prosaico e terrível: é um país em que dez por cento da população consome mais de metade do que o país produz. O nível de concentração de rendimentos é comparável com o de nações como o Haiti, Nepal e

produtivo de milhões de pequenos projectos necessários ao desenvolvimento da comunidade e que constituem o tecido de sustentação da economia brasileira.

Um importante obstáculo às transformações estruturais que se impõe na nova conjuntura brasileira, são os interesses estrangeiros organizados no interior do país. Temos em conta que o essencial do "milagre brasileiro" foi constituído pela penetração de empresas transnacionais nas áreas produtivas e de serviços, e que o modelo militar assegurou a organização de amplos interesses de grupos económicos nacionais em torno dos grupos estrangeiros. O Brasil assegura, hoje, cerca de 25% da produção industrial do Terceiro Mundo, e constitui uma potência económica. Mas não esqueçamos — e no Brasil muitos têm esquecido — que a produção industrial da totalidade dos países subdesenvolvidos, incluindo a de gigantes como o Brasil, Índia, Argentina, México, Coreia do Sul, Indonésia, Taiwan, etc., não chega ao nível da produção industrial da Alemanha Federal. Com estes dados, não há como fechar os olhos sobre quem manda na economia internacional, ou sobre o facto que a profunda integração da economia moderna brasileira com os interesses das empresas transnacionais reduz fortemente o espaço de decisão autónoma do novo governo eleito.

A máquina económica transnacional implantada no Brasil — os bancos, a electrónica, as indústrias farmacêuticas e automobilística, etc. — constitui uma extensão dos aparelhos produtivos de países ricos, com opções tecnológicas e de perfis de produção correspondentes, respondem às necessidades de produção e de consumo de uma população com um rendimento *per capita* de 15 a 20 vezes mais elevado do que o grosso da população brasileira. Em outros termos, esta máquina económica depende vitalmente da manutenção das opções do regime instituído em 1964, nomeadamente no que toca à concentração do rendimento. Pergunte-se à *General Motors* ou à *Ford*, solidamente interessadas no álcool, como reagiriam a uma opção do Nordeste brasileiro por uma agricultura alimentar e por salários rurais mais elevados em detrimento da produção de cana de açúcar.

Outra limitação do espaço de decisão do novo governo vem dos interesses estrangeiros propriamente ditos. Trata-se sem dúvida, de interesses próximos dos grupos transnacionais implantados no Brasil, mas não idênticos. Os milhões de depositantes e centenas de organismos financeiros estrangeiros que se preocupam com a dívida brasileira, têm maior tendência a procurar, via governo americano e FMI, uma política que responda aos equilíbrios económicos de empresas ali instaladas. Os milhares de milhões de dólares de *superávit* das exportações sobre as importações, que o ex-gover-

no Figueiredo apresentou como uma vitória, constituem o resultado concreto dessas pressões externas, e significam que para prorrogar a dívida deixada pela central nuclear de Angra dos Reis e outros gigantes, o Brasil enviou para o exterior, sem contrapartida, 13 mil milhões de dólares de mercadorias, em 1984. Isto apenas para pagar juros e não para saldar a dívida.

É uma situação sem dúvida confortável para os países ricos, e o Brasil foi devidamente felicitado pelo FMI. No entanto, esta política contradiz uma condição fundamental do desenvolvimento equilibrado: a de organizar a economia não em torno das necessidades da balança de pagamentos, esperando que resultem indirectamente benefícios para a população, mas pelo contrário, de organizar a economia em torno das necessidades populares, organizando o sector externo como complemento da dinâmica interna.

Nenhum país resolveu o problema da balança de pagamentos organizando a sua economia em função dela.

Reformas adiadas

Nas últimas quatro décadas os sucessivos governos brasileiros, foram adiando reformas estruturais. Nesse período, as condições técnicas de produção de bens e serviços evoluíram significativamente. Não há mérito excessivo nisto, já que foi feito através de grupos estrangeiros. Os países do Norte exportam algo como 100 mil milhões de dólares de bens de produção para os países subdesenvolvidos, e vendem estes produtos, às vezes fábricas inteiras, em países que às vezes não o desejam. O mérito está em adaptar esta modernização às condições reais do país, em fazer a economia responder efectivamente às necessidades da população. Isto implica promover as reformas estruturais necessárias para assegurar a assimilação produtiva dos recursos.

Estas reformas, simplesmente não foram feitas. E com quarenta anos de introdução de novas técnicas, sem as correspondentes reformas, o Brasil chegou a um aparelho produtivo que já não cabe na sua camisa institucional.

Exemplos? Uma sólida capacidade de produção de apetrechos agrícolas, e cerca de 300 milhões de hectares de terras improdutivas, além de 10 a 15 milhões de trabalhadores parados, porque algumas dezenas de milhares de proprietários impedem a sua utilização na produção. (O Brasil cultivava menos de 50 milhões de hectares de terra).

No Nordeste, a população foi expulsa das áreas férteis. O último censo agro-pecuário constata a produção, em 5 estados do Nordeste, de 45 milhões de toneladas de cana contra um milhão de toneladas de mandioca, principal produto alimentar local. Assim o Nordeste exporta álcool e impor-

através de alguns milhares de quilómetros de estradas, o alimento que necessita.

Desafio da "Nova República"

A "Nova República" enfrenta basicamente cinco grupos de problemas: inadequação dos instrumentos de intervenção do Estado sobre a economia; deformação das regras do jogo na área da produção de bens e serviços; esgotamento do ciclo de desenvolvimento gerado em torno do automóvel e dos electrodomésticos; aprofundamento dos desequilíbrios regionais; impasse nos relacionamentos económicos com o exterior.

No Brasil não existe nem o planeamento dos países socialistas nem a participação democrática dos países industrializados: a abertura chegou, quanto muito, a alguns sectores da classe média. O resultado é a ausência de instrumentos de distribuição racional de recursos. Os gigantescos projectos aprovados resultam da pressão das empreiteiras, dos grupos financeiros e das empresas multinacionais, em que haja qualquer mecanismo capaz de conciliar os interesses privados e a utilidade pública.

Uma das primeiras iniciativas nesta área será a de organizar a informação económica capaz de orientar as decisões de política económica do governo. O Banco Mundial relata o "triste quadro do modo de construção das contas brasileiras: não há informação directa disponível sobre investimentos, e as estimativas vêm da contabilidade de algumas grandes agências e de cifras preliminares sobre importações. O consumo é uma cifra residual; o produto interno bruto, conforme relatado, não é produto, mas rendimento; os termos externos de troca implícitos não são fornecidos (e não podem ser deduzidos); e não há contabilidade abrangente por sectores públicos" (*The World Bank, Long Term Changes in Economic Picture, Washington, 1979, p. 5*).

Não há possibilidade de se reduzir gradualmente o destino generalizado na utilização de recursos públicos e de empréstimos estrangeiros ao governo, e não se organiza a sua rigorosa contabilização, e a avaliação regular dos seus efeitos económicos.

O governo, deverá empreender e aprofundar a descentralização da gestão económica do país, distribuindo aos municípios e regiões, ampla iniciativa sobre o conjunto de realizações que podem ser decididas localmente. Esta descentralização é indispensável não só para devolver um mínimo de racionalidade à gestão económica do Estado, como para levar a uma modificação das atitudes frente ao desenvolvimento. Este processo que pertence ao direito às comunidades depende delas, e não da vontade do governo, que doa uma ambulância numa estrada em troca de alianças políticas.

Enfim, o governo deverá promover modificações



"Temos de 10 a 15 milhões de trabalhadores parados por culpa de algumas dezenas de milhares de proprietários"

profundas na política tributária, para que os municípios e as regiões tenham os recursos para as suas iniciativas.

A grande alternativa actual não é entre estatização e privatização, e sim entre gigantismo do complexo constituído pelo governo central e pelos grandes grupos económicos, financeiros, industriais e agrícolas, e as iniciativas descentralizadas tanto públicas como privadas, dos municípios e da pequena empresa.

Transferência de recursos

A segunda grande área de intervenção situa-se naquilo que podemos chamar de "regras do jogo" da economia. A subserviência dos governos militares às pressões das grandes empreiteiras e empresas transnacionais levou a gigantescas transferências de recursos do Estado para particulares, sob forma de subvenções simples, de crédito subvencionado, de isenções fiscais ou de garantias públicas a empréstimos externos. Sectores inteiros acostumaram-se a escapar a qualquer racionalidade económica graças ao amplo apoio financeiro assim conseguido.

È encontram-se quase totalmente monopolizados, com três ou quatro empresas por sector permitindo-se o controlo dos mercados e o bloqueio do nascimento de novas empresas. O sistema de preços representa hoje menos o valor de um produto e o esforço de quem o criou, que a capacidade de controlo de circuitos comerciais e financeiros de determinados grupos. O resultado, em termos económicos, é simples mas desastroso: a

remuneração deixa de corresponder à participação real no esforço produtivo do país.

Quando um sistema capitalista deixa de remunerar o esforço produtivo, o conjunto das regras do jogo tem de ser revisto. Já não adianta favorecer o capital para que possa investir, quando uma maior concentração de riqueza se traduz em actividades especulativas que desorganizam a economia.

As linhas de acção nesta área são claras: forte taxação da terra improdutiva, forte taxação do capital imobilizado, liquidação ou transformação dos "refúgios" de capitais adormecidos em tantas letras, títulos e outros oásis financeiros improdutivos, revisão drástica do conjunto do sistema de subvenções e isenções, e firme redistribuição do rendimento, favorecendo o trabalhador das áreas produtivas e destinadas ao mercado interno.

A redução da inflação é normalmente o resultado de um conjunto de acções: todas as actividades económicas acabam por se reflectir nos preços, e de maneira geral é insuficiente a intervenção puramente administrativa e de controlo. O governo deverá agir sobre as causas na área do Estado: utilização irresponsável do orçamento monetário, endividamento interno e externo, política de subvenções a sectores privados, relacionamento entre o Banco Central e os bancos privados. E deverá intervir sobre uma série de causas inflacionárias provenientes da área privada: taxas de juros, intermediários financeiros e comerciais, monopolização de certos sectores, orientação da economia para a exportação e outros.

Isto exige uma simultânea dinamização da economia. Não é politicamente viável confiscar a riqueza de quem a adquiriu, pelo menos no actual equilíbrio de forças. O que é viável é modificar a participação no novo rendimento criado, dos diferentes sectores sociais, favorecendo os produtores e as camadas até agora esmagadas.

Responder às necessidades básicas da população não exige divisas. Os produtos básicos utilizam tecnologias já dominadas pelo país, e o parque brasileiro de produção de bens de capital é amplamente suficiente para dinamizar este sector industrial.

A definição de um novo eixo de desenvolvimento poderia assim tomar a seguinte forma: na área industrial, prioridade aos bens de consumo popular, com forte promoção da descentralização de actividades; prioridade aos bens alimentares, e reforma agrária, na área agrícola; na área de bens de produção, prioridade à produção do equipamento agrícola adequado à pequena e média propriedade, para assegurar a base técnica da reforma agrária; na área das infraestruturas, aproveitar os gigantescos gastos já feitos na área hidroeléctrica, e desenvolver um amplo programa de infraestruturas de transporte electrificado.

As relações com o exterior

A etapa que se inicia exige também uma redefinição das relações económicas com o exterior, e em particular com os países do Norte. Mas o primeiro passo desta redefinição é justamente a reorientação do aparelho produtivo interno, e não um muro na mesa em Washington, política com a qual vários governos se deram mal. Ao reorientar a indústria para bens de primeira necessidade, o Brasil reduziria drasticamente a dependência (e custos) ligados à transferência de tecnologia; ao aumentar a produção agrícola alimentar, reduziria os gastos tão frequentemente esquecidos na importação de alimentos; ao dar a prioridade à pequena e média propriedade agrícola, reduziria a dependência de uma mecanização agrícola excessivamente sofisticada e dependente dos grandes grupos internacionais de apetrechos agrícolas, e dinamizaria a produção de apetrechos agrícolas com tecnologia local; ao optar pelo transporte ferroviário movido por hidro-electricidade, bem como pelo autocarro eléctrico, mobilizaria um conjunto de sectores já tecnologicamente maduros no país e amplamente sub-utilizados, e reduziria a dependência relativamente aos grupos transnacionais automobilísticos e à importação de petróleo, além de preparar a fase pós-petróleo.

O essencial das transformações realiza-se internamente, criando estruturas económicas que não necessitam de um processo permanente e crescente de endividamento para sobreviver. Será possível fazer tudo isto?

Os militares não tomaram o poder sozinho. Foram fortemente pressionados, servindo de alavanca de interesses solidamente organizados. Os militares saem de cena, pelo menos parcialmente, mas os interesses que os puseram no poder mantêm-se, e procuram agora outros mecanismos de pressão, que já se fazem sentir.

Frente a estas forças, a oposição está gradualmente a reconstituir os mecanismos democráticos. Mas é evidente que a democratização que acompanha o refluxo dos militares só se consolidará se houver ampla organização da participação política e económica de todas as faixas da população, para contrabalançar a força dos grupos privilegiados.

As transformações económicas esperadas só podem progredir, nestas condições, juntamente com as transformações políticas. Perder a iniciativa das transformações económicas privará o governo do apoio necessário para as transformações políticas, enquanto as próprias transformações económicas dependem de um sólido aprofundamento e reforço dos mecanismos democráticos.

É uma delicada transição. A experiência latino-americana, infelizmente, não nos incita ao optimismo.

África

Camarões

As tensões dentro do governo Biya

Dois anos e meio depois de ter assumido o poder, o presidente Paul Biya ainda não conseguiu eliminar totalmente a influência do seu antecessor, Ahmadou Ahidjo

Carlos Castilho

Em Abril de 1984, depois de uma fracassada tentativa de golpe que deixou um saldo de 100 mortos, o presidente Paul Biya anunciou que a derrota dos conspiradores apoiados pelo ex-presidente Ahmadou Ahidjo marcaria um rompimento completo com o regime ditatorial que viveu na República dos Camarões durante 22 anos. Um ano depois, as enormes esperanças alimentadas pelos partidos de esquerda não foram materializadas. O esforço do governo para criar uma imagem reformista esbarrou



J.C. Francolin/Gamma

Biya: democracia difícil

na manutenção de políticos do antigo regime em postos oficiais e no continuísmo de velhas práticas económicas. O resultado foi um cepticismo generalizado da maior parte da população, que esperava muito mais do presidente que chegou inesperadamente ao poder em 1982 (ver *guia do terceiro mundo* 84-85, p. 70).

Paul Biya, 51 anos, um advogado católico pertencente ao grupo étnico beti, foi um discreto primeiro-ministro durante os últimos anos do governo de Ahmadou Ahidjo. Em 1982, Ahidjo, político ambicioso de origem islâmica, nascido no norte dos Camarões, renunciou inesperadamente à presidência sem que até agora a sua saída do poder após duas décadas de autoritarismo tenha sido esclarecida. Oficialmente, anunciou a sua retirada como o primeiro passo para a normalização institucional do país. Mas a hipótese mais provável é que Ahidjo tenha decidido afastar-se depois de um exame médico em Paris onde foi diagnosticado um cancro. Para cuidar da sua saúde, Ahidjo aparentemente resolveu passar o poder ao discreto Biya, mantendo no entanto a presidência do partido único União Nacional dos



Camarões (UNC) e o controlo de todo o dispositivo militar do país.

Ainda segundo versões não oficiais, meses depois o diagnóstico foi alterado, pois os médicos constataram que o cancro não era incurável. Simultaneamente, Paul Biya havia começado, também discretamente, a colocar homens da sua confiança pessoal nos postos-chaves do governo. E não demorou muito para que surgisse um conflito entre os dois. Ahidjo queria continuar a controlar o governo da mesma forma como o fizera desde a independência em 1960, com o apoio do exército e da influente burguesia islâmica do norte. Paul Biya por seu lado mostrou-se sensível às pressões dos sectores intelectuais, dos produtores e empresários do sul, nomeadamente os instalados na antiga parte inglesa dos Camarões. O conflito azedou as relações entre os dois e deflagrou a partir de 1983 um período de tensão, que em Abril do ano passado esteve muito perto de romper a unidade nacional mantida a ferro e fogo por Ahidjo.

A luta pela unidade

As duas décadas de autoritarismo e arbítrio, bem como a ampla mobilização popular a favor da redemocratização tem antecedentes históricos bem definidos nos Camarões. No período colonial, o país foi dominado por nada menos do que três potências europeias. Primeiro a Alemanha, depois a França e a Grã-Bretanha. Os franceses estabeleceram-se na parte norte e na região oriental. Os britânicos no sul, fazendo com que o país use até hoje duas línguas europeias como oficiais, além dos grupos que ainda falam alemão, e as 250 línguas ou dialectos africanos.

A União das Populações dos Camarões (UPC) começou a guerra contra os colonos europeus em 1948, quando um gru-

po de nacionalistas liderados pelo funcionário autodidata Ruben Um Nyobe divulgaram um manifesto afirmando que o país não era uma colónia, mas um território ocupado ilegalmente pela França, que recebera da ONU um mandato provisório de tutela. Os membros da UPC acharam que era necessário criar uma situação revolucionária igual à existente na época no Vietname e na Argélia para obrigar a ONU a forçar os franceses a negociar a independência. A guerra foi violenta, mas os cálculos políticos de Ruben Um Nyobe não deram certo. As Nações Unidas foram impotentes, e a França reprimiu violentamente a rebelião. A tal ponto que os principais quadros da UPC foram obrigados com o correr dos anos a refugiar-se na parte britânica dos Camarões. A guerrilha continuou até 1960, quando a burguesia nativa, surgida à sombra da presença francesa resolveu fundar a União Nacional dos Camarões, reunindo a elite empresarial de origem islâmica, cujo líder era Ahmadou Ahidjo. Logo em seguida a França deu a independência, sendo acompanhada pouco depois pela Grã-Bretanha. Em 1961, as duas ex-potências coloniais e os seus aliados locais promoveram um plebiscito que aprovou a união da parte britânica e da parte francesa formando uma república federativa.

Para consolidarem a sua fatia de poder, as duas burguesias fizeram da UPC o seu inimigo comum, iniciando uma repressão brutal contra todos os simpatizantes e militantes da guerrilha. Ruben Um Nyobe foi morto e dezenas de dirigentes rebeldes foram fuzilados por ordem directa de Ahidjo, cuja polícia secreta acabou por se transformar numa das mais sanguinárias da África Ocidental. Em 1972, foi proclamada a república unitária, que marcou o fortalecimento da burguesia francofona sobre a de origem inglesa. O sonho do na-

cionalismo fora esmagado pela repressão depois que o governo se apoderou da bandeira da unidade nacional. Ahidjo implantou também o poder personalista baseado na submissão dos chefes regionais dispostos a tudo para usufruírem as vantagens da protecção oficial. Como resultado os Camarões passou a ser apresentado no ocidente como um modelo de estabilidade numa propaganda destinada a atrair investimentos estrangeiros.

Politicamente, a UNC transformou-se num virtual partido único e todos os que se opusessem a ela eram classificados de traidores porque passavam a ser suspeitos de atentar contra a unidade nacional. Em várias partes do país surgiram sinistras prisões onde os detidos simplesmente desapareciam da circulação. Nas penitenciárias de Yokou, na região central; em Rchollizé, no norte; e em Kondengui, no sul, os detidos recebiam apenas uma refeição por dia, composta de milho ou mandioca. Houve também o caso de 200 estudantes capturados quando distribuíam panfletos a favor do multipartidarismo e que ficaram presos sem julgamento de 1976 até 1982.

O renascer das esperanças

Mas se por um lado, os partidos de esquerda, principalmente a UPC, se enfraqueceram devido à repressão e à perda de uma bandeira política tão importante como a da união nacional, por outra, as duas décadas de arbítrio provocaram uma ampla mudança de atitudes entre a juventude e em alguns sectores da classe média, sobretudo na parte anglofona do país. Quando Ahidjo anunciou que deixaria o poder, subitamente as esperanças ressurgiram. Yaoundé e Douala, as duas principais cidades do país foram sacudidas por uma inesperada rearticulação de políticos, movimentos civis e orga-



A extrema dependência das exportações acarretou o aumento da especulação financeira

izações sindicais. Para muitos durante anos viveram sufocados pela opressiva presença das forças de repressão e pelo arbítrio do governo, as mudanças re-democratizantes pareciam estar repentinamente ao alcance da mão.

O sector que mais rapidamente passou à ofensiva política foi o dos estudantes, que na sua maioria nasceram depois da rebelião de Ruben Um Nyobe e que cresceram dentro de um regime ditatorial sem nunca terem experimentado um clima de liberdade. Mais de metade da população dos Camarões tem menos de 35 anos e durante os anos da ditadura Ahidjo, os jovens tiveram como única alternativa de participação, a prática do desporto. Entre 1972 e 1980, o governo realizou um enorme esforço para promover o futebol, destinando verbas enormes para clubes e universidades visando a formação de atletas. O esforço deu algum resultado porque a selecção de futebol dos Camarões se tornou a melhor da África negra e chegou a disputar o Campeonato do Mundo da Espanha em 1982.

Mas o desporto foi colocado

rapidamente em segundo plano, depois que Paul Biya assumiu o poder, quando os grupos estudantis e universitários animados pela pregação reformista de intelectuais como Marcien Towa e Jean Marc Ela passaram a exigir abertamente mudanças estruturais. A luta pela abertura política uniu desde os grupos de tendência marxista ligados à UNEK (União Nacional dos Estados de Camarões) até à Juventude Estudantil Católica. Além das reivindicações redemocratizantes um outro problema acentuou a mobilização: o desemprego entre os jovens. Quando Biya assumiu a presidência havia um milhão e meio de jovens desempregados. O novo governo prometeu dar ocupação a quinhentos mil deles, mas nos anos seguintes pouca coisa pôde ser feita, o que agravou a rebelião quase estrutural dentro da universidade.

Apesar de tudo isto, foram os estudantes que saíram às ruas em defesa do novo governo quando militares e políticos ligados a Ahidjo tentaram um golpe em Agosto de 1983. A conspiração fracassou, mas as sementes da desestabilização não foram eliminadas. Biya continuou a in-

sistir em evitar mudanças drásticas tanto no governo como no partido oficial UNC. O sistema económico continuou intocável e a extrema dependência do país em relação às exportações teve como consequência imediata o aumento da especulação financeira, em vez do fortalecimento dos investimentos produtivos, especialmente na área da agricultura para consumo interno.

A nova desilusão dos sectores reformistas aconteceu em Janeiro de 1984 quando Paul Biya resolveu realizar eleições presidenciais antecipadas na tentativa de consolidar o seu poder, face às ameaças dos saudosistas da era Ahidjo. Dividida de alto a baixo entre simpatizantes e críticos do novo regime, a UNC quase não participou na campanha eleitoral, que se resumiu na promoção pessoalista de Paul Biya, ao mesmo tempo em que o governo tentava exorcizar a direita condenando à morte o ex-presidente Ahidjo, acusado de organizar o fracassado golpe de Agosto de 1983. A condenação teve um efeito mais psicológico do que prático porque o ex-presidente já havia fugido para a França em Julho de 1983.



Johnat/Epoca

As rivalidades étnicas entre o norte e o sul do país criam impasses para a unidade nacional

O cepticismo

O culto da personalidade de Biya durante a campanha irritou a esquerda que viu no episódio uma triste repetição das cinco vezes em que Ahidjo se reelegeu usando o mesmo sistema. O resultado, como era esperado, foi amplamente favorável ao novo presidente, mas ele saiu desgastado da campanha. As dificuldades impostas ao retorno dos exilados perseguidos por Ahidjo, bem como a recusa em reconhecer o papel pioneiro de Ruben Um Nboye na luta pela independência, fizeram com que os sectores de esquerda continuassem desconfiados.

Por isso, em Abril do ano passado, quando, de madrugada, uma coluna de tanques tentou ocupar o palácio presidencial, não houve a mesma mobilização estudantil de Agosto de 1983. O golpe foi dominado mais por fraqueza e vacilação dos conspiradores do que propriamente pela força do apoio popular a Biya. Foi um acto de desespero da outrora toda poderosa Guarda Presidencial, formada basicamente por militares de origem mulçumana, do norte dos Camarões e que tinham uma existência confortável desde o período

Ahidjo. Todos os chefes da conspiração eram homens de confiança do ex-presidente, que por esta altura já havia sido amnistiado da condenação à morte.

A tentativa de golpe e os sangrentos conflitos que ocorreram durante as 24 horas seguintes deixaram no ar inquietantes dúvidas sobre a solidez do dispositivo político-militar de Paul Biya. O presidente anunciou logo depois da nova tentativa golpista uma profunda reorganização dos quadros administrativos e militares com o objectivo de aumentar a sua vinculação com as bases do poder e ter assim contacto directo com tudo o que estivesse a acontecer. Mas nas semanas seguintes, as mudanças aconteceram num ritmo muito lento e em geral beneficiaram chefes políticos pertencentes a etnia *beti*, a mesma de Biya. Muitos dos novos integrantes do segundo e terceiro escalões do governo são considerados inexperientes ou tiveram laços evidentes com o antigo regime. A cúpula da UNC foi também modificada, mas os novos membros não conseguiram fortalecer a tendência para um rompimento radical com o passado.

Para reduzir o peso político da região norte, poderosa duran-

te a era Ahidjo, Biya criou novas províncias, o que teve como consequência imediata o surgimento de reclamações contra uma hipotética "ascensão étnica dos grupos sulistas". O certo é que aos poucos começaram a surgir nos meios políticos de Yaoundé comentários sobre a conduta do presidente, que segundo alguns círculos, estaria a mostrar grande vacilação diante dos acontecimentos cruciais. Muitas destas afirmações têm origem em boatos, mas é evidente que a partir do final do ano passado começaram a crescer as pressões exercidas por interesses antagónicos, tanto dentro do governo como da UNC.

O vazio político

O fenómeno mais inquietante é o ressurgimento das divergências entre grupos étnicos, e uma ainda velada nova rivalidade entre a parte francófona e a anglófona nos Camarões. O enfraquecimento da UNC passou a ser notório no momento em que a velha cúpula do partido, quase toda ela comprometida com o período ditatorial, se agarra aos postos de direcção. Os novos tecnocratas nomeados por Biya para postos governamentais carecem de bases políticas próprias, e os sectores mais jovens preferem não se vincular directamente com uma estrutura historicamente ligada ao período Ahidjo.

A realidade é que Paul Biya governa no momento praticamente sem partido, apesar dos esforços feitos pelo presidente para revitalizar a UNC no quinto congresso da organização. Fora da UNC o quadro é também bastante difícil. A UPC realizou há pouco um congresso clandestino nos Camarões no qual abandonou parte da sua plataforma política radical da época da guerrilha de Nyobe, passando a adotar uma postura mais flexível. Mas apesar do papel histórico do partido na luta pela independên-

ele tem poucos quadros vindos directamente às bases. Longos anos de repressão castigaram duramente os políticos veteranos, enquanto a maioria dos mais jovens foi obrigada a exilar-se. Desde 1982, a PC faz um enorme esforço para reassumir a liderança do movimento em favor de mudanças estruturais profundas e de uma clara opção socialista.

Outro movimento de esquerda, a Organização Camaronense para a Liberdade e Democracia (OCLD) sofre também problemas idênticos, enquanto o centrista Movimento Camaronense para a Democracia e Progresso (MOCDP) está praticamente inactivo, depois que o seu líder voltou do exílio e trocou a militância política por uma clínica médica. As demais organizações têm as suas raízes na comunidade de exilados, principalmente na França. Entre elas encontram-se o Colectivo dos Grupos de Reflexão, o Partido Democrata Camaronês, o Colectivo Horizontal 85 e o Movimento pela Democracia Popular. Todos eles ainda numa situação dúbia porque não houve até agora uma amnistia geral para todos os exilados, o que dificulta o esforço para estabelecer bases populares próprias.

problema económico

Acrescente-se a este quadro a concentração dos empresários da zona meridional e ocidental dos Camarões, onde está concentrada a maior parte dos oito milhões de camaronenses anglofonos. A região sempre foi discriminada no período Ahidjo, mas ganhou importância económica a partir do final da década de 70, quando foram descobertas grandes jazidas de petróleo, perto da fronteira com a Nigéria. A empresa estatal petrolífera SNH (*Société Nationale des Hydrocarbures*) continua a ser adminis-

trada directamente pelo presidente da República, que centraliza as decisões. No final do ano passado uma missão do governo esteve na Grã-Bretanha tentando neutralizar as reclamações dos empresários anglofonos bem como procurar novos investimentos estrangeiros nos Camarões.

O esforço para obter novos investimentos tornou-se necessário depois que surgiram indícios de enfraquecimento das exportações de petróleo, responsáveis até agora pela relativa estabilidade da economia do país. A divi-

meios bancários, tem que ser mais liberal em relação ao capital externo, com maiores facilidades para as empresas petrolíferas e maiores vantagens para os investidores estrangeiros, além de rígidas medidas para reduzir o número de funcionários públicos e desactivar empresas estatais consideradas improdutivas. Tudo isto segue o receituário clássico do FML, e mais uma vez entra em choque com as aspirações de uma boa parcela da população dos Camarões que, com o fim da ditadura, esperava por dias melhores.



O petróleo é responsável pela relativa estabilidade económica dos Camarões

da externa é pequena para os padrões africanos, mas há uma tendência para aumentar na medida em que os principais produtos de exportação como cacau, café e algodão estão com os preços em baixa no mercado mundial. Ao mesmo tempo a produção interna de alimentos básicos caiu, tornando necessária a importação. Nos meios económicos de Douala, a capital financeira do país, existe a impressão de que os "bons tempos" estão com os dias contados e que uma crise só poderá ser evitada a curto prazo se o presidente Biya adoptar um novo modelo económico.

Esse modelo, segundo os

A soma de todos estes factores indica que o país está a meio de uma fase crítica. Biya tenta manter-se no governo sem realizar mudanças radicais, mas simultaneamente alterando as suas bases de poder para não ter que enfrentar uma terceira conspiração golpista. É uma fase de estudo, onde qualquer imprevidência política pode ter consequências trágicas. Apesar do ceticismo dos movimentos populares e partidos de esquerda, eles ainda acham prematura qualquer hostilidade frontal ao regime. Em Yaoundé há um clima de expectativa no ar, pois muita gente acredita que o tempo corre contra Paul Biya. ●

A luta dos mineiros negros

Uma declaração do Congresso de Sindicatos Sul-Africanos (SACTU) revela os antecedentes do confronto entre o Sindicato Nacional dos Mineiros e o regime de Pretória

O recente movimento grevista dos mineiros negros da África do Sul deve ser encarado à luz dos eventos anteriores e no contexto mais amplo das actuais manobras dos gerentes das minas e do próprio sistema de *apartheid*.

Em Julho de 1981, o regime acatou a recomendação da Comissão Wiehahn no sentido de emendar a Lei de Minas e Obras. As recomendações da Comissão

* O texto a seguir é a transcrição das principais passagens da declaração do SACTU esclarecendo a posição dos mineiros negros e os problemas trabalhistas.

destinavam-se a acabar com a reserva de empregos e permitir a admissão de negros em várias funções que até então lhes tinham sido vedadas.

Contudo, os mecanismos recomendados pela Comissão continham veladas ressalvas de garantia aos trabalhadores brancos e a explícita declaração de que deveriam ser implantados unicamente pelos trabalhadores brancos e pelos proprietários das minas. A atitude intransigente dos proprietários de minas e a oposição dos sindicatos brancos a qualquer progresso trabalhista

dos negros impediram qualquer mudança na situação. As recomendações incluíam também mecanismos destinados a manter o controlo dos sindicatos negros militantes e das actividades sindicais (tanto do ponto de vista da sua estrutura e financiamento como dos conselhos de negociações industriais). A Comissão recomendou ainda certos meios para desestimular aqueles sindicatos que se recusassem a registar-se nos termos da emenda.

O principal objectivo da Comissão Wiehahn era pôr fim à tensa situação decorrente da insatisfação dos mineiros negros com os seus salários extremamente baixos, e com as condições desumanas de higiene e segurança, além da discriminação no emprego. Já em 1982, era evidente que tal objectivo não tinha sido atingido. Mal transcorreu um ano desde que o regime de *apartheid* tinha acatado as recomendações da Comissão, quando uma onda de agitações atingiu o país, afectando as minas de ouro, carvão e platina.

Foi oferecido um aumento de 12% aos mineiros negros, que ganhavam salários baixíssimos, ao passo que os trabalhadores brancos receberam igual aumento sobre salários bem mais altos.

A fúria dos protestos

Os mineiros negros acusaram a Câmara de Minas de manter baixos os seus salários como forma de dissipar os receios do Sindicato dos Mineiros Brancos, cujos membros procuravam conservar os seus privilégios.

Como resultado mais de 30 mil mineiros negros largaram as suas ferramentas de trabalho e exigiram aumento salarial. Declararam ter sido impedidos de formar o seu próprio sindicato e privados do direito de negociar com os empregadores. Em muitas minas, os trabalhadores negros deram vazão à sua fúria e frustração, causando prejuízos



Os mineiros negros vivem em condições desumanas de higiene e segurança

milhares de rands às propriedades dos donos das minas. As demonstrações de protesto foram brutalmente reprimidas pela polícia das minas e pelas autoridades da segurança estatal e, em certos casos, até pela polícia paramilitar. Pelo menos dez trabalhadores foram mortos e muitos deportados.

Em decorrência dos receios dos donos de minas e das insistentes exigências dos mineiros negros, o Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM) foi formado em 1982, recebendo permissão para recrutar os seus membros nos próprios locais de trabalho. Como parte da política adotada pelos proprietários, de dividir o mais possível os trabalhadores, junto outros sindicatos receberam permissão de recrutar filiados nas minas, sendo registrados como entidades negociadoras a favor dos mineiros negros.

NUM: surge um grande sindicato

A Câmara de Minas autorizou seis sindicatos — o Sindicato dos Mineiros Negros (BMWU), o Sindicato dos Mineiros e Trabalhadores em Túneis (filiado no Sindicato dos Trabalhadores Negros Unidos) e o Sindicato Federado de Empregados que Lidam com Explosivos e Produtos Químicos da Minas — a trabalharem nas minas.

O SACTU alertou os mineiros não fazerem o jogo dos proprietários das minas e do regime. Insistiu para que formassem um sindicato único, democrático e capaz de servir de porta-voz das necessidades dos operários quanto a aumentos de salários, eliminação do sistema misérrimo, liberdade de movimento e de residência, segurança no trabalho e indenização por danos físicos ou morte no trabalho.

O NUM cresceu rapidamente. Apenas um ano após a sua criação era um dos maiores novos sindicatos, com 40 mil filiados, e cerca de 10% dos mineiros



A polícia do apartheid reprime violentamente os movimentos negros que lutam por melhores condições de trabalho

negros. Em fins de 1983, o número de filiados subira para 70 mil e os dirigentes sindicais iniciaram negociações firmes com a Câmara de Minas, não apenas sobre salários, mas também sobre várias questões relativas à higiene e à segurança no local de trabalho para os mineiros negros. Além disso, o NUM deixou bem clara a sua posição no sentido de que a existência de um número excessivo de sindicatos tendia a dividir a classe e a trair a unidade dos mineiros negros.

Insensível desprezo pela vida humana

No dia 4 de Setembro de 1983, uma explosão de metano matou 65 mineiros na mina de Hlobane. Discursando no funeral, Cyril Ramaphosa, presidente geral do NUM, disse: "desejo alertar o governo para o facto de que os trabalhadores reagirão com cólera e ninguém poderá controlar a situação". Acrescentou que o desastre de Hlobane demonstrava que as leis de se-

gurança da África do Sul deviam ser reformuladas, e acusou os donos das minas de mostrarem insensível desprezo pela vida humana.

Após o desastre, houve violentas ameaças de greve. O NUM denunciou que as verificações de fuga de metano, exigidas por lei, não tinham sido feitas na manhã da explosão; convocou para uma discussão sobre a estratégia a ser adoptada e exortou à paralisação do trabalho em memória dos que tinham morrido. Mais de 30 mil trabalhadores interromperam as suas actividades por meia hora, enquanto milhares de outros observaram um minuto de silêncio.

Em Setembro de 1983, 60 mineiros negros da mina de ouro de West Driefontein foram ameaçados de demissão por se recusarem a trabalhar no subsolo, receosos de um desmoronamento das galerias. Tinham ouvido rumores de desabamento no 14º nível e recusaram-se a trabalhar numa área perigosa. O NUM, que os representava, não era reconhecido naquela mina e, assim, não teve acesso à administração.

Estes factos e muitos outros acidentes não fatais, que passam despercebidos ou não são registados, indicam as assustadoras condições de higiene e segurança dos mineiros que trabalham no subsolo na África do Sul e a aparente indiferença dos proprietários das minas. Números oficiais fornecidos pelo Departamento de Assuntos Minerais e Energéticos indicam que morrem nos acidentes de minas pelo menos 2 trabalhadores por dia e 50 ficam feridos. Segundo estes números oficiais, mais de 8.200 pessoas morreram nas minas nos últimos dez anos, e outras 230 mil foram feridas.

Tendo em vista este espantoso desempenho das minas sul-africanas em matéria de higiene e segurança, especialmente no que respeita aos mineiros negros,



Em dez anos, mais de 8.200 mineiros morreram em acidentes

o NUM tem exigido certos direitos para os trabalhadores: o direito ao seu próprio representante de segurança; de recusa a trabalhar em condições ou práticas tidas como insalubres, inseguras ou ilegais; de exigirem inspecção pelo governo sempre que suspeitarem que os regulamentos estão a ser violados; de exercerem direitos em prol da segurança e saúde de outros trabalhadores; de mover processos e nele testemunharem sem interferências ou intimidações; de acompanharem as inspecções do governo, sem perda de salário; de participarem no desenvolvimento de planos para métodos de mineração; de treino adequado na área de normas de saúde e segurança; de protecção contra abusos pelo facto de exercerem os seus direitos estatutários.

Papel decisivo

À medida que o NUM ganhava alento, os seus dirigentes procuraram fazer com que ele participasse plenamente da luta pela unidade sindical. O presidente, Cyril Ramaphosa, declarou que o movimento sindical negro tem papel decisivo a desempenhar na luta pela libertação, que exige a união de todos os oprimidos. Salientou que, apesar das recomendações da Comissão Wiehahn de 1981, a "reserva de emprego" continuava a ser factor importante da manutenção do traba-

lho negro barato. Embora, como o relatório da comissão recomendava, os operários negros estivessem a trabalhar em turnos legais, continuavam a ganhar menos que os seus colegas brancos, a despeito dos esforços do NUM para mudar essa situação.

Em Janeiro de 1984, o NUM alcançou significativa vitória ao assinar mais três acordos de reconhecimento com companhias de mineração, totalizando 14 acordos dessa natureza. Os últimos previam representação em favor dos trabalhadores não-sindicalizados dos hospitais das minas e Ramaphosa afirmou que o sindicato estava também a negociar a licença-paternidade para a maioria dos trabalhadores imigrantes.

Em fins de Janeiro do ano passado, 450 trabalhadores entraram em greve na mina de vanádio da *Union Carbide*, em Brita, no Bophutatswana, depois da companhia se recusar a reconhecer o NUM. Isto ocorreu depois do "governo" do Bophutatswana mandar uma circular a companhias que operam nesse bantustão, sugerindo que elas não negociassem com sindicatos localizados fora do mesmo. O NUM que, como todos os sindicatos progressistas, não reconhece os bantustões nem os seus "governos", iniciou um processo na justiça contra o "governo" do Bophutatswana e a *Union Carbide*, uma vez que a legislação do Conselho Industrial Sul-Africano continua em vigor no bantustão. Contudo, o Bophutatswana pretende adoptar leis que proscrivam os sindicatos localizados fora do seu território.

Também no ano passado, mil membros do NUM foram despedidos pela *Impala Platinum Refinery* por terem entrado em greve pela readmissão de sete trabalhadores. Estes tinham sido demitidos depois de se recusarem a trabalhar em virtude de agressão e insultos recebidos dos seus supervisores brancos. Traba-

trabalhadores membros do NUM entraram também em greve na mina de carvão de Rietspruit, perto de Witbank, provocada por uma "ação disciplinar" tomada contra um operário que havia participado numa interrupção do trabalho após a morte de dois trabalhadores.

Em fins de Fevereiro de 1984, dois trabalhadores morreram e houve prejuízos de centenas de milhares de rands durante um distúrbio trabalhista na mina de carvão anglo-americana de Geduld, próximo de Welkom. Segundo um porta-voz do NUM, o distúrbio foi causado pela morte de um mineiro, na semana anterior, vítima de maus tratos infligidos pelos agentes de segurança da mina.

Em fins de Março de 1984, a Câmara de Minas manteve discussões visando a implantação das recomendações da Comissão Wehahn para acabar com a reserva de emprego. Cyril Ramaphosa, presidente do NUM, não foi convidado e declarou que, devido a isso, o NUM não participaria no Conselho Industrial proposto para a indústria de mineração, a não ser que a reserva de emprego fosse completamente eliminada.

Em fins de Maio, o NUM exigiu um aumento salarial de 60% para os seus membros não-qualificados, 40% para semi-qualificados e 30% para mensais. A contra-proposta apresentada pela Câmara de Minas dava 8% para todos os trabalhadores. Em reunião subsequente, o NUM reduziu as suas exigências para 25%, declarando que não estava autorizado a descer além desse limite. A Câmara de Minas fez uma contra-proposta de aumento entre 5% e 10,9%, sugerindo que talvez pudesse ir um pouco mais longe caso o NUM fosse autorizado a prosseguir as negociações. A essa altura, Ramaphosa deu a entender que seria convocada uma conferência nacional especial do NUM a fim de discutir as condições a serem adoptadas pelo

sindicato. Acrescentou que a Câmara de Minas oferecia um aumento menor que o de 1983, o que era evidentemente inaceitável. A conferência seria parte da implementação de uma resolução adoptada durante a II Conferência Nacional do NUM, em Dezembro de 1983, quando se decidiu que as negociações seriam realizadas em Maio de cada ano e concluídas a 1 de Junho, dando aos mineiros um mês para reflectirem antes da data tradicional de aumentos (1 de Julho). Em 1983, a Câmara de Minas tinha lançado mão do "factor tempo" a fim de forçar o NUM a aceitar o acordo salarial, recusando-se a renegociá-lo.



Só um movimento negro organizado poderá eliminar a discriminação e exploração

Estas disputas e paralisações de trabalho continuaram em várias minas de Goedehoop e Kriel, no Transvaal Oriental, nas instalações Douglas da *Rand Mines*, próximo a Witbank, em Rietspruit e nas minas de carvão da *Vryheid Coal and Rail Company*. Em Durban Deep, os mineiros tiveram choques com a polícia, dos quais resultaram 111 feridos. A greve era por salários e em solidariedade com o NUM. Mais de oito mil mineiros aderiram. A polícia deixou 250 feridos entre os mineiros em greve da *Wester Holdings Division*, da *Welkom Division* e da mina "Presidente Brand", da Anglo.

É digno de registo o facto de que os movimentos dos mineiros realizaram-se no contexto de contínuos distúrbios que têm sacudido a África do Sul nos últimos meses, forçando o regime a abandonar a sua fachada de "reforma" e recorrer à repressão, declarando um virtual estado de emergência a fim de instalar o seu *new deal*. (ver *cadernos do terceiro mundo*, n.º 75, Março 85).

Sem meios de expressar a sua rejeição de ofertas salariais inadequadas, sem o direito de se recusarem a trabalhar no subsolo, os trabalhadores vêem-se com poucas opções, devido às desumanas condições de vida e de tra-

balho nas minas. A força necessária para eliminar a discriminação e a exploração só pode surgir de um movimento mineiro trabalhista organizado. Tem havido crescentes pressões no sentido de restaurar uma organização nos moldes do Sindicato dos Mineiros Africanos, do "tio" J.B. Marks que, graças à sua mobilização das massas nas minas, reuniu cem mil trabalhadores de mais de 21 minas em 1946. As suas reivindicações, então, eram os princípios básicos que os mineiros continuam a exigir hoje: o direito de se organizarem, o fim da segregação racial dos mineiros e a concessão de aumentos salariais. ●

A dívida ameaça a democracia

O presidente Daniel Ortega analisa a agressão norte-americana contra a revolução sandinista e defende a negociação conjunta da dívida por todos os países do continente

A diplomacia nicaraguense tem sido particularmente activa nos últimos tempos, correndo contra o tempo no seu empenho de dar a conhecer à opinião pública internacional as suas iniciativas de paz. Pretende-se deixar bem claro que quem se tem oposto ao diálogo e à negociação é a administração norte-americana.

Além da actividade do ministro dos Estrangeiros, D'Escoto, dos negociadores que participaram nas conversações bilaterais com os Estados Unidos na cidade mexicana de Manzanillo e de outras autoridades sandinistas presentes em vários foros internacionais, o próprio presidente Daniel Ortega tem actuado direc-

tamente na frente internacional.

Quer na sua estadia em Montevideu, durante a tomada de posse do presidente Julio Sanguinetti, como na sua visita ao Brasil por ocasião da cerimónia de posse do presidente eleito, Ortega forçou um diálogo com a delegação dos Estados Unidos, além das numerosas conversações bi e multilaterais com chefes de Estado, de governo e ministros dos vários países presentes às cerimónias. As aproximações com os norte-americanos tiveram diferentes resultados em Montevideu e Brasília. No primeiro caso, com o secretário de Estado George Shultz, houve uma entrevista formal e embora o diálogo tenha sido frio, as con-

versações foram mais profundas. Não sucedeu o mesmo no Brasil. O vice-presidente George Bush negou-se a ter uma entrevista oficial com Ortega e limitou-se, no próprio plenário da Câmara onde o presidente nicaraguense o havia interceptado, a enumerar as condições norte-americanas para um diálogo, todas elas inaceitáveis pois significariam a renúncia à soberania política.

Tanto no Uruguai como no Brasil, o governo nicaraguense obteve êxitos significativos a nível diplomático. A própria presença do presidente Ortega nessas latitudes é um dado concreto dos novos espaços políticos de simpatia e apoio que se abrem para a revolução sandinista com a redemocratização no Cone Sul. Porém, mais do que isso, as entrevistas com Shultz e com Hans Dietrich Genscher, ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal, a reunião na sede da ALAIL, em Montevideu e o encontro com os ministros dos Estrangeiros de Contadora em Brasília — que reactivou o diálogo — além dos contactos mantidos com os integrantes das diferentes correntes políticas em cada um desses países demonstram que os objectivos diplomáticos que os dirigentes políticos sandinistas teriam podido aspirar para essas visitas foram alcançados.

Em todas as cidades visitadas o presidente Daniel Ortega concedeu longas conferências de im-



A acção de Ortega no Brasil reactivou o Grupo de Contadora

... que permitiram uma abordagem em profundidade da conjuntura política centro-americana e deram ao chefe de Estado nicaraguense a oportunidade de expor os pontos de vista e as propostas do seu governo diante das pressões diplomáticas e militares que a administração norte-americana e os seus aliados na região têm exercido contra a Nicarágua.

Uma entrevista exclusiva a *caméras do terceiro mundo* estava prevista na agenda do presidente durante a sua estadia no Rio de Janeiro. Marcada para muito cedo, da manhã do dia da sua partida para São Paulo, acabou por não ser realizada a bordo do avião presidencial durante o voo. Beatriz Bissio e Carlos Castilho acompanharam a comitiva nicaraguense no avião que os transportou nos vãos internos (uma vez que o avião da *Cubana de Aviación* que os trouxe de Managua-Moscovo não obteve permissão para voar no interior do Brasil).

Desde a dívida externa às tensões relativas às relações com os Estados Unidos foram abordadas nessa conversa, cujas mensagens mais significativas reproduzimos a seguir.

Como interpreta a situação da Nicarágua no actual contexto latino-americano, quatro meses depois da sua eleição como presidente da República e depois da redemocratização do Uruguai?

— Não há dúvida de que se vive uma situação nova. As relações entre os Estados Unidos e a América Latina estão a entrar numa nova fase. Para se chegar a contribuir três elementos de grande transcendência que geram as condições que permitem a mudança.

O primeiro elemento foi a luta liderada pelo general Omar Torrijos, que colocou a América Latina a favor da defesa do Canal do Panamá. A partir dessa



A mobilização popular na Nicarágua tem dois objectivos: neutralizar as agressões externas e aumentar a produção económica

posição, Torrijos conseguiu comprometer diferentes países do mundo, e em particular do Terceiro Mundo, que se solidarizaram com a sua causa.

O segundo elemento foi a luta do povo nicaraguense, que gerou uma convergência de forças políticas e sociais a favor da liberdade da Nicarágua e contra a política de intervenção que os Estados Unidos sempre fomentaram e agora se propõem intensificar. Nesse sentido, Julho de 1979¹ marca uma nova etapa nas relações da América Latina com os Estados Unidos.

Pouco depois produz-se outro facto relevante: a guerra das Malvinas. Aí, os Estados Unidos, que fazem parte da Organização de Estados Americanos (OEA) e da realidade continental, definiram-se a favor de uma potência extra-continental que agredia um país latino-americano. Isto contraria toda a teoria da segurança continental que os próprios Estados Unidos forjaram para ligar as forças armadas latino-americanas aos seus interesses geopolíticos. Essa atitude doeu na consciência

¹ Julho de 1979 é a data da vitória popular liderada pela FSLN contra a ditadura de Anastasio Somoza.

da América Latina.

Junto com estes factores é preciso mencionar um outro mais recente: o processo redemocratizador que vive a América Latina. Este processo dá-se por caminhos revolucionários, como no caso da Nicarágua, ou, actualmente, na luta pela democracia em El Salvador, ou por outros caminhos diferentes, como nos casos recentes da Argentina, Uruguai e Brasil.

Todos estes factores contribuíram para fortalecer a luta latino-americana contra os Estados Unidos e reforçam agora a consciência continental da necessidade de travar a agressão contra a Nicarágua.

Mas há um outro tema que contribuiu de forma especial para fortalecer a unidade latino-americana: é o problema da dívida, que se relaciona com a luta dos nossos países por uma nova ordem económica e financeira internacional. A dívida é um problema de fundo, comum a todos os nossos povos. Independentemente de como ela incide em cada país, é um problema do continente latino-americano como um todo. E refiro-me em particular ao caso latino-americano porque estão aqui os maio-

res devedores. Mas a dívida também afecta os países africanos e asiáticos. Por isso não pode haver uma resposta parcial.

Qual seria então o caminho a seguir na renegociação? Uma moratória só pode ser concebida como medida conjunta, pois bastaria que um país a declarasse unilateralmente e de forma isolada para que fosse afogado economicamente pelos credores.

— Nós defendemos a moratória porque consideramos a dívida injusta e principalmente porque os nossos países simplesmente não têm com que pagá-la. Mas a Nicarágua é um país pequeno. A proposta de uma moratória tem que contar com o apoio dos grandes devedores do continente, países como o Brasil, Argentina e México, que concentram a maior parte da dívida. O que o nosso governo fez foi propiciar a discussão conjunta do assunto. O nosso papel é este: incentivar o intercâmbio de ideias para se chegar a um consenso sobre quais devam ser os passos a dar, de forma conjunta.

O que constatamos é que, inclusive aqueles governos que preferiram sistematicamente a negociação bilateral e que não aceitaram a moratória, se vêem obrigados a renegociar com prazos cada vez menores. Soluções impostas à América Latina no passado e que eram aplicadas repetitivamente têm fracassado. O que demonstra que as receitas antigas já não servem.

Caminhamos para uma ruptura completa do sistema económico vigente. Não propusemos uma moratória ou renegociação conjunta visando a quebra do sistema, mas — ao contrário — para evitar o colapso total. É impossível pagar uma dívida que cresce muito mais rapidamente do que a possibilidade de pagá-la.

Quais seriam, concretamente, os passos propostos pela Nicarágua?

— Não temos soluções *a priori*. O que temos que fazer, nós latino-americanos, é enfrentar o problema em conjunto, para fortalecer a nossa capacidade negociadora.

Logo após as eleições de Novembro na Nicarágua o presidente afirmou que restavam duas alternativas para o presidente Reagan — dialogar ou invadir a Nicarágua. Até agora não aconteceu nem uma nem outra. Qual é a sua avaliação actual?

— Acho que as duas alternativas continuam de pé. O presidente Ronald Reagan tem transformado a sua campanha contra a Nicarágua numa questão pessoal. Quanto mais a revolução sandinista avança, quanto mais ela se aprimora, inclusive através da realização de eleições, mais aumenta a agressividade da Casa Branca. Temos sentido isto na carne desde Novembro do ano passado. E muitos latino-americanos começam a perceber também que a cada gesto nosso corresponde um novo acto de intransigência por parte da administração republicana. É cada vez mais claro que Reagan não quer qualquer tipo de convivência. Ele simplesmente não aceita que um país pequeno possa ter êxito numa experiência de criar a sua própria revolução e soluções próprias para os seus problemas. Não nos perdoa a derrota diplomática que Washington sofreu com o veredicto a nosso favor do Tribunal Internacional de Haia.

O que aconteceu é que essa atitude do presidente Reagan o afasta inclusive do Congresso, cujos membros são mais sensíveis às pressões da opinião pública norte-americana que vem questionando progressivamente a política intervencionista na América Central.

Hoje, por mês, em média, mil norte-americanos visitam Manágua. Muitos dos que vêm não concordam com os nossos pon-



O Tribunal de Haia censurou o bloqueio dos portos da Nicarágua

tos de vista, mas depois de conhecerem a nossa realidade, acabam por respeitar a nossa experiência. Este é um fenómeno muito importante, que poderá ter consequências na discussão do Congresso sobre a ajuda económica e militar aos contra-revolucionários instalados nas Honduras e Costa Rica.

O Cone Sul

Como vê a redemocratização na Argentina, Brasil e Uruguai?

— Por vários motivos, é necessário fortalecer esses processos, em particular porque governos democráticos podem desempenhar um papel muito mais decisivo no problema já mencionado da renegociação da dívida. Consolidar a democracia nesses países implica consolidar a sua economia, e não se pode sanar a economia sem enfrentar o problema da dívida. Sem a consolidação da democracia não é possível consolidar a economia, mas a recíproca também é válida. A dívida é uma engrenagem infernal que mina os nossos países e deteriora as condições de vida dos nossos povos.

Se, como se disse, o presidente Reagan está interessado na consolidação da democracia na



Apesar do apoio maciço norte-americano, são crescentes os sinais de enfraquecimento dos bandos contra-revolucionários

Argentina, Uruguai e Brasil, deve propiciar uma melhoria nas respectivas economias, pressionando os credores para uma renegociação em bases diferentes. Sem uma solução para o problema da dívida externa as democracias terão dificuldade em sobreviver.

Papel de Contadora

O Grupo de Contadora, na sua opinião, ainda teria condições de propiciar um acordo negociado entre os Estados Unidos e os países envolvidos na crise centro-americana?

— Contadora continua a ser fundamental para a pacificação da América Central e para afastar a ameaça sempre presente de uma nova agressão norte-americana na área. Mas deve haver um complemento, um diálogo bilateral entre a Nicarágua e os Estados Unidos, seja pela continuação das conversações de Manzanillo, no México, ou por contactos directos. Aqui no Brasil, procurei um encontro com o vice-presidente George Bush, mas ele recusou qualquer contacto. Esta posição intransigente da administração Reagan tem criado problemas para o povo norte-americano.

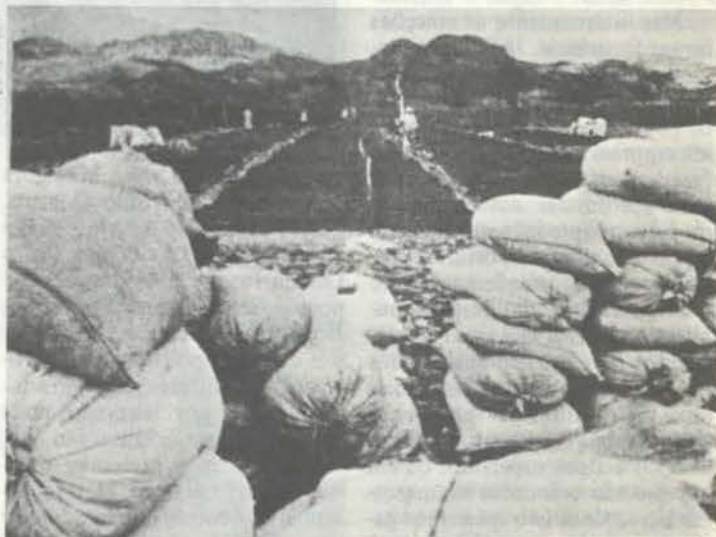
cano. O sentimento antinorte-americano surge muito forte e a nossa gente nem sempre tem condições de distinguir entre o governo e o povo dos Estados Unidos.

Mesmo alguns países europeus estão a distanciar-se de Washington na questão centro-americana. Foi isto o que pude constatar em Brasília depois de uma

conversa com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Federal, Hans Dietrich Genscher. Ficou decidido em Brasília que o grupo de Contadora voltará a reunir-se no dia 11 de Abril. Será mais uma tentativa para romper o impasse e reiniciar uma negociação, que continua dificultada pela agressividade norte-americana.

Depois da sua posse na presidência da República da Nicarágua, o senhor anunciou um plano económico de emergência destinado a enfrentar as dificuldades porque passa o seu país face às pressões militares estrangeiras e à difícil conjuntura económica internacional. Quais foram as reacções a esse plano?

— Houve reacções externas e internas. Externamente elas podem ser avaliadas pela recente visita de uma missão do Fundo Monetário Internacional a Manágua. Durante as conversações nós concordamos com a maior parte da avaliação feita pelo Fundo sobre os indicadores económicos. Mas discordamos totalmente sobre as medidas a serem adoptadas.



Na província de Matagalpa, o café continua a ser colhido, apesar da acção dos contra-revolucionários com base nas Honduras

O plano económico de emergência visa especialmente diminuir os efeitos das agressões militares e compensar os desequilíbrios provocados na Nicarágua pelo mau funcionamento do comércio mundial. Foram adoptadas várias medidas de austeridade, mas nenhuma delas procura sacrificar o nível de vida dos assalariados. Eis a questão crucial: os planos do FMI atentam sempre contra os interesses dos trabalhadores. Sabemos que será muito difícil melhorar as condições de vida dos operários enquanto perdurarem os estrangulamentos externos e a ameaça de invasão. Mas queremos assegurar que ninguém passe a viver pior do que hoje. Não vamos é transferir para quem trabalha os custos da recuperação, o que vai frontalmente contra todas as propostas do FMI. Dissemos ao FMI que o modelo que estávamos a aplicar na Nicarágua poderia ser imitado por quase todos os países latino-americanos, porque é uma fórmula adequada à realidade do continente. Por isso a missão do FMI não gostou do plano de emergência, o que não chegou a surpreender-nos.

Mas internamente as reacções foram favoráveis. Já fizemos reuniões com os encarregados do sector produtivo controlado pelo Estado, pelas cooperativas e pelos empresários privados. Vamos fazer agora encontros sectoriais para aprofundar ainda mais as medidas adoptadas e que incluem o corte de alguns subsídios, desvalorização da moeda nacional e o congelamento das despesas públicas em vários sectores não vinculados à defesa nacional. Todos os bens e alimentos essenciais são distribuídos à população pelo Estado a preços controlados. Os artigos supérfluos ou em excesso são colocados no mercado livre. Com isto queremos garantir a todos, especialmente à classe trabalhadora, o mínimo indispensável para uma vida de-

cente, mesmo em tempo de guerra.

E as relações com os partidos políticos, depois da eleição de Novembro?

— O facto novo é a campanha dos partidos ilegais de oposição para atrair os partidos que integram a Assembleia Nacional mas não fazem parte da aliança constituída em torno da Frente Sandinista de Libertação Nacional. É uma campanha feroz no sentido de ganhar adeptos para a

trema esquerda não entende é que com a sua prática política favorece a reacção e coloca em jogo a própria sobrevivência da revolução.

Quais foram os efeitos até agora da amnistia concedida aos contra-revolucionários?

— Cerca de 600 nicaraguenses que se vincularam aos grupos contra-revolucionários nas Honduras e Costa Rica já se entregaram e foram amnistiados. A maioria deles pertenceu à FDN.



Segundo o governo, Arturo Cruz deixou de ser um interlocutor político depois que visitou campos de treino de contra-revolucionários nas Honduras

contra-revolução. Mas até agora os resultados têm sido escassos. Existe o caso de Arturo Cruz, e do jornalista de *La Prensa*, Pedro Chamorro que já visitaram campos de treino de mercenários nas Honduras. Cruz já deixou de ser um dirigente político, para participar activamente na contra-revolução, e por isso não pode mais apresentar-se como um civil e muito menos pretender qualquer tipo de diálogo. Mais recentemente, começámos a notar uma aproximação da extrema esquerda nicaraguense com grupos de extrema direita. O que a ex-

Recentemente surgiu o caso de um importante dirigente da contra-revolução que, juntamente com toda a sua família, se exilou na embaixada mexicana nas Honduras. Trata-se de um elemento ligado aos serviços de informação da contra-revolução, possuidor de informações que podem ser altamente comprometedoras para a estratégia norte-americana. É necessário que lhe seja fornecido o salvo conduto para abandonar as Honduras. Porém existem fortes pressões para evitar que isso aconteça.

A experiência sandinista

A participação feminina na revolução nicaraguense, analisada pela comandante Doris Tijerino

Claudia Neiva

A participação da mulher nos problemas do país tem profundas raízes históricas", lembra Doris Tijerino. "Inclusive, encontramos as primeiras manifestações dessa participação, em situações ocasionais e de carácter individual, desde os tempos da luta contra o império espanhol.

Posteriormente, houve muitas mulheres que se destacaram na luta anti-imperialista ao lado do general Augusto César Sandino, actuando desde correio até como chefe de acampamento militar".

Com a repressão movida pela ditadura do clã Somoza - continua a comandante - há uma

queda na participação não só da mulher como do homem, o que só começa a mudar substancialmente com o surgimento da Frente Sandinista, no início dos anos 60. A partir daí, muda também a participação da mulher, "já que na época de Sandino quase todas elas se incorporavam na luta anti-imperialista levada a cabo pelos maridos, um pouco por influência da Revolução Mexicana".

Para Doris Tijerino, com a criação da Frente Sandinista ocorre um salto qualitativo porque a incorporação da mulher passa a dar-se através da tomada de consciência individual. "Além disso, embora já houvesse mulheres participando de combates, até então a maioria encarregava-se basicamente do apoio logístico aos grupos guerrilheiros. Porém, após os anos de 1964-65, elas começam a destacar-se no campo militar, assumindo inclusive posições intermédias de comando".

"Vencendo todo o tipo de obstáculos as mulheres chegam, entre os anos de 1975 e 1977, a dirigir o movimento estudantil revolucionário, ainda semi-clandestino e ilegal". Além disso, a actividade política dos sectores populares de massas era em grande parte conduzida por mulheres. "É importante destacar que essa participação da mulher nicaraguense não foi produto da decisão dos dirigentes da Frente Sandinista, mas do esforço das próprias mulheres que fizeram tudo para conquistar o lugar que actualmente ocupam", assinala.

Incorporação em massa

Vitoriosa a Revolução, os nicaraguenses mobilizaram-se para reconstruir o país, devastado pela guerra e pelos anos de exploração sob a ditadura de Somoza. Maciçamente, as mulheres incorporaram-se nesse enorme esforço, assumindo os mais di-

terceiro mundo - 53



"A participação feminina foi fruto do esforço das próprias mulheres"

versos trabalhos. Sobre elas, por exemplo, recai a responsabilidade fundamental das Brigadas Populares de Saúde, encarregadas da profilaxia e consequente erradicação de doenças:

"Este trabalho é muito importante porque o nosso país é pobre e, concretamente, o nosso Ministério da Saúde não tem os recursos humanos e materiais necessários", continua a comandante sandinista. "As jornadas de vacinação que essas brigadas fazem, conseguiram, em dois dias, imunizar toda a população infantil do país, não só nas cidades, como no campo e na montanha. O que não seria possível com uma estrutura profissional, assalariada. Como produto desse trabalho, há dois anos erradicamos a poliomielite, que era

um mal endêmico na Nicarágua. Além disso, as doenças infecciosas infantis, como a diarreia, praticamente deixaram de constituir uma preocupação. Na verdade, o trabalho das Brigadas Populares de Saúde não se limita às campanhas de vacinação; é um trabalho permanente de educação do povo sobre as normas elementares de saúde para prevenir doenças."

Ainda no campo da saúde, as mulheres desempenham um importante papel no sentido de suprir as deficiências hospitalares na hora do parto, que sempre foi uma das maiores causas de morte não apenas de crianças como de mulheres na Nicarágua. Com a Revolução, implementaram-se projectos e seminários de capacitação para fornecer conhecimen-

tos científicos às chamadas parteras empíricas, "que até então faziam aquele trabalho só por intuição".

Capacitar a mulher

Igualmente, a participação da mulher tem crescido significativamente em alguns sectores da economia. Doris Tijerino lembra, porém, que esta tem sido uma árdua conquista, já que como a Nicarágua é um país pobre, tradicionalmente sempre se deu preferência a educar e profissionalizar o homem, deixando as tarefas domésticas a cargo da mulher:

"Por isso, é muito difícil entender que uma mulher nicaraguense vá desempenhar a função de um operário qualificado,

MÃE, MULHER, COMANDANTE

□ Doris Tijerino é uma das poucas mulheres que têm o cargo de comandante militar na Nicarágua. Casada, mãe de dois filhos (um dos quais, uma menina de oito anos, nasceu em plena clandestinidade),¹ Doris Tijerino tem toda a sua vida intimamente ligada à luta contra a ditadura de Somoza. Por influência da própria família, liberal e anti-somozista, cedo começou a sua militância política. Ainda adolescente, no final da década de 60, Doris Tijerino ajudava a mãe no apoio aos movimentos guerrilheiros anti-somozistas, anteriores à formação da FSLN.

Anos depois, Tijerino incorpora-se na Frente Sandinista, onde gradualmente vai assumindo posições de maior responsabilidade. A intensificação da repressão leva-a a ser presa, duas vezes em 1967, de novo em 1969 e, por último, em 1978.

Com a vitória da Revolução, em 19 de Julho de 1979, Doris Tijerino é nomeada responsável pelas Relações Externas da Frente Sandinista. Posteriormente, passa a trabalhar como assistente para assuntos militares do ministro do Interior, comandante Tomás Borge, cargo do qual se ausenta durante 1981, quando é destacada como chefe de brigada na luta contra os bandos somozistas.



A comandante Tijerino

Em 1982, de volta ao Ministério do Interior, onde está até hoje, e como presidente da Associação de Mulheres Nicaraguenses, Doris Tijerino inicia um trabalho para constituir uma frente de mulheres no continente contra a intervenção norte-americana na Nicarágua.

¹ Pouco tempo depois da sua entrevista a *cadernos*, soubemos da trágica notícia que a comandante Tijerino havia perdido a sua filha mais nova num acidente de avião nas Caraíbas.

ando só agora, depois da Re-
volução, ela se alfabetizou. Daí,
nesso actual esforço para con-
quistar que até 1990 todo o povo
tenha pelo menos o quarto ano
de escolaridade. Nesse projecto pri-
mordial, está a capacitação da
mulher e a sua possibilidade de
ocupar um lugar melhor na vida
económica do país.

No campo, a situação é um
pouco diferente. Aí, segundo
Doris Tijerino, a mulher tem
muitas possibilidades de se incor-
porar no trabalho em condições
de igualdade com o homem. Já
existem no campo até coopera-
tivas de pequenos produtores
compostas só de mulheres, que
trabalham ao mesmo tempo proprietá-
rias e produtoras.

Participação política

Em termos de participação
política, diariamente as nicara-
guenses consolidam mais o es-
paço conquistado com a vitória
da Revolução. "Praticamente
a maioria dos comités de di-
reção regionais da Frente Sandi-
nista - revela Tijerino - inclu-
em os mais importantes, como o
da Terceira Região, que abrange
Matagalpa, os secretários políticos
são mulheres". Há também mu-
lheres no primeiro escalão do go-
verno, como Léa Guido, ministra
da Saúde e Nora Astorga, vice-mi-
nistra dos Negócios Estrangeiros.
Outro dado expressivo dessa
participação é o número de mu-
lheres que se candidataram nas
últimas eleições, "aproximada-
mente 30%, segundo a coman-
dante. A Universidade reflecte
também o espaço que a mulher
ocupa actualmente: metade dos
professores são do sexo feminino.

Mulher na vida militar

De todas as áreas em que a
mulher nicaraguense começou a
ter uma participação activa,
talvez seja no campo militar on-
de mais se sinta a mudança do



As mulheres participam juntamente com os homens na defesa do país

seu papel. Hoje, as mulheres par-
ticipam lado a lado com os ho-
mens no trabalho de defesa do
país, sem nenhum tipo de discrimi-
nação.

Embora reconheça que o nú-
mero de mulheres incorporadas
nas estruturas militares de forma
profissional tenha diminuído em
relação aos primeiros meses de-
pois da vitória revolucionária,
Doris Tijerino realça que a parti-
cipação feminina ainda é maciça
e de alto nível: "Há um grande
número de mulheres incorpora-
das nas milícias territoriais (inclu-
sive como chefes), que são as uni-
dades encarregadas da defesa das
cidades. São unidades muito im-
portantes, porque permitem
maior disponibilidade e capaci-
dade de operação às forças regu-
lares do exército, que não pre-
cisam deslocar efectivos para pro-
teger as cidades".

Outras unidades militares que
também contam com mulheres
são os batalhões de reserva. Esses
batalhões deslocam-se para as
zonas montanhosas, em opera-
ções contra os bandos inimigos,
e servem de reforço para as uni-
dades regulares do exército.

"O serviço militar patriótico -
afirma Tijerino - estabelece que
o alistamento é obrigatório para
o homem e opcional para a mu-
lher. Logo depois da queda de
Somoza foi grande o número de

mulheres que voluntariamente se
alistou, sobretudo dos sectores
populares das cidades".

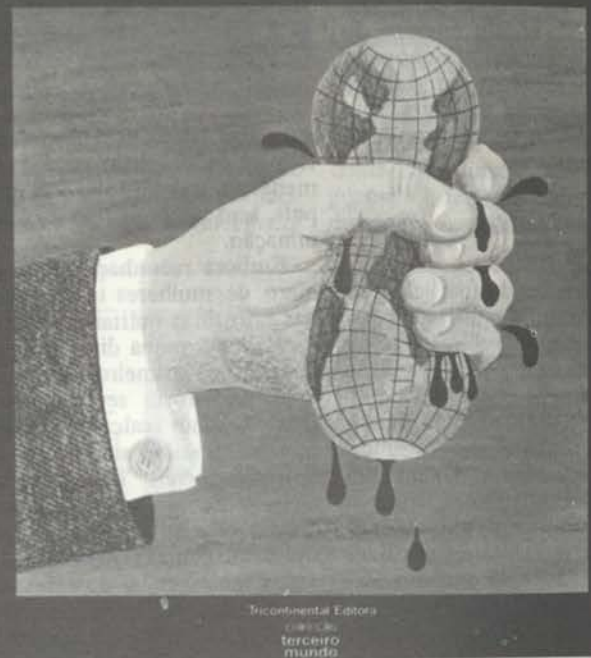
No caso, porém, de uma inva-
são ou de confrontos com os
bandos contra-revolucionários,
por exemplo, o exército pode
convocar mulheres que tenham
profissões consideradas necessá-
rias, como médicas, enfermeiras,
etc.

Não só a defesa militar, como
a defesa económica do país, tem
mobilizado as nicaraguenses.
Para a comandante, esta é uma
das tarefas mais importantes do
processo revolucionário:

"A atitude agressiva do impe-
rialismo não se manifesta apenas
através de grupos contra-revolu-
cionários, das minas que colo-
cam nos nossos portos, etc. Uti-
lizam outros métodos mais sub-
tis, como apropriar-se dos alimen-
tos e escondê-los, fazer especu-
lação, aumentar os preços acima
do estabelecido. Enfim, uma sé-
rie de delitos que se cometem
contra a Revolução, que a mé-
dio ou longo prazo, tendem a
provocar descontentamento na
população. E as mulheres par-
ticipam directamente nessa acti-
vidade de vigilância, denunciando
essas situações anómalas e
fornecendo informações ao Mi-
nistério do Comércio Interior,
para que se tomem as medidas
necessárias".

O Mundo do Petróleo

Pablo Piacentini



ESC. 480\$00

Desconto especial
de 20% para
assinantes de CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Estudos dos principais aspectos económicos, estratégicos e políticos do combustível que condiciona o sistema industrial contemporâneo. Origens, resenha histórica, situação actual, perspectivas

Uma Edição da
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.
Calçada do Combro, 10-1.º
Telef. 320650/320751
1200 LISBOA

O país reencontra sua identidade

Depois de onze anos de ditadura, os uruguaios enfrentam o desafio económico e militar no quadro do resgate dos valores que projectaram perante o mundo

Beatriz Bissio

A 19 de Março de 1984, ficava em liberdade, depois de quatorze anos de prisão, o general Abel Seregni, presidente da Frente Ampla, que chegou a ser chamado "o preso de consciência" mais importante do continente. Se naquele dia inesquecível da sua vida alguém lhe houvesse dito que um ano mais tarde, seria convidado juntamente dirigente blanco Wilson Ferreira Luñate (naquele momento, exilado) pelo presidente constitucional, o colorado Julio María Sanguinetti, para acompanhá-lo na comitiva oficial à tomada de posse, em Brasília, do presidente brasileiro Tancredo Neves, não teria acreditado. Também não teria sido fácil imaginar, em apenas um ano, um Uruguai sem presos políticos, com todos os partidos a funcionar livremente, sem censura, em pleno processo democrático. Mas o que certamente o general Seregni não imaginava é que a defesa dos ideais democráticos permitiria que fossem superados, até níveis nunca antes vistos no país, as rivalidades políticas — entre blancos e colorados e entre estes dois agrupamentos e a Frente Ampla, propiciando uma convivência construtiva

e um intercâmbio fluido de opiniões, pontos de vista e experiências entre os três maiores líderes políticos uruguaios da actualidade.

De todas as profundas e vertiginosas mudanças que o Uruguai viveu neste último ano ("o país muda dia a dia, de forma surpreendente", afirmava um velho dirigente político), talvez a que esteja a influir mais na consolidação democrática seja esta: o intercâmbio permanente

de ideias e a negociação constante entre o Partido Colorado, no governo, e o Partido Nacional (Blanco) e a Frente Ampla, na oposição.

E, naturalmente, também a amnistia, uma das primeiras provas de fogo do novo governo. Depois de uma negociação árdua, na qual o presidente Sanguinetti se empenhou pessoalmente, a lei finalmente aprovada no Parlamento foi fruto de uma conciliação entre o projecto unificado dos blancos e frente-amplistas, por um lado, e a proposta do executivo, por outro, que permitiu abrir os cárceres do regime militar e começar a devolver à sociedade uruguia a paz e a justiça, pelas quais tanto lutou durante estes anos.

Para o senador colorado Jorge Batlle, "os próximos 50 anos do Uruguai estão em jogo neste período de governo". Foram feitas muitas críticas ao senador, mas todos reconhecem a sua vasta sabedoria política. Na verdade, os desafios que o Uruguai actual enfrenta são vários e exigirão do novo governo o máximo de decisão e habilidade.

A difícil transição

No plano institucional, o caso



O presidente Julio Sanguinetti (à dir.) e o vice-presidente, Enrique Tarigo, cumprimentam-se depois da cerimónia de posse no parlamento

uruguaio talvez seja tão complexo como o argentino, com algumas peculiaridades. Um governo democrático emerge com amplo apoio popular, depois de onze anos de regime militar. Caso pouco comum na América Latina, a superação da ditadura e a transição para a democracia deram-se através de um processo estritamente político. Nem uma bomba, nem uma bala: o povo na rua e uma negociação difícil entre as forças civis e as forças armadas, que desembocou na eleição de 25 de Novembro de 1984 e na instauração constitucional a 1 de Março passado.

Os militares aceitaram voltar aos quartéis e o presidente Sanguinetti com o seu ministro da Defesa, Juan Vicente Chiarino, da União Cívica — que tivera um papel decisivo no diálogo que se desenvolveu com os militares — decidiram confirmar nos seus postos os comandantes-em-chefe das três armas. Para ambos, estes foram os chefes militares que assumiram o compromisso da transição democrática, o que os torna avalistas de tudo o que foi negociado.

Contudo, a confirmação dos chefes não impediu uma declaração firme do presidente Sanguinetti no discurso de improviso pronunciado na cerimónia de posse. "Dentro de poucos minutos — afirmou — assumo também o comando supremo das forças armadas (...), que terão que viver, como é lógico, o processo sempre difícil da passagem de um regime de facto, no qual exerceram todo o poder, para um governo democrático, no qual estarão subordinadas aos poderes legais. (...) No exercício deste comando supremo, vamos actuar (...) com a firmeza suficiente para que o país passe de uma etapa de autoritarismo para uma etapa na qual todos sintamos que podemos voltar a viver com tranquilidade (...)".

Mais uma das primeiras declarações do ministro da Defe-



Juan Chiarino, ministro da Defesa: "o país, agora, está obviamente, em paz"

sa foi a redução do orçamento militar "acompanhando a reorganização económica nacional" e a possível suspensão da remuneração complementar que os militares recebem pelo "estado de guerra". "Obviamente — disse o ministro —, o país agora está em paz". Sabe-se também que o novo governo estuda a redução dos efectivos militares, que actualmente totalizam 70 mil, ou seja, um para cada 40 uruguaio, uma das mais altas proporções do continente.

Não se pretende fazer cortes drásticos, que não só criariam descontentamento, como também ampliariam o problema do desemprego. É provável que se opte por cortes nas promoções — muitas das quais ocorreram durante os anos de ditadura fora das normas regulamentares ("fora do quadro") e por uma redução do ingresso de novos efectivos, o qual poderia ser suspenso por alguns anos.

Outro problema que tem sido estudado pelo executivo e que é objecto de análises políticas é a reformulação das escolas militares. Este é considerado um aspecto chave da restauração democrática, uma vez que nos últimos anos as discipli-

nas e a orientação dos estudos militares estavam em função de um papel para as forças armadas que não era o estabelecido pelas normas constitucionais.

O desafio de readequar os efectivos militares às suas novas funções e, ao mesmo tempo, manter um bom relacionamento com os comandantes teve uma prova de fogo logo no primeiro dia de governo, quando o comandante da Região Militar Nº1, sediada em Montevidéu, general Julio Bonelli, declarou discordar de uma nomeação efectuada pelo ministro da Defesa. Depois de algumas consultas de alto nível, decidiu-se pela passagem à reserva do general Bonelli e à sua substituição na região militar mais importante do país pelo general Carlos Berois. Berois era até então director da Escola Militar e, nessa qualidade, havia acompanhado o presidente da República na revista às tropas no dia da posse, no primeiro acto de subordinação do poder militar às novas autoridades constitucionais.

Em círculos políticos uruguaio interpretou-se esta mudança como a primeira vez que os novos detentores civis do poder e um sector militar pouco propenso a aceitar o seu novo papel mediram forças. O general Bonelli era considerado alinhado com as posições do general Alvarez, um militar da "linha dura", que tinha abandonado a presidência poucos dias antes de Julio Sanguinetti assumir.

Uma economia em crise

No plano económico, o desafio também é grande. O novo governo herda uma situação qualificada pelo presidente Sanguinetti, no seu discurso de 1 de Março, como a pior de todo o século.

"Este país, ao cabo dos últimos três anos, perdeu 15% do seu Produto Nacional Bruto (...) se pagasse todos os seus

compromissos de vencimento da dívida externa e os juros a pagar no presente ano, gastaria só com isso, 90% do valor das suas exportações. E com os 10% restantes não teria a possibilidade de adquirir petróleo de que necessita para começar a caminhar (...). Com este retrato cru da realidade e sem fazer promessas demagógicas, Sanguinetti delineou a gestão que desenvolverá à frente do executivo nos próximos cinco anos na perspectiva de uma necessária integração latino-americana.

Segundo ele, um país pequeno e pouco povoado como o Uruguai necessita sempre de pensar o seu destino no quadro mais amplo do continente latino-americano e não apenas nas suas estreitas fronteiras. Nesse sentido, o novo chefe de Estado destacou o que se considera que será uma das características do seu governo: a procura de acção conjunta com os demais países da América Latina, seja relativamente à dívida externa — o novo governo já manifestou o desejo de negociá-la de forma multilateral, de acordo com as linhas estabelecidas nas reuniões de Cartagena e Quito —, seja em matéria de racionalização e intensificação do intercâmbio comercial, económico e tecnológico regio-

Coerente com esta visão do problema económico, o presidente Sanguinetti foi buscar um uruguaio mais considerado internacionalmente, particularmente nas esferas económicas, para ocupar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Enrique Iglesias, que exerceu nos últimos anos o cargo de secretário executivo da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina) e imprimiu a sua marca própria, reintegrando o Uruguai no campo diplomático internacional — do qual esteve tão isolado durante os anos da ditadura — e espera-se



O presidente Sanguinetti com os principais dirigentes da ALADI e os vários mandatários do continente

que negocie com o conhecimento que lhe é atribuído dos problemas económicos, os requisitos nesse campo para a consolidação democrática.

Mas o problema económico não se resolve apenas no campo internacional. É necessária uma ampla negociação interna para que a economia do país possa ser reactivada. Neste aspecto, existe um consenso nos diferentes grupos políticos. Quando já parecia impossível, poucos dias antes da posse, foi anunciado um acordo económico entre todos os partidos que formam a *Concertación Nacional Programática* (CONAPRO), o organismo criado nos últimos meses do ano passado entre as forças políticas para negociar os aspectos cruciais do novo programa de governo.

O documento aprovado por economistas do situacionista Partido Colorado, do Partido Blanco, da Frente Ampla e da União Cívica começa por declarar que a política económica (do novo governo) “se diferenciará claramente da que caracterizou o período autoritário e implicará, além disso, uma atitude activa por parte do Estado (...)”.

No capítulo referente à reactivação da produção, o documento afirma que, para recuperar o



É necessária uma ampla negociação interna para reactivar a economia do país

nível de actividade, o ponto de partida será “o aumento das exportações, o aumento do rendimento real tanto dos trabalhadores como dos aposentados de menores rendimentos e a manutenção do investimento público”. Destaca também a necessidade de conseguir um “controlo efectivo da inflação, a redução do défice global do sector público e a superação das restrições que significam o superendividamento dos sectores produtivos e o peso excessivo da dívida externa”.

Entre as cláusulas consideradas mais importantes, estipulou-

se que "o aumento dos rendimentos reais se sustentará na recuperação progressiva do salário real, com períodos de ajuste não superiores a quatro meses". Esta era uma das principais reivindicações dos sindicatos uruguaios, que, apesar da repressão sofrida durante a ditadura, conseguiram reorganizar-se rapidamente e têm levado a cabo uma série de paralisações e greves que marcaram os meses de Verão.

"As sequelas (da crise) traduzem-se no âmbito social numa redução de salários de 35 a 50%, mas que, em todo o caso, é uma profunda ferida no rendimento nacional", havia declarado o presidente Sanguinetti no seu discurso.

Em relação à dívida, o acordo interpartidário também faz considerações significativas: "Todas as formas tradicionais de renegociação serão empregadas — afirma. Com essa finalidade, serão encorajadas atitudes colectivas com países devedores da região para melhorar a condição negociadora". E mais, foi assumido o compromisso de que qualquer acordo com o FMI deverá "considerar os objectivos bá-

sicos estipulados: a reactivação produtiva, a expansão do emprego, a recuperação progressiva do nível dos salários, o controlo da inflação, a redistribuição progressiva dos rendimentos". Em concordância com os compromissos assumidos nesse acordo político, o presidente urguaiense afirmou no seu discurso inaugural: "não há como pagar a dívida externa com base num reajuste recessivo ou que mantenha a economia em níveis de estagnação".

Permitir a volta do exílio

A reactivação da economia e o reenquadramento militar são os maiores problemas que a consolidação democrática e a aspirada pacificação enfrentarão.

O Uruguai, que durante anos foi um país de emigrantes e de exílio, não só tem agora que promover postos de trabalho para 15% da sua população desocupada, como também, de alguma maneira, está desafiado a abrir as portas para o regresso de um exílio — político e económico — que, em proporção ao número de habitantes, cerca de três

milhões, é um dos mais elevados (senão o mais alto) de todos os que o continente latino-americano sofreu nesta década: calcula-se em mais de 300 mil os urguaios actualmente espalhados por todos os continentes.

Como a crise económica não começou com os militares, não se arrasta desde a década de 60 (ou de 50, segundo algumas opiniões), este assunto será objecto de rigorosas discussões parlamentares, políticas, bem como a nível da opinião pública. De qualquer forma, implica a necessidade de repensar o Uruguai.

O acordo entre todos os partidos em matéria económica dificilmente poderia ter avançado mais do que avançou. Inclusive, o nível dos acordos obtidos chegou a surpreender. Resta agora ver se os acordos serão realmente levados à prática, particularmente o compromisso dos reajustes periódicos de salários. Em caso afirmativo, muito se terá avançado no caminho da consolidação democrática.

No entanto, o país enfrenta uma crise estrutural de causas



Os delegados estrangeiros à cerimónia de posse do presidente urguaiense elogiaram a festa democrática nas ruas de Montevideo

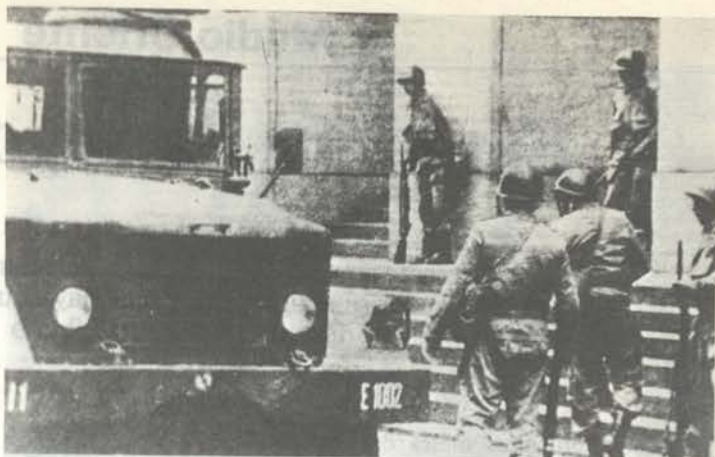
fundas. Ao longo da gestão do Partido Colorado, segundo a tradição generalizada nos meios políticos de Montevidéu, aparecem os perfis próprios de cada uma das propostas políticas. Não é o mesmo aquilo que, a médio e longo prazo, o Partido Colorado, Partido Blanco ou a Frente Popular propõem como saída.

O facto de ter que aumentar as exportações, como parte da estratégia económica para superar a crise, colocará — segundo muitos economistas — problemas como a necessidade de controlar o comércio externo, a definição da política de créditos agrícolas, o controlo das taxas de câmbio e outros recursos do Estado que nem sempre contam com a unanimidade de critérios. Concretamente, no caso do Partido Colorado, simplesmente não estão no seu programa de governo.

Reencontrar a identidade nacional

Misturada com toda esta problemática uma questão está também esboçada, no discurso presidencial, e que de alguma forma está implícita em toda a etapa de negociação que o Uruguai viveu desde Agosto do ano passado: o reencontro dos uruguaios com a sua identidade.

Os anos de ditadura — e fomos 11 — desfizeram o perfil característico do país, até então conhecido como “a Suíça da América”. Ao impedir a convivência democrática, a livre expressão das ideias, a organização sindical e sindical, os militares usurparam ao Uruguai uma parte da sua própria essência como nação. “Para nós, a democracia não é um sistema político, é o nosso próprio país”, afirmou Guinetti ao fazer um inventário histórico das origens do exercício democrático entre os uruguaios, remontando-o, de forma acertada, à época da luta independentista.



A ditadura, ao impedir a convivência democrática, tirou ao país uma parte da sua essência democrática

Os governos militares fizeram com que os uruguaios, de alguma forma, esquecessem ou perdessem, no meio de tanto medo e repressão, aquele orgulho pela sua democracia que constitua uma parte integrante do *ser nacional*. Com o encerramento de jornais, censura, proibição de filmes, canções, poemas, livros, homens, nomes, as forças armadas suprimiram do mapa uruguio, durante uma década, tudo o que chegou a caracterizar o Uruguai como um exemplo único na América Latina.

Hoje, o país vive o desafio de voltar a reencontrar-se com esse legado. Já foram dados passos rápidos nesse sentido, com o reconhecimento da autonomia universitária, a liberdade de imprensa, a legalização de todos os partidos, a libertação dos presos políticos, a autorização de regresso de todos os perseguidos.

Eduardo Galeano, reconhecido escritor e jornalista uruguio, autor do livro “As veias abertas da América Latina”, voltou recentemente ao Uruguai depois de um longo exílio e sentiu nitidamente este problema. Numa das suas primeiras declarações à imprensa, afirmou: “é muito o que teremos que fazer para recuperar um certo orgulho nacional (...), recuperar a

certeza de que não valemos mais do que os demais, mas também não menos. O Uruguai teve uma cultura nacional muito vigorosa que foi também a expressão de um desenvolvimento económico relativamente orientado para dentro, se o compararmos com o resto da América Latina. Nestes anos, na medida em que se orientou para fora, esse desprezo pelo mercado interno traduziu-se por um desprezo pelo que lhe é próprio, que contagiou todas as formas de expressão cultural (...)”.

Mas este é um desafio menor, se comparado com os anteriores. Porque o Uruguai conta neste terreno com uma matéria-prima de primeiro nível: o seu povo, os seus trabalhadores, intelectuais, políticos. Entre os visitantes estrangeiros houve um reconhecimento público desta realidade, elogios à organização popular em todas as manifestações de massa na rua, elogios ao nível político demonstrado por todos os sectores durante as negociações, admiração pela festa democrática que se presenciava.

Este reencontro do Uruguai consigo mesmo, inclusive antes do 1 de Março, talvez tenha sido a maior contribuição deste pequeno país para o avanço do processo democratizador que o continente latino-americano vive. ●

Em busca da negociação

Diferentes propostas procuram reiniciar o diálogo sobre a crise regional, que se achava num impasse desde a invasão do Líbano

Os três primeiros meses de 1985 foram marcados por intensa actividade diplomática e subtis negociações em relação à questão do Médio Oriente. Depois de um certo impasse durante 1984 — ano marcado pelo fracasso israelita no Líbano e pela recomposição de forças no poder executivo judaico — surgem, de vários sectores, iniciativas com o denominador comum de procurar retomar o processo de negociação.

As visitas de Hosni Mubarak, dos reis Fahd e Hussein, e de Chadli Bendjedid a Washington, os repetidos encontros entre Arafat e o rei Hussein e as conversações de Hussein com Mubarak, são alguns exemplos da movimentação no lado árabe. Mas os israelitas têm também circulado por diferentes capitais, como demonstra a visita oficial do primeiro-ministro Shimon Peres à Itália e o seu encontro no Vaticano com o papa João Paulo II, além das conversações com o presidente Ceausescu, da Roménia, único país socialista europeu que mantém relações diplomáticas com o Estado judaico.

Neste contexto, é importante citar o reinício das negociações entre Estados Unidos e União Soviética sobre a crise do Médio Oriente, em Fevereiro passado, na capital austríaca. Pela primeira vez nos últimos sete anos, concretiza-se uma reunião de



O presidente Hosni Mubarak

alto nível entre as superpotências para analisar a questão do Levante. Em Viena, dialogaram o subsecretário de Estado para o Médio Oriente, Richard Murphy, e o seu homólogo soviético, Wladimir Poliakov.

De todas estas reuniões surgiram algumas propostas concretas. Há diferenças entre elas, mas o facto de todas apontarem para a necessidade de reiniciar um diálogo já é sintomático. Resta saber se é possível chegar a um acordo básico: quem deve estar presente nessas negociações.

Hosni Mubarak, presidente do Egipto, pouco antes da sua visita a Washington no início de Março, deixou no ar uma proposta: que se reunissem, nos Estados Unidos,

representantes do governo de Israel e uma delegação conjunta jordano-palestina para preparar uma futura reunião directa entre todos os envolvidos no processo de paz.

“A União Soviética tem dialogado com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Porque não poderiam os Estados Unidos fazer o mesmo?”, alegou o presidente egípcio. “Porque não conversar directamente com os palestinos para saber o que eles pensam?”

O presidente Mubarak acha-se com autoridade para fazer uma proposta como esta, baseado no facto de que até à ocupação israelita de 1967, a Faixa de Gaza estava sob jurisdição do Egipto, assim como a Jordânia era responsável pela Cisjordânia (segundo decisão da ONU por ocasião da partilha da Palestina). “Por essa razão, estamos envolvidos no processo de paz, juntamente com os palestinos”, afirma.

A sua iniciativa não encontrou eco nos seus interlocutores norte-americanos. O presidente Ronald Reagan rejeitou todas as propostas, alegando que os árabes teriam que se entender directamente com Israel. A negativa foi interpretada como expressão da intransigência de Washington em relação à OLP.

O ponto de partida da proposta egípcia foi a decisão adoptada pelo governo jordano e pela Organização para a Libertação

...Palestina, em Fevereiro passa-
...no sentido de "agir de com-
...um acordo para procurar uma
...ação pacífica e justa para a
...ção do Médio Oriente e pôr
...a ocupação israelita nos ter-
...ritórios da Cisjordânia e Gaza e
...o sector oriental da cidade de
...Jerusalém". O acordo jordan-
...palestino introduz o conceito de
...trocar a terra pela paz", dentro
...o espírito das resoluções da
...ONU e do Conselho de Seguran-
...Seriam iniciadas negociações
...a paz no contexto de uma con-
...ferência internacional à qual
...compareceriam os cinco mem-
...bros permanentes do Conselho
...de Segurança (União Soviética,
...Estados Unidos, China, Grã-Bre-
...ta e França) e todas as partes
...envolvidas no conflito, inclusive
...a OLP, que faria parte da delega-
...ção mista jordan-palestina.

representação palestina

Tanto a proposta de Mubarak
...como a estabelecida nos acordos
...entre a Jordânia e a OLP defi-
...nem claramente que quem deve
...negociar pelos palestinos são eles
...próprios, sem intermediários ou
...representantes. Mais: definem
...equivocadamente que os palesti-
...nos serão representados pela
...OLP. A diferença está nos de-
...talhes: protagonistas e no âmbito
...em que, se desenvolveriam as
...negociações. Na proposta egíp-
...ta, o diálogo limitar-se-ia, numa
...primeira fase, aos representantes
...dos Estados Unidos, Israel e a
...delegação jordan-palestina.
...O acordo assinado pelo rei
...Hussein e Yasser Arafat, convo-
...cou a presença dos membros do
...Conselho de Segurança e dos
...protagonistas directos do conflito.
...A proposta egípcia sugere
...negociações preliminares em
...Washington; o acordo de Amman
...prevê a realização de uma con-
...ferência internacional.

De imediato, ambas as pro-
...postas criaram resistência nal-
...dos grupos palestinos e foram
...aceitadas com reservas por parte



Hussein: agir de comum acordo com os palestinos

de alguns governos árabes. Po-
...rém, não passou despercebido
...nos círculos políticos e diplo-
...máticos regionais que, pela pri-
...meira vez, Egipto e Jordânia
...definem claramente que não há
...mais porta-vozes do ponto de
...vista palestino a não ser os pró-
...prios palestinos. E que o proble-
...ma não pode ser tratado com
...qualquer palestino, por mais mé-
...rito que ele tenha, mas com
...aqueles designados pela OLP.

Esta posição põe fim às ex-
...pectativas norte-americanas e is-
...raelitas de poderem levar avante
...um diálogo com aqueles que eles
...chamam de "palestinos modera-
...dos", não pertencentes à OLP.

Nos Acordos de Camp David,
...assinados pelo governo do Cairo,
...como nas iniciativas jordanas
...promovidas recentemente pelo
...monarca hachemita, não só não
...aparecia sequer uma menção à
...necessidade da presença da OLP,
...como ambos os países assumiam
...a representação dos palestinos,
...negociando por eles e deixando-
...os, na prática, sem voz nem voto
...e sem direito a discutir o seu
...próprio destino.

Esta mudança de atitude em

relação à OLP de dois governos
...árabes moderados com um peso
...chave na negociação é considera-
...da um aspecto significativo da
...nova conjuntura.

O "jogo de cintura" de Arafat

Quando foram conhecidas as
...cláusulas do acordo jordan-pa-
...lestino assinado em princípios de
...Fevereiro último, houve grupos
...da OLP que manifestaram a sua
...discordância e chegaram inclusi-
...ve a condená-lo.

Mais uma vez, questionavam
...as atitudes assumidas por Arafat,
...fazendo finca pé na necessidade
...de manter uma posição intransi-
...gente em relação a Israel. A
...maior parte das críticas centrali-
...zavam-se, precisamente, na acei-
...tação, implícita no acordo de
...Amman, da existência do Esta-
...do de Israel, caso as autoridades
...judaicas retirassem as suas forças
...dos territórios ocupados, para ali
...declarar o Estado palestino (con-
...federado com a Jordânia, numa
...primeira fase, segundo o recente
...acordo). Isto é, uma aceitação
...implícita da Resolução 242 da
...ONU.



Arafat: "lutemos pelos direitos do nosso povo"

Mas a corajosa atitude adotada por Arafat, ao assumir o acordo com o rei Hussein, já estava esboçada no discurso do presidente da OLP na abertura da XVII reunião do Conselho Nacional Palestino, realizada em Amman no final do ano passado, e que contou com a aprovação dos participantes ao encontro. "Não é uma decisão que possa ter surpreendido ninguém, pois todas as articulações políticas dos últimos meses estavam a ser orientadas nesse sentido", lembra um dirigente palestino ligado a Arafat.

"Desde a nossa saída de Trípoli (Líbano), ... temos encontrado uma profunda compreensão e contínuo apoio por parte do rei Hussein e do povo jordano. Por isso, temos agido no sentido de estreitar as relações palestino-jordanas como forma de implementar as resoluções da última sessão do Conselho Nacional Palestino, para assim criar uma relação confederada entre nós e a Jordânia", afirmava Arafat naquela ocasião. "Lutemos juntos — acrescentava — para alcançar uma paz duradoura, baseada na nossa pátria libertada e no respeito pelos direitos inaliená-

veis do nosso povo, pelo nosso direito a um Estado independente na nossa Palestina, com Jerusalém como sua capital, declarando a nossa aceitação das resoluções internacionais, como base para a nossa movimentação política (...)"

Esta menção ao respeito pelos acordos internacionais é uma forma indirecta de aceitar a partilha da Palestina em dois Estados independentes que possam coexistir, o que noutras palavras significa reconhecer o Estado de Israel. E foram pronunciadas por Arafat no Congresso Nacional Palestino, em Dezembro passado. O que o acordo jordano-palestino fez, foi transformar esta posição já assumida verbalmente pelo presidente da OLP numa proposta concreta de negociação.

Nela definiu-se, como primeiro passo, depois da necessária retirada das tropas israelitas, a proclamação de um Estado confederado palestino-jordano como etapa anterior ao Estado palestino independente.

Observadores diplomáticos consideram que na posição adoptada por Arafat, em Amman, pouco o desejo manifesto das po-

pulações palestinas dos territórios ocupados em procurar soluções concretas para a sua difícil situação, e para sair do impasse criado com a retirada da OLP do Líbano e a dispersão por vários países árabes de uma boa parte das suas forças militares.

Numa entrevista concedida em Janeiro à revista *kwaitiam Al Mayaless*, Arafat tinha assinalado que uma das metas para este ano é "fortalecer a capacidade de resistência no interior dos territórios ocupados". E paralelamente tinha realçado as dificuldades que sobreviriam nessa "adversa conjuntura" do Médio Oriente, com a continuação da guerra Irão-Iraque, e o isolamento do Egipto do mundo árabe.

Com a proposta jordano-palestina, Arafat e Hussein deixaram agora a iniciativa nas mãos dos norte-americanos e israelitas. Tanto uns como outros têm justificado a sua política em relação à OLP — à qual negam qualquer representatividade — na suposta negativa dos palestinos em aceitarem a existência do Estado de Israel.

Em entrevista concedida à revista *Newsweek*, em Fevereiro passado, o primeiro-ministro israelita Shimon Peres lembrava que o rei Hussein havia exortado o Conselho Nacional Palestino em Dezembro último a procurar a paz no contexto da Resolução 242 das Nações Unidas. "Agora o rei Hussein está à espera de uma resposta de Yasser Arafat. Não tem nada a esperar. A resposta de Arafat será evasiva ou negativa", afirmava o primeiro-ministro (*Newsweek*, 18.02.85).

Já que a previsão de Peres estava errada e poucos dias após as suas declarações se concretizava o acordo entre o rei Hussein e Arafat, que passos dará Israel daqui por diante?

Yitzhak Shamir foi o primeiro a responder. "Penso que a iniciativa jordano-palestina tende mais a obter o reconhecimento

OLP por parte dos Estados Unidos do que a promover uma "verdadeira", afirmou o ministro dos Estrangeiros israelita consultado a respeito.

O problema é que o acordo talvez tenha apanhado de surpresa várias autoridades israelitas. Nos círculos árabes, prevê-se que este facto consumado possa gerar divergências profundas no âmbito da coligação entre o Partido Trabalhista e o Likud, ameaçando a estabilidade do governo de Jerusalém. Shimon Peres afirmou em Telavive, ao voltar da viagem à Itália e à Roménia, que "Israel não aceita a participação de membros da OLP" nas negociações de paz. Mas há indícios de que nas bases do seu partido e em outros sectores sociais importantes haveria uma certa abertura e uma maior flexibilidade relativamente às posições anteriores, o que não acontece no Líbano.

Israel enfrenta actualmente o problema do Líbano, onde a resistência árabe, particularmente os xiitas, tem infligido sérias baixas. Embora o governo israelita não aceite publicamente que estes reveses possam levá-lo a alterar o seu calendário de retirada que prevê uma saída progressiva das tropas, que se completaria em Setembro próximo) é notório que este tema é o centro das preocupações da administração israelita.

atitude norte-americana

Os Estados Unidos mostraram-se reticentes em fazer qualquer comentário optimista em relação à iniciativa jordano-palestina, considerando "prematura" enquanto se discute a questão. No entanto, Washington não pode negar agora que a sua estratégia de paz foi apresentada a Resolução 242 da ONU como a chave para a solução da crise do Médio Oriente. Justamente num gesto de vontade, que foi interpretado como o desejo de Washing-



Tropas israelitas retiram-se do Líbano: uma guerra fracassada que constitui hoje a principal preocupação...

ton em iniciar uma reaproximação com a Síria, o porta-voz do Departamento de Estado, Bernard Kalb, afirmou em meados de Fevereiro — depois da assinatura dos acordos entre Arafat e Hussein — que a aplicação da Resolução 242 das Nações Unidas (que pede a restituição dos territórios ocupados por Israel em troca do seu reconhecimento pelos países árabes) não se refere apenas à Cisjordânia e Gaza, mas também às colinas de Golã. Os Estados Unidos já em 1981 haviam condenado a ocupação do território sírio do Golã, mas nenhuma atitude concreta foi tomada depois de aprovar essa declaração.

É difícil prever que rumo tomarão os acontecimentos no Médio Oriente nos próximos meses. A intensificação da guerra entre o Irão e o Iraque e o acirrar do conflito no sul do Líbano são duas incógnitas que podem mudar, a curto prazo, a configuração do tabuleiro. Mas a actividade diplomática destes últimos meses e a primeira pedra de ne-



...do governo de Shimon Peres

gociação lançada no debate internacional por jordanos e palestinos levam a pensar que podemos estar prestes a ingressar numa etapa de diálogo multilateral. A flexibilidade de cada uma das partes e o real empenho de cada um em procurar os caminhos da paz determinarão até onde se poderá avançar. (Beatriz Bissio)

Ásia

Índia

Bhopal: lições de uma tragédia

A fuga de isocianato de metilo da fábrica da Union Carbide deixa transparecer os riscos de uma industrialização "a qualquer preço", onde a população carente é "carne para canhão"

Claude Alvares



Os processos movidos contra a Union Carbide parecem ter sido relegados para segundo plano

A fábrica de pesticidas da Union Carbide em Bhopal, cenário da espantosa tragédia de Dezembro último, está hoje fechada. Fora isso, tudo voltou rapidamente à rotina, tanto na cidade como no resto do país. Os que haviam abandonado a cidade (alguns levando consigo o gado), rapidamente retornaram. Os cientistas indianos que fiscalizaram a utilização do resto do isocianato de metilo (MIC) que ficou nos tan-

ques de armazenamento voltaram poucos dias depois aos seus laboratórios. E, embora continuem a surgir notícias esporádicas na imprensa indiana sobre o mortífero gás de MIC, as investigações destinadas a determinar a quem cabe a culpa pelo acidente e os processos movidos contra a Union Carbide por advogados norte-americanos nos tribunais dos EUA em favor das vítimas parecem ter ficado relegados para segundo plano.

Tudo indica que as lições de Bhopal estão a ser rapidamente esquecidas, muito embora o sofrimento causado pelo acidente continue. Segundo os números mais recentes, três mil pessoas morreram, milhares de outras foram afectadas e, destas, muitas estão condenadas à morte prematura. Famílias inteiras desapareceram. Chefes de família, que ganhavam o pão para os seus dependentes, foram dizimados. Muitos perderam os meios de subsistência, inclusive o gado.

Ainda assim, não existem planos concretos para a reabilitação das vítimas. Há pouco tempo, o governo estadual de Madhya Pradesh decidiu doar três quilos de cereais por pessoa nas colónias afectadas, o que não chegou a constituir um socorro adequado. Uma comissão foi nomeada para registar os nomes das vítimas, mas não há perspectivas de indemnização imediata para os que ficaram desamparados. A oferta de dez milhões de dólares feita pela Union Carbide para socorro imediato foi altivamente recusada pelo governo do estado, que alegou pretender processar a companhia a fim de receber uma indemnização muito maior. Agora, finalmente, o governo decidiu

...ar um processo colectivo nos
(A.A.)
...os que conhecem de per-
...a burocracia indiana sabem
...efetivamente que, mesmo que
...tribunais norte-americanos de-
...condenar a *Union Carbide*
...o que provavelmente aconte-
...a maior parte do dinheiro
...indemnização será, mais cedo
...mais tarde, devorado por al-
...centenas de bolsos pode-
...antes que chegue às verda-
...vítimas. Por exemplo,
...semana após o acidente, os
...acionários encarregados de
...pedir socorro foram vistos exi-
...do recibos de mil rúpias para
...com distribuídas. A cobiça
...burocratas de Bhopal serve-
...de vários métodos tradicio-
...nos quais o sofrimento hu-
...é apenas mais uma forma
...acumular riqueza.

Sempre que há uma operação
...socorro durante uma gran-
...enchente ou seca, boa par-
...das verbas desaparece em
...indignas e poderosas. A
...de da elite em relação às
...dições de vida das classes
...pobres é simplesmente
...No caso de Bhopal, as
...não serão diferentes. Os
...e intermediários que
...embolsar a indemnização
...o que os pobres, afinal de
...as, não precisam de tanto di-
...eiro.

...quisas sobre guerra química

Contudo, existem também
...dificuldades de natureza
...ica. Mais de 500 vítimas
...enterradas ou cremadas
...três primeiros dias da tragé-
...em que fossem emitidos ates-
...de óbito. Quanto às que
...cremadas, naturalmente
...há condições de pensar em
...Para que a indemni-
...não venha a reduzir-se a
...minharia, só há uma alter-
...: formar uma comissão
...governamental, composta de
...dotados de espírito pú-
...para a difícil e ingrata ta-

refa de apuramento dos direitos
das vítimas. Uma outra comissão
não governamental já foi insta-
lada mas com outro propósito:
investigar exactamente as activi-
dades da *Union Carbide* em
Bhopal quando ocorreu o aci-
dente. Num relatório preliminar,
a comissão declara ter encontra-
do indícios de que a firma es-
tava provavelmente a realizar
pesquisas sobre guerra química e
bacteriológica nos seus laborató-
rios de Bhopal.

Até lá, e como no passado, os
responsáveis pelo acidente e pela
tragédia continuarão impunes. A



Debrai Carve

A *Union Carbide* tenta disfarçar a gravidade da tragédia

Desde o início, os dirigentes da companhia em Bhopal fizeram o possível para abafar as notícias em torno da fuga de MIC. Até às primeiras horas da manhã de 3 de Dezembro (o gás mortal tinha começado a vaziar às 23 horas da noite anterior), nenhuma das autoridades de Bhopal sabia o que estava a acontecer, apesar das repetidas mensagens da polícia enviadas para a sala de controlo da fábrica.



"Boicote à *Carbide Assassina*", reza o cartaz de protesto. À esq. o director da transnacional, Warren Anderson

moderna prática económica per-
mite a indemnização em dinhei-
ro por crimes que deveriam ser
punidos com a morte. Houve um
momento em que a tragédia e
suas consequências jurídicas pare-
ciam destinadas a deflagrar uma
reação em cadeia, capaz de le-
var a transnacional à falência: os
accionistas começaram a vender
as suas acções. Mas, embora isso
tenha causado grandes perdas, a
situação voltou a estabilizar-se;
mesmo assim, a firma levará
meses para recuperar o terreno
perdido e modificar a sua estraté-
gia de produção. Porém, face à
crise imediata, a *Union Carbide*
conseguiu pôr em prática uma
série de manobras quase clássicas
destinadas a impedir o desastre
financeiro.

Mais tarde, os dirigentes infor-
maram os médicos que o gás não
era venenoso. Depois, passaram a
divulgar notícias, através dos
meios de comunicação social, de
que o problema estava a ser cau-
sado por uma fuga de fosgênio, e
não de MIC.

Geralmente, as transnacionais
baseiam a sua estratégia de pro-
dução mundial num pequeno
número de produtos químicos
fundamentais. No caso da *Union
Carbide*, trata-se do MIC. O MIC
é o elemento chave de uma série
de famosos pesticidas "biodegra-
dáveis" conhecidos pelo nome
de *carbaril* (marca registada:
sevin). Assim, a reação instin-
tiva da transnacional foi preser-
var a qualquer custo a imagem
pública do MIC. O fosgênio já

terceiro mundo - 67

havia adquirido má reputação, ao passo que o MIC era praticamente desconhecido para a maioria das pessoas. Desta vez, porém, a tática falhou porque os cientistas conseguiram identificar a causa através dos sintomas, e nenhum deles correspondia ao envenenamento provocado por foscênio. Espalhada, a nível internacional, a notícia da toxidez do MIC, diversos países passaram a devolver aos Estados Unidos carregamentos desse produto químico. Para piorar as coisas, a fábrica da *Union Carbide* em West Virginia, nos EUA, foi encerrada devido aos protestos do público norte-americano. (A companhia, porém, não perdeu as esperanças: na última semana de Dezembro último a maioria dos jornais indianos publicou uma reportagem, feita em West Virginia, na qual se tentava dar uma imagem favorável do MIC, sugerindo-se que esse produto químico tinha ajudado a salvar uma boa parte da produção alimentar mundial).

Os boatos de que o gás libertado era foscênio tiveram consequências terríveis. Muitas das vítimas morreram porque os médicos lhes prescreveram tratamento contra envenenamento por foscênio, e não por MIC. O foscênio não penetra na corrente sanguínea; tratados os sintomas e afastada a vítima do local contaminado, esta recupera-se rapidamente sem maiores consequências. Quando os médicos tiveram conhecimento que o envenenamento era causado por MIC, houve grandes discussões entre eles quanto à existência de um antídoto para o mesmo. O MIC penetra na corrente sanguínea: o corpo assimila o gás, decompondo-o em cianureto e em outros tóxicos. Há necessidade de aplicação de um antídoto que remova a toxina do sangue. Caso contrário, a toxina continua a atacar, com efeitos duradouros e mortíferos, inclusive paralisia cerebral.

De um lado, os médicos indianos, bem como um toxicólogo alemão, o dr. Daunderer, propuseram o tiossulfato de sódio como antídoto. Trata-se de um produto químico inofensivo e que, segundo o cientista alemão, se mostrou eficaz em mais de cem casos. Do outro lado, uma equipa médica chefiada pelo dr. K.W. Jager, da Organização Mundial da Saúde (OMS), desaprovou o tiossulfato de sódio e continuou o seu tratamento de sintomas e infecções secundárias. Enquanto o debate prosseguia, muitas pessoas morreram. Em nenhuma ocasião, a *Union Carbide* colaborou nos debates, não revelando informações que possui a respeito do MIC.

Com o regresso aos EUA do director da *Union Carbide*, Warren Andersen (que tinha sido preso por um breve período durante a sua visita à Índia), a companhia distribuiu à imprensa uma cópia do relatório de avaliação da fábrica de Bhopal, redigido em 1982, pelos seus próprios engenheiros o qual indicava que a fábrica carecia de vários dispositivos de segurança. Tratava-se de uma nova tática por parte da transnacional, destinada a recuperar a simpatia do público, lançando as culpas do desastre nos seus gerentes indianos. A imprensa indiana reagiu e não aceitou esta versão. Em primeiro lugar, a maior parte das acções da fábrica de Bhopal ainda é de propriedade da *Union Carbide* norte-americana (51% do capital); em segundo lugar, a firma não se inclinava para o encerramento, mesmo depois de saber que a fábrica não era segura. Pelo contrário, continuava a proceder normalmente as suas remessas de lucros e *royalties*.

Também não restavam dúvidas de que a *Union Carbide* transferiu para a Índia uma tecnologia de pesticidas obsoleta, que exige o armazenamento do MIC em tanques (o processo mais moderno não requer este tipo de

armazenamento). A fábrica de MIC em West Virginia, que também exige armazenamento em tanques, possui, no entanto, um sistema de segurança comandado por computador, instalado nos anos 70. A operação da fábrica indiana sem esse sistema de segurança foi um crime.

A responsabilidade do governo

Contudo, se a *Union Carbide* não conseguir sair impune deste grande desastre, tão-pouco ficarão isentos os governos indianos de Nova Déli e Bhopal. É óbvio que um investimento de tal dimensão, feito pela *Union Carbide*, numa área crítica da estratégia de "revolução verde" do país, não teria sido possível sem a aprovação e o conhecimento do governo indiano. Sempre que ocorrem transferências de tecnologia desta natureza, o governo examina todos os aspectos da transacção através de comissões técnicas.

Especialmente comprometido, está o governo de Madhya Pradesh. O governo estadual sempre defendeu a fábrica e a sua localização numa área populosa, apesar de frequentemente questionado pela assembleia estadual. Em 1975, o presidente do município de Bhopal, M.N. Buch, foi transferido por exigir que a fábrica fosse instalada fora dos limites da cidade. Em 1982, depois de o já mencionado relatório interno da *Union Carbide* ter chegado ao conhecimento dos meios de comunicação social de Bhopal através de um jornalista local, o ministro da Indústria defendeu uma vez mais a localização da fábrica, observando que ela não se tratava de uma simples pedra que podia ser tirada de um lugar e levada para outro. Além disso, sabe-se em Bhopal, que a luxuosa casa de hóspedes mantida pela *Union Carbide* na cidade sempre esteve à disposição do ministro, dos membros do seu gabinete e

...Família de importantes políticos e burocratas faziam parte da folha de pagamentos da firma. Assim, a posição do governo de Madhya Pradesh, em qualquer acção jurídica, é precária, sendo totalmente ilegítimo qualquer sentimento de indignação moral que as autoridades venham a expressar agora.

No entanto, as proporções do desastre foram tão grandes e o seu impacto a nível mundial tão instantâneo e impressionante, que as autoridades indianas — até recentemente responsáveis por abrirem cada vez mais as portas às transnacionais — acharam oportuno virem a público contra a *Union Carbide*. Exploraram assim a antipatia natural do mundo contra o poderio das grandes firmas a fim de salvarem pele. Esta atitude de santa superioridade não se justificava.

Na realidade, a indignação manifestada pelas autoridades ocidentais prosaica realidade da maioria dos programas de industrialização do Terceiro Mundo. Com as populações indefesas são obrigadas a submeterem-se a riscos ocupacionais e a ambientes poluídos, no local de trabalho e em torno dele, porque os regimes que as governam continuam acreditar que a tecnologia e os métodos ocidentais são a única solução para as suas necessidades básicas.

Essa orgulhosa indignação serve também para afastar a atenção do facto de que as muitas *Union Carbides* que operam no mundo não agem no vazio; encontram cúmplices dóceis no Terceiro Mundo, que preferem aceitar a corrupção a proteger a população contra riscos cada vez maiores.

Protecção ao meio-ambiente em desenvolvimento

O *Wall Street Journal*, num editorial sobre o acidente de Bhopal, afirmou que, apesar de as ocorrências, a transferência

de tecnologia deve continuar. Para aquele jornal, o "desenvolvimento é mais desejável que a segurança". Aliás, esta é também a opinião oficial de muitos regimes do Terceiro Mundo. Não foi o Brasil que, certa vez, disse ao EUA: "queremos a vossa poluição"? Quantos processos industriais perigosos foram transferidos para o Terceiro Mundo em decorrência desse contínuo encantamento com a tecnologia ocidental? O célebre *slogan* político continua de pé: "a protecção ao ambiente é irrelevante: a pobreza é o nosso maior perigo ambiental". Era

disse ele, não deveriam prejudicar ou ter efeito adverso sobre o desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento ou causar pressões indevidas sobre os seus sistemas sociais. Após o seminário, todos os principais sindicatos, inclusive aquele filiado no Partido do Congresso, no poder, fizeram sereíssimas ressalvas a este tipo de pensamento e exigiram que o governo ratificasse os convénios da OIT sobre saúde e segurança dos trabalhadores, independentemente dos custos.

Uma das principais directrizes da política estatal, incorporada na Constituição indiana, exige



No Terceiro Mundo, muitos preferem a corrupção a proteger a população contra os riscos da poluição

este o *slogan* da falecida Indira Gandhi.

E não só dela, como de toda a elite dominante da Índia. Ainda em Outubro de 1984, durante um seminário em Nova Déli, no qual se discutiam importantes convénios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o ministro do Trabalho indiano, Dharam Vir (já falecido), sugeriu que a OIT deveria reorientar os seus métodos de formulação de padrões trabalhistas a fim de levar em conta "as realidades existentes em muitos dos países membros, especialmente naqueles em desenvolvimento". As medidas propostas pela OIT,

que o Estado tome medidas para garantir que "a saúde e a resistência dos trabalhadores não sofram abusos (...) e que os cidadãos não sejam forçados, por necessidade económica, a adoptarem actividades inadequadas à sua idade e resistência física". O princípio jamais foi respeitado na prática, não só no sector moderno controlado pelas transnacionais, como o de produtos químicos e farmacêuticos, como também nas tarefas mais simples, nas quais não há qualquer ligação com os grandes monopólios. A nota abaixo foi publicada pelo *Times of India*, de 6 de Agosto de 1983:



Ockna rotim-Bild

A ajuda externa, frequentemente, não respeita, os direitos mais elementares das populações carentes

“Reunidos hoje, os ceramistas de Gujarat adoptaram unanimemente a resolução de não reactivar os fornos de tijolos caso os governos central e estadual não lhes concedam isenções relativamente às leis de previdência social, salários mínimos, leis trabalhistas e de emigração de trabalho. (...) A associação dos ceramistas apresentou um cheque de 1.100 rúpias a ser incorporado às verbas do primeiro-ministro para uso em operações de socorro a populações necessitadas”.

Frequentemente, o Supremo Tribunal da Índia é forçado a intervir para proteger operários pobres e temporários que trabalham em fornos, pedreiras e outras ocupações, porque a máquina administrativa comum destinada a verificar abusos dos empregadores entrou em colapso ou simplesmente não existe. E não apenas por culpa do capital privado, local ou transnacional. Em 1982, o Supremo Tribunal teve de obrigar o governo da Índia a respeitar as suas próprias leis trabalhistas no caso de operários da construção civil trabalhando em empreitadas estaduais.

Carne para canhão

É o modelo de desenvolvimento económico que exige e legitima estas atitudes antitrabalhistas.

A transferência em massa de equipamentos e processos perigosos no Terceiro Mundo resulta simplesmente do facto de as companhias não quererem respeitar o operariado, nem mesmo no Primeiro Mundo. Preferem transferir a ceder. O operário tem de ser tratado como carne para canhão, usado e abusado até à morte.

A Índia tem um contingente de mão-de-obra de 230 milhões de pessoas (incluídos os trabalhadores do campo). Segundo uma estimativa do Instituto Indiano de Tecnologia (de Nova Déli), morrem, anualmente, 100 mil pessoas em consequência de acidentes e riscos ocupacionais, praticamente o triplo do número de mortes em Bhopal. Este número não inclui mortes resultantes de doenças ou de condições do ambiente de trabalho: tuberculose, bronquite, cancro, disfunções orgânicas e diminuição da longevidade. A segurança ocupacional é geralmente vista como questão de segunda importância: os trabalhadores são enviados para cursos de aperfeiçoamento, preenchem-se religiosamente relatórios sobre o comparcimento nos mesmos, e todas as formalidades são cumpridas. Na prática, ninguém se beneficia, pois as condições reais de trabalho contribuem para que os conhecimentos adquiridos se tornem inúteis.

Naturalmente, existem leis contra tais abusos. Há, por exemplo, a Lei das Fábricas, promulgada pela administração britânica em 1848. Está totalmente antiquada. Existem novas directões de Controlo da Poluição da Água e do Ar, recém-criadas, mas estas colocam-se sistematicamente numa atitude defensiva contra qualquer tipo de queixa, e quase sempre estão dispostas a defender o interesse das empresas (e o desenvolvimento económico de um modo geral), pois a indústria destrutiva funciona à base de vidas de pessoas inocentes.

Finalmente, os órgãos de controlo e fiscalização criados por essas leis mal têm o pessoal necessário para funcionarem. Nestas condições, os inspectores de trabalho, de fábricas e de utilização de drogas vivem de propinas ou subornos. Existem também um Instituto Central de Trabalho, um Instituto de Doenças Ocupacionais e um Departamento do Meio-Ambiente. Nenhum deles tem a “garra” necessária. São órgãos reguladores e agências de pesquisa, de impacto marginal nas condições reais do trabalho. Em suma, os trabalhadores indianos, como os demais cidadãos, estão teoricamente bem protegidos mas, na prática, continuam a morrer e a sofrer lesões aos milhares.

A tragédia de Bhopal não chegou a fazer com que se reexaminasse a decisão do Terceiro Mundo de perseguir o desenvolvimento a qualquer custo, nem a estratégia de industrialização adoptada. E muito menos levou a questionar o projecto indiano de “revolução verde”, com base no uso crescente de pesticidas e do profundo desequilíbrio ecológico. A legitimidade do sistema industrial inadequado permanece intacta, inatingida. E esta é uma tragédia maior ainda que a do Domingo Negro, 2 de Dezembro de 1984.

INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO

*Quem faz da imagem e dos sons
um instrumento para a promoção
do desenvolvimento, da educação,
do progresso, da paz, da Justiça,
e do bem estar social, sabe
que carinho é fundamental
para se atingir qualidade
beleza e eficiência.*



KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO, LDA.
TRABALHO COM MUITO CARINHO!

Filmes, audio-visuais, reportagens, fotografia
e trabalhos de produção
Av. Patrice Lumumba, n.º 577 — Maputo — Moçambique
Tel. 28615-22413 — Cx. Postal 4645

A chantagem dos dólares

A Unesco atravessa, de novo, uma fase difícil. A retirada dos EUA e a ameaça no mesmo sentido por parte da Grã-Bretanha privam a organização de 30% do seu orçamento

Guiomar Belo Marques

Os Estados Unidos concretizaram a sua retirada da Unesco, no mês de Dezembro do ano passado, suspendendo, simultaneamente, a sua quota no

orçamento da organização, correspondente a 25%.

A primeira vez que, publicamente, os Estados Unidos anunciaram a sua determinação em



A "excessiva" politização da Unesco foi o argumento usado por Reagan para retirar o seu apoio. Margaret Thatcher ameaça fazer o mesmo

avançar para uma solução deste tipo, verificou-se durante a reunião do Conselho Executivo realizada entre 9 e 24 de Maio de 1984, em Paris. A argumentação fundamental tem dois pontos: uma excessiva politização da organização e a suposta má gestão económica da mesma.

Perante a ameaça dos EUA, a Unesco procurou, por um lado, esclarecer a opinião pública mundial da realidade dos seus princípios, objectivos e gestão; e, por outro lado, avaliar as alternativas económicas possíveis para sobreviver sem os 25% orçamentais.

Até ao momento, os Estados Unidos apenas conseguiram convencer a Grã-Bretanha da justiça da sua posição. Margaret Thatcher ameaça retirar-se da Unesco no final do corrente ano, com a sua quota de 5%, caso nada se modifique na política da organização e na orientação do seu director-geral, o senegalês Amadou Mahtar M'Bow, duas vezes eleito por unanimidade para o cargo.

As críticas económicas

Uma das principais críticas de carácter económico formuladas pelos Estados Unidos consiste no elevado nível dos salários dos funcionários da organização. Estes correspondem ao índice mais elevado de cada categoria do funcionalismo público do país mais rico, acrescido de 1%. Esse país de referência é, precisamente, os Estados Unidos e, à semelhança do que se passa em todos os organismos e organizações das Nações Unidas, os salários são pagos em dólares. Em meados de 1984, o número global de empregados da organização era de 3.444 contra 3.457 em 1975 e, destes, 62,8% são de origem europeia e norte-americana; 4,1% de países socialistas; 8,3% da América Latina e Caraíbas; 8,7%

Ásia e do Pacífico; 8,6%, da África negra e 7,5% dos países árabes. Há ainda a acrescentar, segundo estatísticas das próprias Nações Unidas, efectuada em finais de 1982, a Unesco regista a menor percentagem de quadros superiores, em comparação a todas as outras instituições especializadas.

Os Estados Unidos acusam também a Unesco de gerir mal os seus fundos, aumentando desmesuradamente o seu orçamento. Na verdade, como consequência da valorização do dólar e beneficiando-se, desse modo, do câmbio com o franco francês, moeda através da qual a Unesco efectua mais de 60% das suas despesas, o orçamento pôde diminuir 13% enquanto para os anos de 1982-1983 o orçamento foi de 430 milhões de dólares, para o actual exercício, a Conferência Geral votou um orçamento de 347 milhões de dólares.¹

Quanto à aplicação dos capitais do orçamento, há que ter em conta que a Unesco não só não tem fins lucrativos, como a sua missão principal consiste precisamente no desenvolvimento da cooperação intelectual entre as nações, área que sempre foi dispendiosa. Entre 1979 e 1983, a Unesco levou a cabo mais de mil "projectos operacionais", desenvolvidos em cerca de 100 Estados membros, para os quais a organização mobilizou cerca de 400 milhões de dólares. Durante este período, a Unesco associou-se a campanhas que permitiram alfabetizar mais de 15 milhões de adultos e jovens. Depois de 1978, esta organização empregou mais de 40 milhões

Outros organismos das Nações Unidas aprovaram, durante o mesmo período, orçamentos em franca expansão: mais 4% para a OIT (Organização Internacional do Trabalho); mais 12% para a OMS (Organização Mundial de Saúde); mais 15% para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).



De 1979 a 1983, a Unesco participou em campanhas que alfabetizaram mais de 15 milhões de jovens e adultos



de dólares em 29 campanhas internacionais de salvaguarda e defesa do património cultural, entre as quais se destacam Veneza, a Acrópole de Atenas, a ilha Gorê, no Senegal, o "Triângulo Cultural", do Sri Lanka. Anualmente, a organização destina cerca de 30 milhões de dólares para os seus programas científicos internacionais.

O apoio aos movimentos de libertação africanos

"É mais difícil às delegações que se exprimem no seio da Unesco evitarem controvérsias ideológicas. Isto, tendo em conta que as desigualdades em matéria

de educação ou de desenvolvimento tecnológico e científico suscitam maior polémica ou divergência de pontos de vista, que a erradicação da variola ou da malária. Da mesma forma, a maneira de conceber a paz, os direitos do homem ou a livre circulação da informação, ideais que a Unesco se encarregou de promover no seu acto constitutivo, tão pouco suscitam, todavia, a unanimidade". Estas palavras de M'Bow, que não permitem contestação, pela sua evidência, explicam por que a Unesco é, pela força dos seus objectivos, uma organização política.

"Direitos do homem e direitos dos povos estão organicamente ligados. Sem os direitos dos povos, os direitos do homem correm o risco de se tornarem meramente formais. (...) Sem direitos do homem, os direitos dos povos deixam de ser um recurso contra a injustiça ou a tirania. Impõe-se a necessidade de aprofundar esta relação tal como o próprio conceito do direito dos povos". Amadou Mahtar M'Bow procurou desse modo explicar a razão por que, ao abrigo dos seus princípios constitutivos, a Unesco apoia, através de acções de carácter cultural e educativo, alguns movimentos de libertação, atitude agora contestada pelos Estados Unidos.

Encontram-se associados às actividades da Unesco, desde 1972, segundo uma resolução adoptada pela Conferência Geral do mesmo ano, o Congresso Nacional Africano (ANC); o Congresso Panafricano (PAC) sul-africano; e a SWAPO, da Namíbia. Quanto à OLP, considerada desde 1974 pelas Nações Unidas como legítimo representante do povo palestino, foi convidada a enviar observadores às reuniões da Unesco, segundo uma resolução da Conferência Geral de 1974. A integração destes movimentos nas actividades da organização foi, logicamente, acompanhada por diversos tipos de resoluções, no sentido de lhes fornecer ajuda.

Um director-geral incómodo

É sabido que quem detém o poder económico detém, simultaneamente e de uma forma ou de outra, o poder de decisão. A falta de controlo político inerente ao facto de, na Unesco, cada país ter um voto, tem incomodado os Estados Unidos. Além do mais, Washington deseja a demissão de M'Bow, não porque o director-geral se tenha excedido nas suas funções, mas porque ele não agiu no sentido desejado pelos EUA.

Dos antecessores de M'Bow, apenas René Maheu chegou ao fim do mandato. Todos os outros se viram coagidos, por motivos vários, a se demitirem. Mas, quanto a M'Bow, o tiro parece sair pela culatra. "Não me demitirei", afirma o actual director-geral. E ao afirmá-lo defende, justificando uma por uma, todas as medidas adoptadas pela Unesco ao longo do seu mandato.

Se M'Bow se tornou incómodo para os Estados Unidos ao longo do tempo, já que, inicialmente, Washington foi um dos mais fervorosos defensores da sua candidatura tendo inclusive votado para continuar durante mais sete anos, o problema não



M'Bow: "Não me demitirei"

se centra na sua pessoa individualmente, mas naquilo que ele representa.

Em alguns círculos ocidentais, para os quais se coloca a possibilidade da demissão de M'Bow, fala-se em alguns nomes, como é o caso do ex-chanceler alemão federal Helmut Schmidt, dos antigos primeiros-ministros Pierre-Elliot Trudeau, do Canadá, e Malcolm Fraser da Austrália ou até do colombiano Pastrana Borrero, para sucedê-lo. Mas o actual director-geral não parece disposto a ceder às pressões norte-americanas e encurtar o seu mandato.

A procura de soluções

Os 30% de quotas correspondentes no orçamento à participação dos EUA e da Grã-Bretanha, caso esta, apesar dos vários apelos de diversos países ocidentais, venha a concretizar a ameaça já formulada, colocam a Unesco em sérias dificuldades económicas e impedem a concretização de alguns projectos a serem desenvolvidos nos próximos dois anos.

Para estudar as implicações da retirada norte-americana da organização e procurar encontrar soluções, esteve reunido no passado mês de Fevereiro, em sessão extraordinária, o Conselho Executivo da Unesco, com a presença de diplomatas de mais de 50

países. A França, entretanto, decidiu dar uma contribuição voluntária de dois milhões de dólares, no sentido de minimizar, dentro das suas possibilidades, as dificuldades orçamentais geradas pela diminuição global de 43 milhões de dólares, correspondentes aos 25% norte-americanos. Amadou M'Bow afirmou, durante a reunião, que outros países se mostraram estar dispostos a seguir o exemplo francês. A Líbia e a Arábia Saudita são alguns dos que já afirmaram publicamente estarem nessa disposição.

Parece, assim, que, apesar de os países ocidentais não estarem totalmente de acordo, dois caminhos existem no momento para a Unesco: por um lado, reduzir os gastos e, por outro, um aumento das contribuições voluntárias dos países.

Sem perda de tempo, os Estados Unidos lançaram uma campanha de pressão, consubstanciada numa denominada "Comissão Especial para o Controlo sobre a Reforma da Unesco". Segundo se depreende de uma declaração divulgada recentemente pela diplomacia norte-americana, a comissão foi criada com o objectivo de elaborar e impor à comunidade internacional "recomendações" concretas com vista à obtenção de transformações radicais nas actividades da Unesco. Aliás, alegando restrições do orçamento interno, os Estados Unidos vão reduzir as suas verbas de participação em mais duas organizações das Nações Unidas: a FAO e a Unicef.

Torna-se cada vez mais clara a rejeição da actual administração norte-americana da actividade dos organismos de ajuda mútua internacionais. Já não convence ninguém o argumento da necessidade de reduções orçamentais, quando as verbas destinadas para o armamento aumentam em cada ano. O que resta saber é se o poder do dólar irá tão longe quanto a administração Reagan desejaria.

PORTUGAL: CRISE ECONÓMICA LIMITA COOPERAÇÃO

Durante o ano de 1984, apenas foram utilizadas 294 das 340 bolsas de estudo postas à disposição dos países africanos de expressão portuguesa por Portugal, através do Instituto de Cooperação Económica (ICE). Estas bolsas referem-se na maior parte dos casos a breves cursos de formação e especialização técnica-económica e financeira realizados em colaboração com organismos do Estado e empresas privadas portuguesas. Não se incluem nesse número, as bolsas concedidas no âmbito escolar — níveis médio e superior — bolsas estas geridas por outro departamento, a Direcção Geral de Cooperação.

Os cursos mais procurados pelos bolsistas africanos têm sido a formação no campo das técnicas da pesca, da navegação, da hotelaria e turismo e do controlo do tráfego aéreo. Se se comparar o número total de bolsas concedidas pelo ICE aos "cinco", verifica-se que entre 1983 e 1984 não se registou qualquer aumento na oferta de bolsas, tendo a sua utilização até baixado: 301 em 1983, para apenas 284 no ano transacto.

As razões que poderão explicar a não total utilização das bolsas oferecidas prendem-se, na maior parte das vezes, com o montante posto mensalmente à disposição do bolsista. Actualmente essa verba é de 19500\$00 mas até há bem pouco tempo ela não ultrapassava a metade (desde 1 de Janeiro que o salário mínimo nacional para a indústria e serviços, em Portugal, é de 19200\$00).

Atendendo à nacionalidade dos utilizadores das bolsas concedidas pelo Instituto de Cooperação Económica, constata-se que os angolanos foram em

maior número (88), seguindo-se-lhes os caboverdeanos (81), os santomenses (68), os moçambicanos (32) e, por último, os guineenses (25).

FUNDAÇÃO "MAURICE BISHOP" PEDE APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL



Com a finalidade de honrar e preservar a memória do ex-primeiro-ministro do governo popular revolucionário de Granada, Maurice Bishop, assim como dos ministros dirigentes sindicais, operários e estudantes mortos em 19 de Outubro de 1983 — por ocasião da invasão norte-americana —, foi criada a Fundação "Maurice Bishop".

A Fundação "Maurice Bishop" é uma entidade legal, estabelecida sob as leis daquela ilha caribiana como uma organização sem fins lucrativos. Entre os seus principais objectivos estão: coletar fundos para a construção de um monumento em honra dos mártires; construir e operar um centro que recolha e distribua materiais sobre a vida e o trabalho de cada um dos mártires; estabelecer um fundo de auxílio às pessoas que perderam os seus bens em Outubro bem como àqueles que necessitaram de assistência médica em consequência

do acontecimento; e tudo fazer para encontrar os restos mortais de Bishop e de todos os outros mártires para que eles possam ser enterrados dignamente.

Os directores da Fundação têm apelado às pessoas de boa vontade e interessados em auxiliar os trabalhos da entidade que enviem a sua ajuda para o seguinte endereço: *Maurice Bishop and 19 October Martyrs Foundation, P. O. Box 167, Greenville Street, St. George's, Grenade.*

QUATROCENTOS ARTISTAS NA "LISTA NEGRA" DA ONU

Depois de ter adoptado uma determinação proibindo exposições de artistas na África do Sul, a ONU elaborou uma "lista negra" na qual se encontram cerca de 400 nomes. Esta decisão da ONU vem na sequência do boicote há já algum tempo decidido, como forma de protesto e condenação contra a política de *apartheid* daquele país.

Simultaneamente, admiradores de alguns dos artistas incluídos na "lista negra" da ONU — com destaque para Liza Minelli e o grupo Beach Boys — iniciaram também o seu boicote aos espectáculos.

No passado mês de Janeiro, 14 nomes foram retirados da lista, visto os artistas — na maioria negros norte-americanos — terem prometido publicamente não voltarem a actuar na África do Sul. Uma série de outros, entre os quais Tina Turner e Jimmy Cliff, surpreendidos pelas medidas tomadas, afirmaram desconhecer o conteúdo do decreto da ONU. Em contrapartida, Stevie Wonder foi recentemente detido pelas autoridades norte-americanas por se ter manifestado frente à embaixada da África do Sul nos Estados Unidos contra a política do *apartheid*.

Comunicação

Sakina versus Dallas

Um novo modelo de feminilidade islâmica

A juventude árabe repudia os padrões culturais que se pretendem impor através de seriados importados dos Estados Unidos

Fátima Mernissi



Uma nova força na política árabe toma as ruas: os jovens

Os administradores do FMI e do Banco Mundial sabem agora que a assinatura de um ministro árabe numa carta de intenções não garante que esta seja implementada. A 28 de Dezembro de 1983, os tunisinos tiveram conhecimento que, por decisão do Banco Mundial, o pão subiria de 80 centavos para 1,70 francos. A 6 de Janeiro seguinte, o presidente Bourguiba anulou o aumento. O que tinha acontecido entre as duas datas? Uma nova força, totalmente desconhecida na política árabe, havia tomado

as ruas: a juventude. As manifestações deixaram um saldo de 80 mortos, 500 feridos e milhares de presos políticos. E poucos meses depois, em Marrocos, aconteceram episódios semelhantes.

Os jovens entre 15 e 24 anos perfazem um quinto da população árabe (19,3% dos egípcios, 20,9% dos tunisinos, 19,5% dos marroquinos, etc.). O seu extremismo político é em grande parte expressão da revolta contra o consumismo.

Diante da ausência de canais

democráticos de expressão, a juventude recorre a formas não institucionais: violência nas ruas, organizações clandestinas, oposição extremista ao aparelho político estabelecido. E a religião, que é a base da legitimação política nos Estados muçulmanos teocráticos, tornou-se o campo de batalha no qual os jovens desafiam as classes dirigentes e expressam a sua necessidade de novos valores, horizontes e caminhos.

Os valores culturais árabes e islâmicos mostram-se vulneráveis à agressão dos valores consumistas procedentes do exterior e os jovens reagem recorrendo ao fundamentalismo islâmico ou ao ultra-esquerdismo.

Para os jovens, é óbvia a contradição entre o que os dirigentes dizem e fazem. Nos seus discursos televisivos diários, as autoridades proclamam-se muçulmanas, nacionalistas, respeitadoras dos valores islâmicos. Mas quando se trata de agir, importam filmes norte-americanos. Não aqueles que descrevem as lutas dos idealistas de esquerda (que também existem nos Estados Unidos) contra o consumismo, mas os produtos mais acabados da indústria cultural, como "Dallas" e "Dinastia".

Um professor secundário distribuiu 100 questionários entre os seus alunos em Rabat e chegou à conclusão de que a juventude não se sente absolutamente nada atraída por "Dallas". À pergunta "do que gostas mais do estilo de vida mostrado em "Dallas"?", um jovem de 23 anos respondeu: "só gosto daqueles que têm uma vida limpa, dos que não são como o J. R."

"Do que é que não gostas em "Dallas"?" "Dinheiro demais, carros demais...", respondeu um estudante. "Bebida demais, estão sempre no bar", escreveu outro.

E quando perguntou "por que achas que 'Dallas' é tão popular em Marrocos?", a maioria respondeu: "é o único que há na TV", "não temos opção", e outras respostas semelhantes.

Que "Dallas" ocupe um lugar preponderante na televisão árabe é casualidade. Também não é resultado de uma escolha forçada das emissoras. Com estrita censura estatal sobre a televisão, não há possibilidade de acidentes. A programação é uma escolha deliberada de tecnocratas cujo trabalho consiste em mostrar na televisão valores coerentes com as opções culturais e filosóficas do grupo dominante.

Na maioria dos países árabes, a TV é estatal. Em princípio, não existe televisão comercial. Em quase todos os países árabes sustentam o islamismo como sua ideologia, embora os abertamente capitalistas se digam antiimperiais e energeticamente nacionalistas. Nenhum país árabe, nem mesmo aqueles mais articulados com o mercado capitalista através da compra de armas e venda de petróleo, se proclama defensor da cultura "ocidental" ou



A programação das televisões árabes, estatais, é feita por tecnocratas que optam pela dominação cultural dos EUA

dos valores norte-americanos. Nenhum acordo económico ou financeiro obriga os árabes a importarem filmes dos Estados Unidos.

Mais, nem há sequer um interesse económico em passar "Dallas" na televisão árabe. Nos Estados Unidos, segundo a revista *Time*, a CBS paga 650 mil dólares ao produtor para transmitir cada episódio de "Dallas" e vende, depois, cada minuto de publicidade a meio milhão de dólares. Com isso, ganha quase 2,5 milhões com cada programa. É claro que o interesse da CBS não

é proporcionar cultura aos norte-americanos, mas lucrar. Se as televisões árabes fizessem negócios fabulosos com "Dallas" entenderíamos melhor a sua opção. Mas não. Não são emissoras comerciais. São os contribuintes que pagam os tecnocratas da TV, com capacidades criativas reduzidas à censura obtusa e ao dilettantismo pessoal. Qual é, então, o mistério da presença de "Dallas" na televisão islâmica? Se compreendemos isso, entenderemos a adesão da juventude ao fundamentalismo e a sua reacção extremista contra o consumismo.

FÁTIMA MERNISSI: UMA MULHER ISLÂMICA

De Marrocos até a Indonésia, de um extremo ao outro mundo islâmico, jovens universitárias, que há dois ou três anos frequentam as aulas usando *blue jeans* e escutando *rock* num *walkman*, escondem hoje o rosto atrás do véu e o seu corpo, dos tornozelos aos punhos, com vestimentas semelhantes às das freiras cristãs.

Como os *hippies* dos anos 60 no Ocidente, os jovens exprimem com as suas vestes e conduta repúdio aos valores estabelecidos do consumismo, optando neste caso por uma volta aos que se pode sejam os valores fundamentais do Islão. Qualquer crítica ao fundamentalismo é classificada como pró-ocidental... e muitas realmente são.

Neste artigo, extraído de uma palestra proferida pela autora no seminário sobre "Terceiro Mundo: desenvolvimento ou crise?" organizado recentemente pela Associação de Consumidores de Penang, Malásia, Fátima Mernissi questiona ao mesmo tempo a ideologia consumista a sua negação extremista, ao defender Sakina, a neta rebelde do Profeta, como modelo de feminilidade islâmica.

A autora nasceu em Fez, Marrocos, a poucos metros da Universidade Karawiyeen, um secular centro islâmico que se transformou em baluarte da resistência nacionalista contra o colonialismo francês. Mernissi pôde escapar do analfabetismo porque os nacionalistas abriram as portas das escolas às mulheres, tradicionalmente veladas e reclusas. Formada em Ciências Políticas e em Sociologia depois da independência, a autora ganhou notoriedade internacional com os seus estudos sobre a mulher nas sociedades islâmicas. (Roberto Remo)

O consumismo e as tecnocracias governantes

Os filmes norte-americanos ocupam mais de um terço da programação importada pelas televisões árabes. Nos países petrolíferos, essa participação chega a 60%. Segundo estatísticas da Unesco, quase dois terços dos filmes importados pela Líbia socialista vêm dos Estados Unidos. O mesmo que nos Emiratos Árabes Unidos capitalistas. Trinta por cento dos filmes que países politicamente tão distantes, como a Argélia, Tunísia ou Iraque compram, são norte-americanos.

Países que não se podem pôr de acordo em assuntos vitais como as soluções para o desemprego, o fracasso agrícola, a questão palestina ou uma estratégia comum para dominar a tecnologia, chegam a um surpreendente consenso sobre a importação de filmes norte-americanos.

Porque não soviéticos ou chineses? Porque não dar prioridade aos filmes de outros países islâmicos? Porque não investir uma percentagem das fabulosas receitas petrolíferas a fim de criar um cinema árabe que contra-ataque a influência ocidental? Porque estão os cineastas árabes cronicamente desempregados e obrigados a mendigar fundos no exterior ou mergulhados em dívidas para poderem produzir, já que não há nenhuma protecção à criação local?

Se as televisões árabes são tão grandes consumidoras de filmes norte-americanos é porque há semelhanças essenciais entre os pontos de vista materialistas, consumistas e fetichistas (que reduzem tudo a objectos) das tecnocracias árabes e dos *managers* norte-americanos da indústria cinematográfica e publicitária. Para ambos, a pessoa é um ser instintivo e sem cérebro. Os tecnocratas económicos árabes alimentam esse modelo com as suas políticas económicas; os *mass media* dos Estados Unidos, com os

heróis que propõem e os valores que estes defendem: obediência e egoísmo.

As tecnocracias árabes não se sentem capazes de administrar uma democracia, onde cidadãos plenamente capazes possam criticar as políticas do Estado e mudar os rumos. A censura, as prisões para os presos políticos são manifestações desse medo escondido dos dirigentes que decidem sobre a vida dos cidadãos. Se tomarmos as decisões dos tecnocratas árabes, e não os seus discursos, como chave para identificar a sua identidade cultural, veremos que não têm a menor consideração por um dos valores fundamentais do Islão: *az-zuhd*, *at tagashul*, ou seja, a frugalidade, a austeridade, a modéstia. A não-ostentação no comportamento, a dignidade e o respeito.

O Islão deu ao mundo uma experiência espiritual valiosa para esta era de "dalasmania": o sofisma. Uma busca dolorosa que se prolongou vários séculos para transcender impulsos egoístas, consumistas, para se elevar sobre diferenças de raça, religião ou *status* social, a fim de se abrirem novos horizontes de compreensão do mundo.

Al-Hallaj, um sofista do século IX, foi condenado à fogueira em Bagdá por ter sustentado que a dignidade do cidadão muçulmano não pode ser separada da dignidade divina. Mas não existe nenhuma série na televisão árabe sobre ele, nem sobre outros gigantes da luta contra o consumismo, porque lutavam também contra a opressão política, pelo respeito à dignidade humana que corta as raízes do fanatismo e a monopolização das decisões por uns poucos.

As decisões sobre temas como importação e exportação de bens culturais podem ensinar-nos muito sobre as opções, inclinações e paixões psicológicas dos nossos dirigentes. Essa "psicopolítica" mostra que a economia também é cultural. Não há decisões eco-

nómicas divorciadas dos valores culturais. Um gesto banal, como quando um cidadão do Terceiro Mundo ligava a "sua" televisão, é um processo de decisão psicopolítica, pelo simples facto de que a televisão não é sua. É do Estado. E muitas vezes de um Estado com o qual não tem ligação. Portanto, é a televisão de outro, disfarçada de instituição nacional.

Veremos a seguir um exercício de psicopolítica, no qual se demonstra que o que o leitor pensa que seja uma mulher bonita não é uma opção idiossincrática banal, mas uma determinação política, imposta pela localização histórica na periferia do omnipresente indústria cultural dos Estados Unidos.

Como é uma mulher bonita? A psicopolítica da plutocracia

As sociedades árabes de hoje são governadas na sua maioria por plutocracias, ou seja, uma minoria de gente rica e poderosa que monopoliza o poder político e o usa no interesse próprio. O modelo de feminilidade dessa plutocracia é um perfil consumista, que reduz a mulher à sua dimensão física e a priva de toda a inteligência. E este não é o modelo de beleza tradicional na cultura árabe.

Hoje, na cultura árabe dominante, a mulher bonita ideal deve ser silenciosa e não precisa dar sinais de muita inteligência ou carácter forte. Se, por acaso, a mulher é inteligente e tem personalidade, deverá escondê-las para simular ser a mulher com a qual os poderosos plutocratas árabes muçulmanos dos nossos dias sonham ter como companheira.

O que surpreende a quem estuda a tradição árabe e muçulmana é que esse ideal de feminilidade é totalmente alheio à cultura islâmica. Se tomarmos como referência os séculos de ouro do império islâmico vencedor (entre os séculos VII e X, já que a maioria dos historiadores mar-

como começo da decadência islâmica a reconquista da Anatólia pelos cristãos, iniciada no século VIII) encontramos que o ideal de beleza combina o aspecto físico com a inteligência. Nenhum árabe poderoso no islamismo vencedor imaginaria que o amor e carinho poderiam ser desperdiçados com uma mulher capotada. O engenho, a rapidez de pensamento e as opiniões firmes eram considerados marcas de beleza aristocrática e características que a mulher ideal deveria possuir. Para demonstrar isso, vemos o caso de Sakina Bint Al-Husein, neta do califa Ali e Fátima, filha do profeta Mohammed (homem).

Sakina, um ideal de beleza não-estrangeiro

Sakina é filha de Hussein, filho de Fátima, a filha do Profeta. Nasceu provavelmente no ano 627, quando o Islão tinha 49 anos. Morreu em Medina no ano 670 da Hégira (738 d. C. no calendário cristão), ou seja, quando tinha 67 anos. Os grandes historiadores estavam fascinados com ela e descrevem a sua beleza, inteligência e humor, assim como seu comportamento desafiante perante autoridades como os juizes e governadores.

O idioma árabe conserva até hoje palavras vinculadas ao seu nome, como *barza* e *nachiz*.

Sakina era *barza*, segundo os biógrafos, isto é, não usava véu. Isso não era excepcional nos aristocráticos de Hedjaz. Sakina Bint Talha, neta do califa Bakr, também era *barza*, já que "se Deus me deu a beleza, quero que as pessoas a vejam".

Nachiz era a mulher que se rebelava contra o marido e contra os regulamentos do matrimónio islâmico. Sakina *nachizou* contra o seu marido Abdallah Othman. A mãe de Abdallah, Sakina Bint Az-Zubair, dirigiu-se ao califa Abd-Al-Malik, que lhe deu o título de *Emir-at-Mu-*

minin ("Príncipe dos Fiéis") para pedir-lhe que ajudasse o marido recusado a recuperar a sua autoridade sobre a esposa rebelde.

O que respondeu o califa? "Não conheces Sakina?" O homem mais poderoso do império islâmico não colocou em questão o direito de Sakina em se rebelar, embora fosse contra a mais legítima das autoridades: o seu marido.

crutínio e busca de incoerência: Jarir, Al-Farazdag, Nusaib, Khattir, Oman Ibn Abi Rabia, etc., com quem ela se defrontava nos *Majalis* (equivalente aos nossos "centros literários" de hoje).

Teve quatro maridos, segundo alguns registos históricos, cinco segundo outros, todos eles da sua origem social aristocrática. Quando um dos seus esposos morreu lutando contra o califa



Nos primeiros tempos do islamismo, o ideal de beleza feminina combina o aspecto físico com a inteligência

Sakina assistia às sessões do conselho de notáveis e reunia poetas em casa. Era extravagante e elegante. O seu penteado não só era copiado por outras mulheres, como também pelos homens, a tal ponto que um califa escandalizado teve que ordenar à sua "polícia" que rapasse a cabeça de quem assim o fizesse. O penteado era chamado *As-sukaynia*.

A habilidade de Sakina como poetisa e crítica de poesia levava os intelectuais da época a citarem com frequência os seus comentários irónicos ou apreciações incisivas. As "estrelas" das primeiras décadas da poesia islâmica não escapavam do seu es-

Abd Al Malik Ibn Marwan (o mesmo que se tinha negado a condenar o seu pecado de desobediência), este pediu-a em casamento. "O assassino do meu marido nunca me possuirá", respondeu Sakina ao príncipe assombrado.

Quem se casasse com uma beleza árabe no primeiro século do islamismo tinha como certo que esta seria rebelde. De maneira que a ninguém causava surpresa o facto de Sakina repudiar nos seus contratos matrimoniais as cláusulas sobre poligamia e obediência que nos nossos dias são aplicadas pelos *imãs*. Aos fiéis muçulmanos de hoje, analfabetos na sua maioria, fazem leitu-



Os imãs ao serviço da classe dominante fazem leituras subjectivas da lei corânica aos seus fiéis, na maioria analfabetos

ras subjectivas da lei e da tradição sagrada. Sakina e outros modelos de feminilidade com objectivas lutas pela dignidade foram apagadas da memória islâmica por *imãs* parciais ao serviço das classes dirigentes.

Sakina ficou célebre como esposa rebelde pelas condições que impôs no seu casamento com Zayd. A neta de Maomé estipulou que o marido não tem direito a outra esposa, não pode impedir que aja segundo a sua própria vontade, deixará que ela viva perto da sua amiga Ummu Manchuz, não procurará nunca contrariar os seus desejos...

Quando o marido um dia decidiu contrariar a vontade de Sakina e passou um fim-de-semana com as suas concubinas, a esposa levou-o aos tribunais e diante do juiz de Medina gritou-lhe: "olha bem hoje, pois nunca mais me verás!"

Esse direito da mulher islâmica a rebelar-se contra qualquer artigo da lei matrimonial que considerasse indigno ou degradante era praticado pelos nossos ancestrais mas foi totalmente eradicado da memória dos legisla-

dores e juizes civis dos nossos dias.

Sue Ellen de "Dallas" A beleza dos transnacionalizados

"As mulheres de 'Dallas' — diz Gloria Emerson na *Vogue*, a revista por excelência da imagem feminina "moderna" — nunca estão ocupadas de dia e estão sempre bem vestidas de noite. Sue Ellen é a vítima preferida de J. R.. É constantemente humilhada pelo marido ou tratando de se recompor, em vez de partir de vez com o seu filho. Com o seu rosto voluptuoso e vazio, andar indiferente, as suas tentativas de cobrir J. R. de insultos, Sue Ellen encontra uma audiência própria além de seguidoras."

Porém, quem precisa de uma mulher como Sue Ellen, vazia, ociosa, aborrecida e chata? Segundo a CBS, é o melhor partido para um esposo importante e ocupado. William K. Stevens escreveu no *New York Times* que esse marido, conhecido mundialmente pelas iniciais J. R., é "o homem mais odioso da televisão, uma víbora sorridente, um homem tão baixo, tão sórdido, tão

ignóbil, tão diabólico que faz as delícias de 250 milhões de espectadores em todo o mundo. É um fenómeno".

Os valores dos tecnocratas

Mas, o que tem a ver esse herói criminoso de "Dallas", a capital do Texas, "o último baluarte da livre empresa individualista", com os tecnocratas que orientam, sem nenhum controlo popular, as televisões árabes e impõem os seus desejos e aspirações como se fossem opções nacionais?

Porque escolhe um funcionário islâmico encarregado de seleccionar programas para a TV estatal esse casal como produto cultural?

Já vimos que esse funcionário não está interessado em lucros, já que a televisão é financiada pelo Estado. A única explicação possível é, então, que esses tecnocratas e o aparelho de poder que os apoia e controla compartilhem dos valores e motivações que "Dallas" expressa.

O herói manipulador e corrupto de "Dallas" não é desconhecido nos círculos de poder árabes em geral e da tecnocracia petrolífera em particular. Os homens e mulheres que a bonança petrolífera promove como modelos desde os anos 70 não são pessoas honestas, trabalhadoras e educadas, mas servís, submissos e materialistas até à medula.

A expansão da prostituição entre as mulheres dos bairros-de-lata de Casablanca, Cairo ou Túnes ao serviço de magnatas do petróleo foi uma das consequências "culturais" do boom petrolífero. Um tabu hipócrita esconde, atrás de um manto de silêncio, este fenómeno, que expressa a essência da plutocracia actual das sociedades árabes: o dinheiro é um mérito desejável em si mesmo e o consumismo é o código de conduta do sistema.

Que uma mulher burra seja considerada formosa é revelador

tipo de homem que anda dela: alguém que se sente confortável com coisas do que ideias, o que em termos psicológicos se denomina de fetichista. O fetichismo é o consumo levado a extremos patológicos. Forçar as mulheres a serem idiotas como preço para alcançar a beleza é rebaixar o ser humano à condição de objecto. O homem que desfruta consumindo essa beleza feminina deteriorada e desconectada do objecto é, seguramente, um consumista.

A mesma plutocracia que cria esse ideal de feminilidade pressura os homens no seu direito de pensamento, expressão e liberdade de movimento. A violação dos direitos humanos no mundo árabe é tão comum que dá uma cultura do protesto e a prisão surgiu nos anos 80.

Em países onde "Dallas" é exposto como um paradigma cultural sobre os telespectadores, milhares de jovens se reúnem em Beirute ou Rabat para estudar os seus poetas profetas, e falam sobre como se sentem em seus sonhos na sua própria terra. Quando Mahmud Darwish, o destino sempre emigrante, exprime esse sentimento como árabe numa terra árabe, milhares de versos de Casablanca repetem os versos como próprios, embora o seu país não esteja ocupado por uma potência estrangeira: *Oh, meu suicídio!*

*ininterrupto,
fica no cume do sonho/
e luta!
Esta época não é a minha
Este país não é o meu, não
Este corpo não é o meu, não.*

na espada de dois gumes
Os ideais de beleza feminina são inocentes. Expressam valores subliminares e forças que habitam nas profundezas das mentes do poder. Conceitos que podem ser expostos, desnuda-

dados, porque estão em total contradição com o sentimento do povo que essas elites governam. Para poder passar "Dallas" numa televisão estatal, os tecnocratas árabes têm que se declarar altamente islâmicos, de forma a esconder o que tão nitidamente revelam as suas opções culturais.

Mas, proclamar o Islão é uma espada de dois gumes. A escolaridade em massa e o crescente peso da juventude nas sociedades levam novos cidadãos a substituir da cena os seus pais iletrados. Descodificar o Islão é prerrogativa de cada homem ou mulher muçulmano, e assim como a opressão começa com o estabelecimento de um monopólio sobre a interpretação dos escritos e da tradição islâmica, é bem possível que finalmente Sakina Al Hussein, hoje apagada da nossa tradição, esmagada pelas damas de "Dallas", encontre o seu caminho para a luz. E tem mui-



Os "enlataados" norte-americanos ferem o sentimento islâmico

tas possibilidades de se tornar um modelo de feminilidade num país árabe democrático que não confunda força com posse fetichista nem dignidade com ostentação. ●

cadernos do terceiro mundo

Assinaturas

Portugal

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Espanha (12 números) 900\$00

Estrangeiro — Anual (12 números) por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe — 23 dólares USA,

Restantes Países 28 dólares USA

Notas de Comunicação

ESTADOS UNIDOS:
PROTESTO DE JORNALISTAS
REAVIVA POLÊMICA



A recente participação de jornalistas num protesto em frente à sede da embaixada da África do Sul em Washington reabriu uma antiga controvérsia no país sobre se esses profissionais devem ou não expressar publicamente a sua opinião política.

A maioria dos principais jornais e agências de notícias norte-americanos recusam a participação dos seus repórteres em actos políticos. O nosso código de ética escrita proíbe os empregados da Redacção de participarem em protestos, assinar petições ou usar distintivos partidários", disse Richard Harwood, editor-chefe adjunto do jornal *The Washington Post*.

A manifestação em frente à embaixada sul-africana em Janeiro passado, não foi apenas contra o sistema de *apartheid* mas também "contra a ausência de uma imprensa livre naquele país", declarou Gwen McKinney, directora da Associação Nacional de Jornalistas sobre o Terceiro Mundo. E acrescentou: "os jornalistas objectivos, talvez mais do que qualquer outro profissional, têm a obrigação de defender a verdade".

A atitude da imprensa norte-americana em geral em favor da "observação imparcial desenvolveu-se com o aparecimento dos serviços telegráficos de notícias no final do século passado. Até então, os jornais tomavam parti-

do abertamente. O que se iniciou como uma necessidade comercial evoluiu até se tornar uma norma profissional.

São poucos os editores norte-americanos que, como Victor Navasky, editor do semanário liberal *Nation*, mantêm uma posição diferente em relação ao activismo político dos seus repórteres: "somos um jornal de opinião e estimulamos os nossos empregados a informarem-se e tomarem partido", disse ele.

SATÉLITE DE BAIXO CUSTO PARA A COMUNICAÇÃO RURAL

Um instituto canadiano de pesquisas em comunicações, auxiliado por engenheiros britânicos, japoneses, alemães federais e norte-americanos, demonstrou que um pequeno satélite de baixo custo pode revolucionar a comunicação rural.

O projecto pode ser de grande ajuda nos esforços de desenvolvimento que os países do Terceiro Mundo fazem, segundo ficou exposto numa conferência sobre telecomunicações realizada no Havai.

"O sistema do satélite foi projectado para aumentar a qualidade, velocidade e exactidão da informação transmitida de e para dentro dos países em desenvolvimento", disse Richard Kerr, da Inter Pares, uma das agências de desenvolvimento que financiam o projecto.

Ele acrescentou que várias agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições terceiro-mundistas estão interessadas no uso desse novo satélite.

"Este — concluiu Kerr — é um exemplo do uso apropriado da alta tecnologia. O nosso objectivo é ajudar para que povos de áreas distantes, como Bangladesh ou Etiópia, por exemplo, possam comunicar melhor dentro do

seu próprio território e com o resto do mundo".

BOLÍVIA: JORNALISTAS E EMPRESÁRIOS DISCUTEM LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os jornalistas bolivianos rechaçaram um comunicado dos proprietários de jornais e estações de rádio, a quem acusaram de confundir liberdade de imprensa e informação "com liberdade e impunidade empresariais".

O "Acordo Imprensa-Rádio", que congrega os empresários do sector, publicou no início do mês passado, um comunicado no qual afirma que as empresas jornalísticas que divergem do governo boliviano se acham seriamente ameaçadas.

O pronunciamento dos donos de empresas foi motivado pelo anúncio governamental de que corriam acções judiciais no sentido de resgatar grandes dívidas ao Estado por parte da empresa que edita o jornal *El Diario*, um matutino de tendências direitistas.

Já a Federação dos Trabalhadores da Imprensa, organização que agrupa os jornalistas do país, afirmou que a posição dos proprietários engloba uma "campanha de desnaturalização e manipulação dos princípios de informação e opinião".

A entidade nacional dos jornalistas afirmou que as liberdades de imprensa e de expressão vigoram no país de forma plena, como resultado da recuperação do sistema democrático em Outubro de 1982, obra dos trabalhadores e do movimento popular.

"Daf — dizem os jornalistas — que seja indigno que os cerceadores das liberdades e cúmplices das ditaduras, procurem agora deformar a realidade, quando na verdade o que fazem é defender os privilégios para continuarem a explorar os seus trabalhadores."

CETOP — POR UM ENSINO MELHOR

PROFISSÕES QUE HOJE LHE OFERECEM MAIS POSSIBILIDADES

DE ÊXITO Escolha a sua e nós o ajudaremos a progredir



DESENHADOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Um Curso técnico-prático, que lhe dá os conhecimentos necessários para desenvolver uma profissão com importantes perspectivas futuras



ENCARREGADO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Um Curso pensado para formar profissionais com recursos técnicos numa das áreas com maior oferta de trabalho



DECORAÇÃO

Curso organizado de uma forma muito completa, que lhe irá possibilitar em pouco tempo tornar-se num profissional desta matéria



CONTABILIDADE

Um Curso que lhe permitirá a breve prazo entrar a fundo nos meandros da contabilidade, tornando-o num profissional muito competente



SECRETARIADO-GERAL

Conheça a fundo todos os serviços que poderá ocupar no escritório de qualquer empresa pública ou privada



SOLDADOR

Curso concebido para uma formação completa nesta técnica, preparando-o para todo o tipo de trabalhos de soldadura.



INSTALADOR ELECTRICISTA

NOVO

Aprenda todos os segredos sobre instalações eléctricas de todos os tipos, montagens e reparações de maquinaria e aparelhagem eléctrica



MECÂNICO DE AUTOMÓVEIS

Tudo o que necessita saber sobre a mecânica auto, a sua reparação, afinações e testes



ELECTRICIDADE DO AUTOMÓVEL

Uma especialização para melhorar ainda mais os conhecimentos que um bom profissional deve possuir



PUERICULTURA

NOVO

Um moderno Curso, ideal para quem deseje especializar-se no cuidado e educação de crianças



PSICOLOGIA

Um Curso actual, que lhe proporciona amplos conhecimentos sobre as leis essenciais do comportamento humano



INGLÊS

Aprender este idioma é a forma de se poder actualizar culturalmente e também uma ajuda para conseguir um melhor emprego

OUTROS CURSOS

- DESENHADOR INDUSTRIAL
- DESENHO ARTÍSTICO
- PORTUGUÊS
- SECRETARIADO DE ADMINISTRAÇÃO
- ELECTRICISTA PRINCIPAL
- CORTE MODERNO
- A publicar brevemente
- MESTRE TORNEIRO
- TÉCNICO MECÂNICO
- MECÂNICO DE MOTORES "DIESEL"
- LOCALIZAÇÃO DE AVARIAS DO AUTOMÓVEL

O CETOP dá-lhe um CERTIFICADO de GARANTIA

até que termine o seu Curso

ENVIE HOJE MESMO ESTE CUPÃO OU

926 06 57
FALE COM
LUIÇA MORAIS

PEDIDO DE INFORMAÇÕES GRÁTIS E SEM COMPROMISSO

Sr. Director: desejo que me envie, com a maior brevidade possível, informações sobre o Curso ou Cursos de:

Nome: _____
Morada: _____

Cód. Postal: _____ Localidade: _____
Telefone: _____ Idade: _____

Profissão: _____
Empresa onde trabalha: _____
Telefone: _____

REF* 33 TMM

CETOP

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL À DISTÂNCIA
Apartado 7
2726 MEM MARTINS CODEX

40.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA 2.ª GUERRA MUNDIAL E DA VITÓRIA SOBRE O NAZI-FASCISMO

E. Kulkov, O. Rjechevski,
I. Tchelichev

A VERDADE E A MENTIRA SOBRE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL




PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO
edições
Avante!

Revelar objectivamente e de modo global as causas e o carácter da Segunda Guerra Mundial, o conteúdo dos acontecimentos mais importantes, apreciar justamente os seus resultados e as suas lições, é simultaneamente uma importante advertência àqueles que hoje brandem as armas nucleares, ameaçando precipitar a Humanidade no pântano de destruição ainda maiores.

edições


CONHECER A GUERRA PARA DEFENDER A PAZ

Relatório sobre o processo de paz

Uma retrospectiva histórica da guerrilha colombiana, com uma análise do actual momento político feita pelo comandante Navarro Wolf, um dos dirigentes do M-19

Horacio Verbitsky



Eliécer Gaitán, ferido de morte, agoniza junto aos seus companheiros

De Bolívar a Rojas Pinilla

A violência na Colômbia é mais velha que a República. A árvore do desencontro nacional produziu no século passado o amargo fruto de nove guerras civis e a sua raiz mais profunda é a crueldade com que Bolívar e os espanhóis se atacaram na "guerra de morte". A república conservadora, de fazendeiros ricos, camponeses miseráveis e bispos hábeis em conciliá-los, entrou em crise na

década de 20 deste século. O presidente liberal Adolfo López Pumajero iniciou, nos anos 30, as reformas capitalistas, com industrialização dependente, investimentos estrangeiros e sindicalização operária. Quando as massas se mobilizaram na década de 40, o caudilho populista Jorge Eliécer Gaitán, com a sua oratória de pequeno-burguês progressista, produziu a divisão liberal, sobre a qual os conservadores recuperaram o poder. O seu assassinato fez eclodir o *bogotazo*,¹ e o conserva-

¹*Bogotazo* é o nome com que passou à história a explosão de violência popular que tomou a capital colombiana durante vários dias em 1948 e que deu início a uma verdadeira guerra civil que durou mais de 10 anos e custou 200 mil vidas.

Não é gratuito que o personagem literário nacional da Colômbia seja o coronel Aureliano Buendía, que travou 32 guerras e as "perdeu todas", diz a jornalista Laura Restrepo, integrante da Comissão de Paz que negociou os acordos com as FARC, com o Movimento 19 de Abril (M-19), o Exército Popular de Libertação (EPL) e as Autodefesas Operárias (ADO). Também não é casual que para se referir à vida e à morte os colombianos recorram algumas vezes a Gabriel García Márquez, o único ídolo nacional. "Isto é Macondo", para explicar o inexplicável, isto é, o quotidiano. Em Macondo, sobreveio a paz, outro projeto que deve ficar por conta do realismo má-



Crianças em Bogotá festejam a assinatura dos acordos

O M-19 dá prioridade às grandes cidades

O M-19 resolveu dar prioridade ao trabalho político nas grandes cidades, ao contrário das FARC, que se concentram nas frentes rurais. As cidades escolhidas pelo M-19 para tentar a mobilização do povo são: Cali, Bogotá, Barranquilla, Medellín, Bucaramanga, Ibagué e Neiva.

Segundo os seus dirigentes, neste período, o trabalho em bairros é mais efectivo do que a tarefa classista. Activistas seus desempenham-se nas frentes estudantil, camponesa e sindical.

A experiência anterior do M-19 leva-o a considerar que o trabalho de classe é eficaz, mas lento no plano de mobilização, e dada a urgência criada pelo prazo de trégua por um ano, optaram pelo trabalho territorial, onde atingem também os operários, não enquanto proletários mas como habitantes de um bairro.

Cem militares saídos da estrutura clandestina guerrilheira levam avante essa tarefa de actividade legal. Enquanto *cadernos do terceiro mundo* entrevistava Antonio Navarro Wolf, dois militantes do M-19 foram detidos por distribuírem leite num bairro. A reportagem foi interrompida dez vezes, por chamadas telefónicas para delegacias, funcionários e jornalistas, até

dor Laureano Gómez, *El monstruo*, quis governar a Colômbia como Franco a Espanha. Em 1953, foi substituído pelo ditador Gustavo Rojas Pinilla, diante de cujo projecto peronista, a classe política superou os rancores entre liberais e conservadores, que entre 1946 e 1958 provocaram 300 mil mortos. A memória de todo o colombiano, a sua literatura e incipiente cinematografia estão repletas de corpos decapitados, ventres abertos que esguicham tripas amareladas, vinganças sem fim, êxodos e pranto.

O pacto entre Laureano Gómez e o liberal Alberto Lleras Camargo, que os colombianos conhecem como a Frente Nacional, garantiu a rotatividade de ambos os partidos na presidência entre 1958 e 1974, em períodos de quatro anos. As velhas guerrilhas liberais, dizimadas por Rojas Pinilla depois de uma trégua em que entregaram as armas, radicalizaram-se. Em 1954 haviam formado as FARC, que cinco anos depois receberam a influência ideológica cubana. Hoje têm 27 frentes que cobrem o país como manchas de leopardo. O M-19, que nasceu de uma cisão radical da ANAPO (Aliança Nacional Popular) em 1970, quando o já septuagenário Rojas Pinilla teve a sua

que os detidos recuperassem a sua liberdade. Isso dá uma ideia das dificuldades da conversão à actividade legal.

O M-19 aplica ao trabalho político a imaginação que o tornou famoso em operações militares, desde que se apoderou da espada de Bolívar. No carnaval de Barranquilla, dança-se a *guacherna*, denominação derivada de *guacho*, homem do povo. Nessa cidade, o M-19 mobiliza cerca de 25 mil pessoas convocando-as à noite pelos bairros com tambores e tochas, em actos aos quais dão o nome de *aguachernas*, um jogo de palavras entre o ritmo tradicional e a reivindicação dos moradores das áreas carentes para obterem serviço de água potável. Na fria e serena Bogotá, organizam festivais com violões. Em Cali, onde a lama cobre tudo na época das chuvas, o M-19 dirigiu a marcha dos pés enlameados: os manifestantes chegaram com os pés especialmente enlameados até ao interior do Palácio Municipal, para que os funcionários vissem as condições em que vivem quotidianamente.

Além destas formas de mobilização atípicas, o M-19 utiliza também na medida das suas possibilidades, os meios de comunicação de massas, com uma linguagem tranquila e um discurso comedido, que procura tranquilizar as pessoas e, assim, contrabalançar a mensagem da direita que tenta intranquilizar, agitando o fantasma da subversão.

ria impedida pela fraude eleitoral e se recusou convocar a mobilização do povo, procura criar focos porém fortes colunas móveis, o rudimento de um exército.

Turbay a Belisario

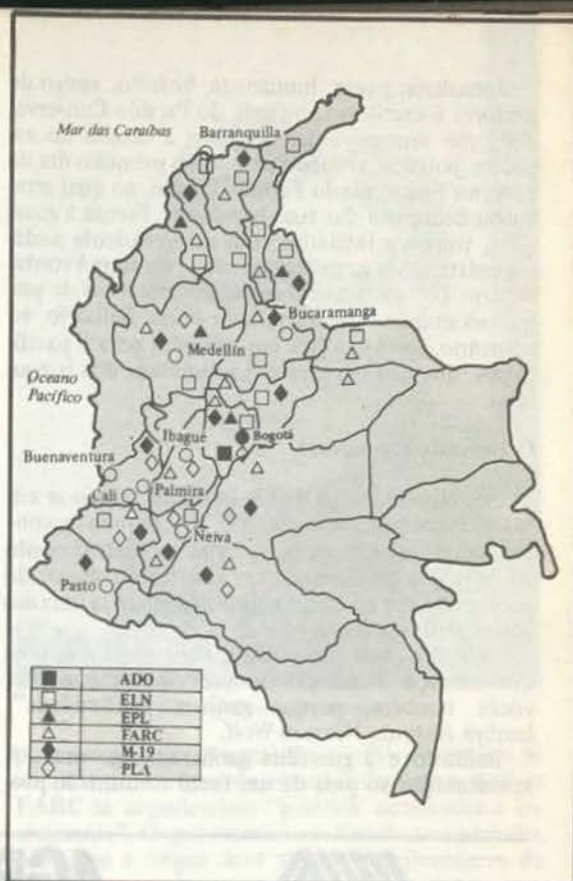
"Em 1981, o presidente liberal Julio César Turbay Ayala ofereceu uma rendição humilhante com entrega de armas, a que chamou amnistia", diz o chefe do Comando de Diálogo do M-19, Antonio Navarro Wolf. Os guerrilheiros iniciaram uma nova campanha militar, que culminou com o disparo de artilheiros contra o palácio presidencial para o imediato divulgarem a sua contraproposta: amnistia geral sem condições, fim do estado de sítio e diálogo nacional.

Eleito em 1982, o conservador Belisario Betancur "compreendeu que o extermínio não era o caminho da paz", explica a *cadernos do terceiro mundo* o presidente da Comissão Pacificadora designada por Belisario, John Agudelo Ríos. "Ele enviou ao Congresso uma lei de amnistia que perdoava, inclusive contra a sua vontade, todos os colombianos que tivessem cometido delitos contra as instituições. Milhares de colombianos foram perdoados, o que gerou óptimas condições para o diálogo. O presidente criou então uma comissão de paz, que eu presido, integrada por 40 pessoas, na qual cabem todos os matizes do posicionamento político colombiano. Lá se encontram conservadores, liberais, comunistas, socialistas, advogados, economistas, mulheres, jornalistas, sacerdotes, ex-intelectuais, é um mostruário do país, já que todos devem contribuir para chegarmos à paz".

Navarro Wolf admite que foi "uma amnistia ampla, que tirou do cárcere 300 combatentes, à excepção dos que cometeram o que o governo chama de assassinatos fora de combate. O efeito político foi excluir os comandantes das FARC, acusados de uma operação de duas décadas atrás em que mataram civis, e alguns comandantes da ADO, a quem se acusa pela execução de um ex-ministro em Bogotá. O governo tentou fazer crer ao país que esta amnistia era a paz. Num banquete realizado no Hotel Tequendama com enorme repercussão publicitária, Belisario afirmou que já havia conseguido tudo o que era possível. Traçou uma linha vermelha que não daria um passo a mais. Era o modelo venezuelano".

Mas na Venezuela a guerra havia terminado com a derrota da guerrilha...

— E aqui não. Por isso aquele projecto foi insucesso. Não estávamos derrotados, nem havíamos derrotado o governo. Não estávamos na situação da Venezuela, nem da Nicarágua. Não era suficiente nos perdoassem os nossos supostos pecados para dessem permissão para sair à rua, direito que



Com 1.138.914 km² de superfície, a Colômbia é atravessada de norte a sul pela Cordilheira dos Andes, dividida em três ramos: ocidental, central e oriental. Em 1980, a sua população ultrapassava os 27 milhões de habitantes de origem indígena, africana, europeia e mestiços. No mapa acima, podemos localizar (dados de Setembro de 1984, fornecidos pelo Ministério da Defesa) os redutos das principais forças guerrilheiras que operam no país

já possuíamos antes de chegarmos à luta armada. Era necessário convocar o país para um diálogo nacional para encontrar um novo caminho de transformações políticas, económicas e sociais.

Esta situação de equilíbrio militar em que nenhum grupo podia impor-se e que ao longo de três décadas havia provocado tantas baixas, fixava as condições objectivas para uma negociação. Belisario elaborou as subjectivas com virtuosismo: incentivou a criação do grupo de Contadora que conteve a intervenção norte-americana na Nicarágua e em El Salvador, ingressou no Movimento dos Países Não-Alinhados, reivindicou a unidade dos devedores latino-americanos diante dos bancos credores no Consenso de Cartagena, ofereceu-se como mediador entre o governo e a guerrilha salvadorenha.

Jornalista, poeta, humanista, boémio, amigo de pintores e escritores, o chefe do Partido Conservador, que sempre tinha ocupado a direita do espectro político, colocou-se desde o primeiro dia de governo à esquerda do Partido Liberal, ao qual arrebatou boa parte das suas bandeiras. Frente à guerrilha, tomou a iniciativa com surpreendente audácia política. Os guerrilheiros não se sentiam à vontade com Turbay, a quem enviavam propostas de paz que só eram respondidas com balas. Belisario, ao contrário, apontou-lhes um caminho para a pacificação, que pôs em crise a legitimidade dos irregulares.

O encontro em Madrid

Em Novembro de 1983, Belisario reuniu-se em Madrid com os dirigentes do M-19, num encontro secreto que se chegasse antes ao conhecimento da imprensa poderia não ter acontecido, diante do previsível veto militar, e cuja iniciativa cada uma das partes atribuiu à outra.

“Ele disse-nos claramente, aqui eu ganho, porque começo a avançar no processo de paz, mas vocês também, porque ganham legitimidade”, lembra Antonio Navarro Wolf.

Belisario e a guerrilha ganharam algo mais. A apresentação ao país de um facto consumado pro-

vocou as iras do ministro da Defesa, general Fernando Landázabal Reyes, que questionou abertamente a negociação. Betancur tomou uma atitude drástica e mandou-o ruminar a frustração em casa, o único lugar em que os militares reformados compartilham alguma cota de poder.

O sucessor de Landázabal Reyes, general Gustavo Matamoros, também não via com bons olhos um processo que para a direita recalcitrante equivale à bolchevização da Colômbia, mas depois de ver queimadas as barbas de Landázabal, pôs as suas de molho e comportou-se com mais prudência. Matamoros, fiel partidário da política de paz de Betancur, morreu no dia 5 de Janeiro passado, de cancro, aos 56 anos de idade, tendo sido substituído pelo general Miguel Vega Uribe.

Era um típico militar formado nos princípios da segurança nacional, que no entanto compreendeu as regras do jogo político propostas por Belisario. Quando duas dezenas de legisladores, entre eles muitos situacionistas, o convidaram para o pequeno-almoço, como parte de um projecto golpista, absteve-se de participar, e alertou o presidente, que denunciou os conspiradores. Na lista de licenças, promoções e reformas do fim do ano de 1984, congelou os “falcões” consolidando a política de pacificação.

Contudo, não se devem descartar os conflitos



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Cooperar e desenvolver

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa



Belisário: apontando o caminho da pacificação



Turbay: iniciativa corajosa

em torno do tema mais discutido da negociação: a entrega por parte do governo de que os guerrilheiros não entreguem as armas durante o ano de trégua (ver caixa).

Entre os guerrilheiros também não faltaram condições. A 28 de Março de 1984, as FARC receberam no seu acampamento, na selva de La Uribe, os negociadores do governo, e assinaram um *Acordo para assegurar a paz nacional*, de onze pontos, apesar da discordância do M-19 que pretendia levar adiante a negociação com o governo de forma conjunta com as FARC.

O seu líder é Manuel Marulanda Vélez, que segundo alguns é o nome de guerra de Pedro Antonio Marín, e segundo outros uma encarnação de profeta ("Tiro certo"). É conhecido indistintamente por qualquer um dos três nomes e distingue-se por ser o único colombiano que ignora, ou finge ignorar, que essa última denominação se deve à sua ascendência pontaria. É um camponês de 53 anos, com 36 de luta armada, responsável máximo pelos 10 mil guerrilheiros das FARC e membro do Comité Central do Partido Comunista da Colômbia (PCC), assim como o seu lugar-tenente Jacobo Arenas, o ideólogo da montanha. Porém, quem firmar com tanta clareza esta relação entre o PCC e as FARC, que nenhum colombiano ignora, desafiando as iras do octogenário líder comunista Hilberto Oyola, que conduz o partido há meio século.

O acordo de onze pontos firmado em La Uribe estabeleceu que quando uma Comissão Fiscalizadora, igualmente presidida por Agudelo Ríos, com-

provasse a suspensão real dos conflitos armados, se iniciaria uma trégua de um ano, durante a qual as FARC se organizariam "política, económica e socialmente". O que ocorreu em fins do ano passado, pelo que a trégua deve vigorar até Dezembro de 1985.

Ambas as partes suspenderam as hostilidades desde 28 de Maio do ano passado e o governo declarou no documento de La Uribe a sua vontade de emprender reformas políticas (garantias para a oposição, eleição popular de presidentes camarários, nova lei eleitoral, acesso aos meios de informação), económicas (reforma agrária) e sociais (melhorar a educação, a saúde, habitação, o emprego e facilitar a organização comunal, camponesa, cooperativa e sindical).

"Não se negociou ali nada que não fizesse parte do programa presidencial de Betancur", esclarece Agudelo Ríos, ex-ministro do Trabalho que, com paciência episcopal, foi desfazendo prevenções até chegar ao acordo.

Poderia dizer-se que o acordo de La Uribe é uma busca de ampliação da base política presidencial, para impor essas reformas contra sectores do seu próprio partido e do outro partido tradicional?

— Não creio. O que La Uribe expressa é um consenso nacional sobre esses assuntos, que se encontra nos dois partidos tradicionais. A reforma política, a reforma agrária, a reforma urbana, o pleno emprego, são aspirações de toda a institucionalidade da nação.

Pode afirmar-se que o presidente deduziu que a rigidez do sistema político e económico era perigosa para a sua estabilidade e que a sua permanência exigia a reforma e uma maior flexibilidade?

Podemos confundir-nos se não explicarmos antes que a Colômbia, ao contrário dos demais países americanos, viveu 160 anos sob um rígido bipartidarismo. Temos sido de impressionante fidelidade aos partidos conservador e liberal. Mas nos últimos dez anos surgiram expressões novas, um Partido Comunista que tem cem mil votos, um partido socialista, há democratas cristãos, sociais democratas, um novo pluralismo político que requer a abertura democrática para se expressarem

com os mesmos direitos e obrigações que os partidos tradicionais.

O acordo de La Uribe esclareceu também que só "as forças institucionais do Estado" defenderiam a ordem pública, ressalva imprescindível para tranquilizar os carrancudos militares. O texto promete por último, uma vez restabelecida a paz "perdão e esquecimento", ou seja indulto para os que não beneficiaram com a amnistia de 1982.

Diálogo Nacional

Quando se assinou o acordo de la Uribe com as

A plataforma das FARC

As FARC enviaram das montanhas uma carta a Belisario Betancur e ao parlamento, em cujos 18 pontos expõem a sua plataforma de abertura democrática e reforma política para lançar um movimento político nacional. Em síntese, as FARC e outros partidos e movimentos de esquerda encabeçarão a luta de massas visando:

1) Retorno ao debate civilizado e à abertura democrática, com livre exercício da oposição e acesso aos meios de comunicação;

2) Reforma das práticas políticas, para que nos assuntos do governo participem as grandes maiorias nacionais e não apenas os velhos partidos tradicionais;

3, 4, 5 e 6) Reforma eleitoral, para que os partidos com menos de um milhão de votos obtenham representação, as minorias tenham participação no aparelho burocrático do Estado, presidentes camarários e governadores surjam da eleição popular, e o município "seja elevado à categoria de célula viva da Nação";

7) A Reforma Agrária Democrática que deveria entregar "gratuitamente a terra aos camponeses que não a possuem, com base na confiscação dos grandes latifúndios improdutivos... O governo prestará ajuda técnica e mecanização aos camponeses para a exploração adequada das unidades económicas". Os bancos darão empréstimos a juros baixos e prazos longos, e haverá subsídios para o trigo e outros produtos que enfrentam a concorrência de países altamente industrializados, como os Estados Unidos;

8) Lei da Reforma Urbana que inclua um plano nacional de construção de moradias a

preço de custo, com prestações que não passem de 15% dos honorários ou salários dos usuários;

9) Controlo de preços com participação das donas de casa e sindicatos;

10 e 11) Abolição do IVA e redução de 50% para os pequenos proprietários dos impostos patrimonial, predial e de rendimento;

12) Reforma do ensino, com participação estudantil na condução das universidades e colégios, maior orçamento por conta do actual gasto militar e educação totalmente estatal e gratuita;

13) Reforma judicial. A justiça militar não poderá julgar os civis;

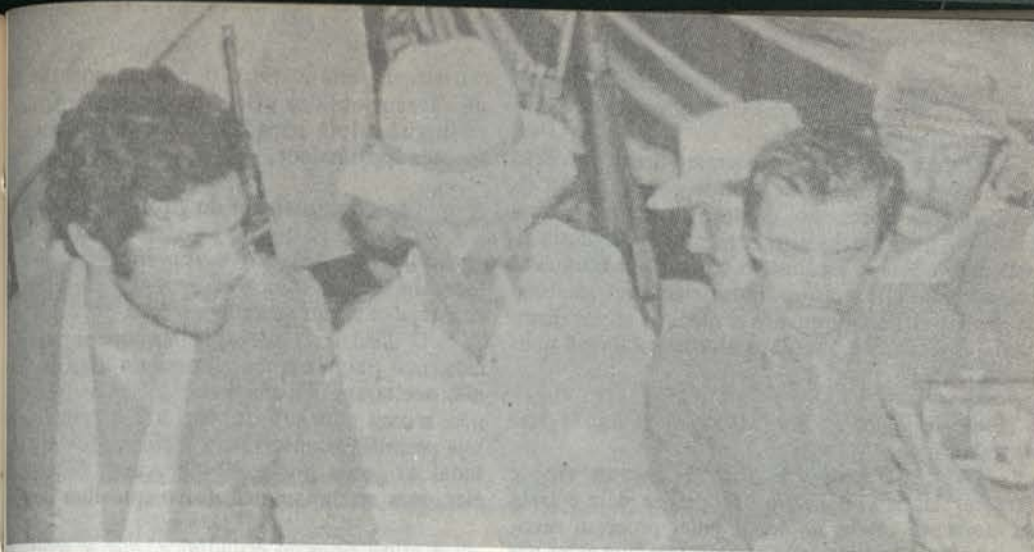
14) Reforma da Constituição de 1886, que deve dar lugar a outra moderna e democrática;

15) Mobilização de massas para nacionalizar as empresas e companhias estrangeiras, os bancos, o sistema financeiro, a Federação dos Produtores de Café e os transportes. Salários ajustáveis pelo custo de vida e redução de 40% nas tarifas dos serviços públicos;

16) Aplicação do programa agrário das FARC aprovado em 1964;

17) Política internacional sem ingerência do imperialismo yankee nem da doutrina norte-americana de segurança;

18) Pleno exercício das liberdades políticas e sindicais, supressão dos esquadrões da morte de inspiração mafiosa com comando e financiamento militar; retorno das tropas aos seus quartéis; ministro da Defesa civil; redução do orçamento militar; desmilitarização da vida colombiana; democratização das forças armadas; indemnização às vítimas da violência; julgamento dos torturadores e assassinos; prestação de contas sobre os desaparecidos; banimento da teoria de segurança que "converteu o Chile, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e quase todos os países da América do Sul e Central em pântanos de sangue".



A assinatura do acordo entre o M-19 e o governo provocou o júbilo popular

FARC sem incluir o "Diálogo Nacional" que o M-19 reclamava desde 1981, os guerrilheiros nacionalistas redobram a sua actividade militar. Ocuparam Florencia, a capital do departamento de Caquetá, Yumbo, o mais importante centro industrial do occidente colombiano, a 15 minutos de Cali. Finalmente, em Agosto, também o M-19 e o EPL assinaram acordos de cessar-fogo com a Comissão Agudelo, em Corinto e Hobo, onde ocorreram importantes manifestações de júbilo popular.

Engenheiro, 36 anos, especializado na Grã-Bretanha, Antonio Navarro Wolf abandonou uma posição de elite para juntar-se ao M-19. Magro, alívio, de pele corada e olhos alucinados, com alguns anos a mais e uma boa barba, poderia representar uma imagem perfeita do Quixote. Número 4 do M-19, é também dirigente do seu Comando Nacional de Diálogo. Entre as surpresas de acordo consta que Navarro Wolf tenha instalado seu alojamento e a sede de seu Comando de Diálogo nas luxuosas Residências Tequendama, no centro de Bogotá, pertencentes às forças armadas.

"O acordo que assinamos em Corinto é melhor do que o de La Uribe", diz Navarro Wolf. "Firmamos os mesmos compromissos que as FARC mas, em troca, o governo comprometeu-se a convocar um grande 'Diálogo Nacional' sobre reformas políticas, económicas e sociais, que é muito mais do que uma expressão subjectiva da sua vontade".

Desde a vitória de Fidel Castro em Cuba, todas as guerras americanas terminaram com a derrota ou o aniquilamento militar de um grupo: o socialismo na Nicarágua, as guerrilhas nos restantes países. Qual é a lógica da burguesia e qual a do M-19 que conduzem a esta inovação, que tanta influência pode ter no resto do continente?



— A oligarquia colombiana é muito capaz, ao ponto de manter os mesmos partidos do século passado, que são os instrumentos de dominação mais antigos e estáveis do continente. Aqui nem sequer houve movimentos de renovação, como o APRA peruano ou o peronismo argentino. Diante da luta armada revolucionária, a primeira resposta da oligarquia foi tentar o aniquilamento militar. Diante do seu fracasso e devido ao avanço da guerrilha para o centro do país, para as grandes cidades, começou a procurar mecanismos políticos para nos derrotar. Frente a Turbay e a sua doutrina de segurança nacional, nós tínhamos a iniciativa. Belisario recuperou-a para a oligarquia com o seu plano de paz, que faz parte de uma tentativa mais inteligente de nos derrotar politicamente.

Segundo a sua exposição, tanto Turbay como Betancur são expressões da mesma oligarquia.

— Claro.

Não representam sectores diferenciados? Vocês não fazem uma análise de classes sociais para ver o que cada um representa?

— Talvez sim. Turbay representa um projecto político e económico de grande concentração financeira. Belisario, ao contrário, diante do fracasso do neoliberalismo e da grande burguesia financeira, apoia-se em outros sectores da burguesia colombiana, em sectores industriais com um novo projecto político. Enquanto controla o sector financeiro especulativo, apoia sectores nacionais mais produtivos.

Essa é a lógica da burguesia e de Belisario para procurar a paz. E a vossa?

— A nossa proposta dos três pontos era de carácter tático. Belisario apropria-se dela e trata de mudar as regras do jogo. Num processo revolucionário, a legitimidade sempre tem que estar nas mãos dos revolucionários. Para promover esse processo, é vital que os grandes sectores nacionais percebam que temos razão, e que se lutamos com as armas pela transformação da Colômbia, é porque não nos deixam outro caminho. Lutamos contra o estado de sítio, o estatuto de segurança, os presos políticos e por uma solução negociada. Agora que há um governo que diz aceitar, devemos pressioná-lo através da mobilização democrática para afirmar essa mudança na correlação de forças e fazê-lo

ceder mais terreno. Se as transformações concretas não forem obtidas pela via pacífica, seguramente ressurgirá a luta armada, mas com uma nova e reforçada legitimidade.

A opinião do negociador do governo

Doutor Agudelo Ríos, os militares e outros sectores de direita fizeram objecções a que a guerrilha conserve as armas durante a trégua.

— O ideal teria sido uma paz com entrega de armas, mas para eles isso equivalia a uma rendição e não aceitaram. Tivemos que correr o risco. Quem não arrisca não petisca. Mas não é certo que lhes seja permitido conservá-las, inclusive foram aumentadas as penas por porte de armas. Fiquem com elas, mas escondam-nas, foi o que lhes dissemos.

A grave situação económica, que se reflecte numa redução dos investimentos públicos, não é um obstáculo perigoso para a consolidação do processo de paz? Como serão financiadas as reformas estipuladas?

— É um obstáculo, mas não perigoso. A característica do processo revolucionário da Colômbia é que não é formado por *montoneros*, mas por gente da Universidade. Nos grupos armados há muitos médicos, advogados, sociólogos, filósofos, economistas, veterinários. Não é difícil para um

Os desaparecidos

□ Segundo o procurador-geral da República colombiana, general Carlos Jiménez Gómez, os desaparecidos no país são 150 e segundo o Comité Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos, são 325, entre 1981 e 1984. Qualquer que seja o número que se aceite, é evidente que a sinistra metodologia aplicada no Vietname e na Argentina, no Peru e no Chile, também se instalou na Colômbia.

Em Fevereiro de 1983, o procurador-geral tinha revelado os nomes de 163 pessoas envolvidas nas actividades do grupo ilegal "Morte aos Sequestradores" (MAS), que na Colômbia se diz ser financiado por grandes criadores de gado. Nessa lista que comoveu o país, havia 59 militares da activa. Os mais conhecidos eram os coronéis Darío Velandia Hurtado e Emilio Gil Bermúdez, além dos majores Alejandro Alvarez Hebao e Carlos Meléndez Boada.

Num comunicado, que ele assinou com os sete juízes de instrução que investigaram o caso, o procurador Jiménez afirmou que a acção correspondia à justiça comum, devido à natureza dos delitos.

No entanto, o Tribunal Disciplinar atribuiu a competência à justiça militar, onde em quase dois anos não ocorreram novidades. No final de 1984, o procurador Jiménez divulgou um relatório em que ratificou que os desaparecimentos podiam ser atribuídos a "pessoas ao serviço dos aparelhos de segurança do Estado e, concretamente, da polícia e do exército nacional". No entanto, acrescentou que isso se deveu à "inoperância dos meios de controlo e vigilância" e não a "uma política das organizações armadas do Estado". O procurador opinou que os factos denunciados não comprometiam moralmente as instituições e que nunca foram aprovados pelos seus comandos nem pelas autoridades da nação, e recomendou intensificar os controlos para evitar esses factos de "livre iniciativa, autonomia e prepotência".

Também incriminou o MAS e acrescentou que a sua denúncia pública de Fevereiro de 1983 tinha "cortado uma das raízes do mal, a



Familiares de desaparecidos: exigindo novas averiguações para esclarecer os fatos

...po intelectual tão gabaritado entender que não
podemos passar dos 160 anos de subdesenvolvi-
mento para o desenvolvimento em um ano e por
... à paz. Sabem que estamos a iniciar um ca-
...ho e que existem grandes dificuldades.

Resta a Belisario um ano e meio de mandato.
paz continuará com Alvaro Gómez, o filho de
Laureano,² ou com os candidatos liberais Virgilo
... ou J. Emilio Valderrama, que não apoiam
... processo?

... presença de apoio institucional a que de-
... sua fachada de estrutura nacional". No
... entanto, declarou que a decisão do Tribunal
... Disciplinar, ao declarar a competência dos tri-
... buais militares, "significou elevar esse tipo de
... delinquência em 'actos de serviço' ". Disse
... também que dessa forma se reforçou a "menta-
... lidade de justiça privada que ainda persiste".
... Nesse segundo relatório, Jiménez responsa-
... bilizou também os "bandos guerrilheiros"
... por desaparecimento em áreas rurais e ata-
... cou-os pela imposição de tributos for-
... çados a criadores de gado e agricultores. Para
... eles, carecem de autoridade moral para falar em
... direitos humanos.

A Associação de Familiares de Desaparecidos
... qualificou de incompleto o segundo relatório da
... procuradoria, e exigiu novas averiguações para
... esclarecer os factos. O Comité Permanente pelos
... Direitos Humanos entregou uma lista com 325
... desaparecidos, com nome, sobrenome, data e
... circunstância. No seu relatório de 1984, a
... Amnistia Internacional mencionou o desapare-
... cimento de pelo menos 80 prisioneiros em 1983,
... aplicação de torturas e, no mínimo, 300 exe-
... ções clandestinas "que parecem ser realizadas

— A guerra não termina como no futebol, com
um apito e o chuveiro. É um processo longo, e Be-
lísario jogou todo o seu prestígio pela paz. Cada
vez há mais gente convicta disso. Percorri o país e
ouvi o povo. Um candidato que não se compromete
com a paz não será eleito. Há coisas que estão
para além da vontade individual.

²Laureano Gómez, um dos dirigentes conservadores,
foi eleito presidente em 1949, governando um período de
sangrenta agitação política. Foi deposto em 1953, por um
golpe militar encabeçado por Rojas Pinilla.

como política por alguns sectores do exército
colombiano".

O ministro da Justiça, Enrique Parejo Gon-
zález, garantiu que o Estado procuraria a aplica-
ção das penas mais severas aos responsáveis por
assassinatos. "Se os responsáveis estão ou esta-
vam investidos de autoridade, é lógico que as
penas têm que ser ainda mais severas. Nenhuma
tolerância cabe diante do delito. E muito me-
nos com relação às formas de delinquência que
comprometem seriamente a rectidão com que
devem actuar as autoridades que estão instituí-
das exactamente para proteger a vida das pessoas
e não para sacrificá-las, mesmo com o pretexto
de servir os interesses da comunidade".

Dias depois de divulgar o seu segundo rela-
tório, a Procuradoria recebeu o depoimento
de Florentino Osorio Salinas, sobrevivente de
um fusilamento clandestino ocorrido em 1981
em Caquetá. Guiados por ele, os funcionários
da Procuradoria desenterraram os restos de
quatro executados por forças militares.

O procurador, com a ajuda da Amnistia In-
ternacional e dos organismos de direitos huma-
nos, organizou jornadas de escavação que per-
mitiram encontrar nove outros cadáveres.



Carmena Press

"Quando a repressão aperta, a mobilização é pouca"

(Navarro Wolf constata também que o diálogo tem ultrapassado as fronteiras partidárias e produzido um realinhamento de forças. "Cremos — diz ele — que o fim do bipartidarismo chegou. Isto não quer dizer que os partidos conservador e liberal devam desaparecer. Mas já não podem ser as únicas opções. O artigo 120 da Constituição de

1957, que estabeleceu o pacto entre os partidos tradicionais, também determinou que apenas liberais ou conservadores podem ser funcionários públicos. Isso já é insustentável na Colômbia de hoje".)

Mas a reforma deveria ser feita pelo próprio Congresso. Acredita que os dois partidos farão o "harakiri" no Parlamento?

— Esse é o grande problema. Nós respeitamos a obrigação do Parlamento legislar, sempre que o faça com eficiência e rapidez sobre os temas do "Diálogo Nacional". Mas, no fundo, sabemos que não o fará, porque há um espólio de dois milhões de empregos públicos de que nem os conservadores nem os liberais querem abrir mão.

E então?

— Para nós, o fundamental é aprofundar o "Diálogo Nacional". Na Colômbia só 50% do eleitorado vota. Desses 50%, cerca de 30 ou 35% correspondem às máquinas partidárias, e 15 ou 20% não pertencem aos partidos tradicionais e só votam por convicção democrática. A nossa intenção é trabalhar sobre esses 15 ou 20% não-vinculados aos partidos tradicionais e sobre sectores abstencionistas, desenvolvendo as reivindicações de melhorias económicas e sociais inadiáveis. E se, uma vez concluído o "Diálogo Nacional", o Parlamento se negar



Fundada em 1930



A FOC ESTÁ PRESENTE NA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO DA EMPRESA ANGOLANA DE INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO METÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIEDADE FABRIL DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO DE ANGOLA, S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IMPORTANTES EMPREENDIMENTOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO • EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO
 • EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES • MOBILIÁRIO DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL

transformar em leis o que tiver sido estabelecido por acordo, pressionaremos então através da mobilização popular para que se realize um plebiscito.

frente de esquerdas?

"Esse movimento democrático que romperá o monopólio do bipartidarismo", segundo Navarro, "deverá incluir a esquerda, mas não pode restringir-se a ela, como pretendem as FARC. A esquerda é muito limitada em termos eleitorais, não creio que chegue nem aos 5%. Se nos organizarmos numa frente das esquerdas estaremos eliminados à saída. É fora da esquerda, com a participação de um movimento democrático que agregue os marginais e os não-comprometidos com

forma política. É esse o sentido do nosso Programa de Emergência Nacional. Mobilizar as pessoas na luta pela água, terra, salários, habitação, transportes, serviços públicos, e claro, também pelas reformas políticas que consolidem tudo isto.

(O M-19 já proclamou o seu candidato presidencial, o número 1, Ivan Marino Ospina, apelidado de "Felipe González". Mas o movimento parece mais interessado na mobilização reivindicativa do que nas eleições e na reforma superestrutural.)

Aqui vocês não têm armas. E estão alojados num edifício de propriedade das forças armadas. Não temem uma armadilha?



Carabineros colombianos: a repressão que amedrontou o povo



A participação eleitoral na Colômbia é de apenas 50% do eleitorado

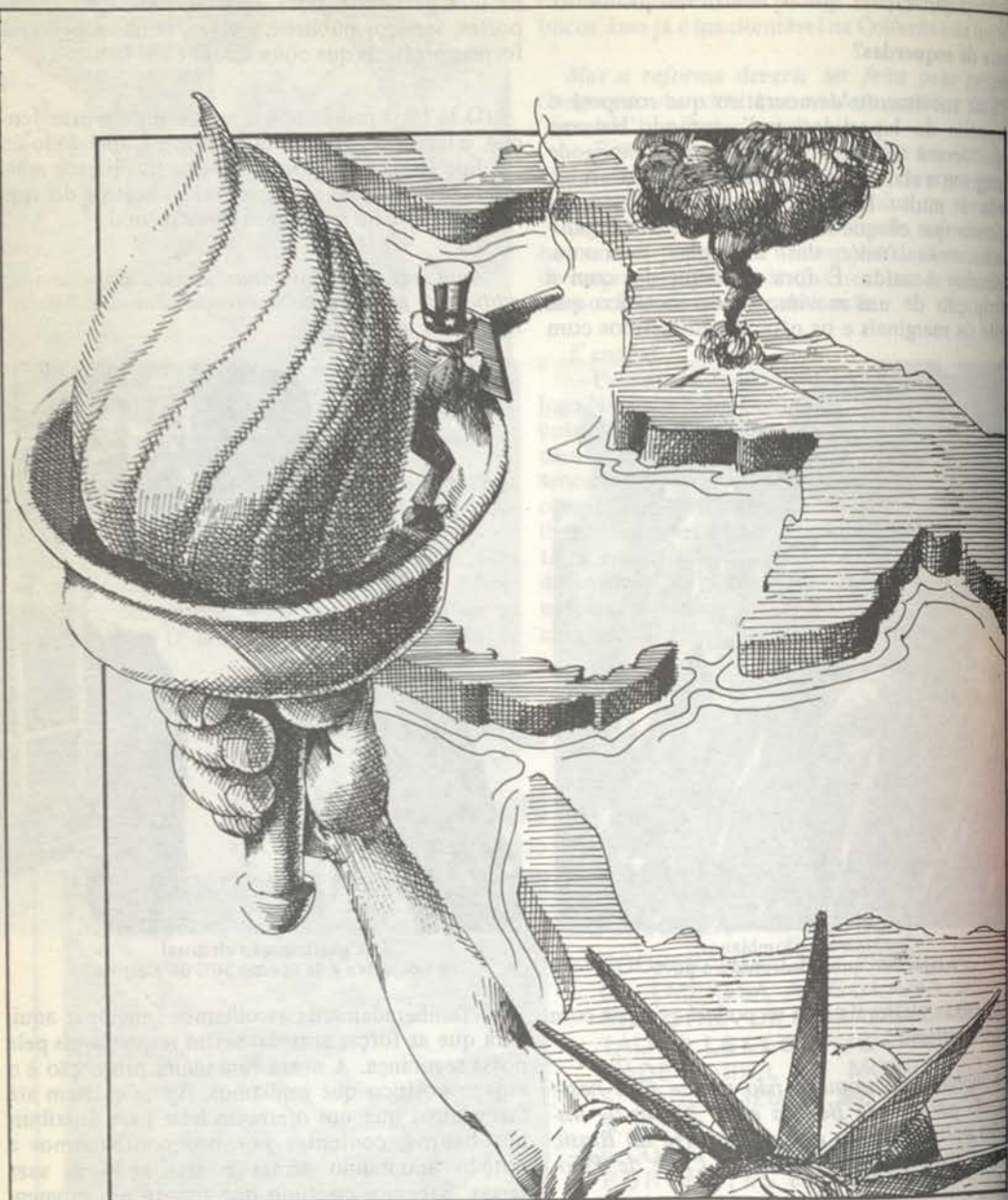
máquinas eleitorais que se poderá romper com o bipartidarismo".

A mobilização popular não parece fácil neste país. As paredes de Bogotá estão limpas de insurreções políticas, coisa que não ocorre no Brasil, Argentina, nem sequer no Chile de Pino-

chet. É um facto que quando a repressão aperta, a mobilização é pouca. É necessário que afrouxe um pouco que haja mobilização. Além disso, ela é de um nível político, em torno de coisas muito concretas e imediatas. Por isso, acreditamos que para mobilizar as pessoas o tema não é as reformas políticas, mas as sociais e económicas mais imediatas que são as que depois darão sustentáculo à re-

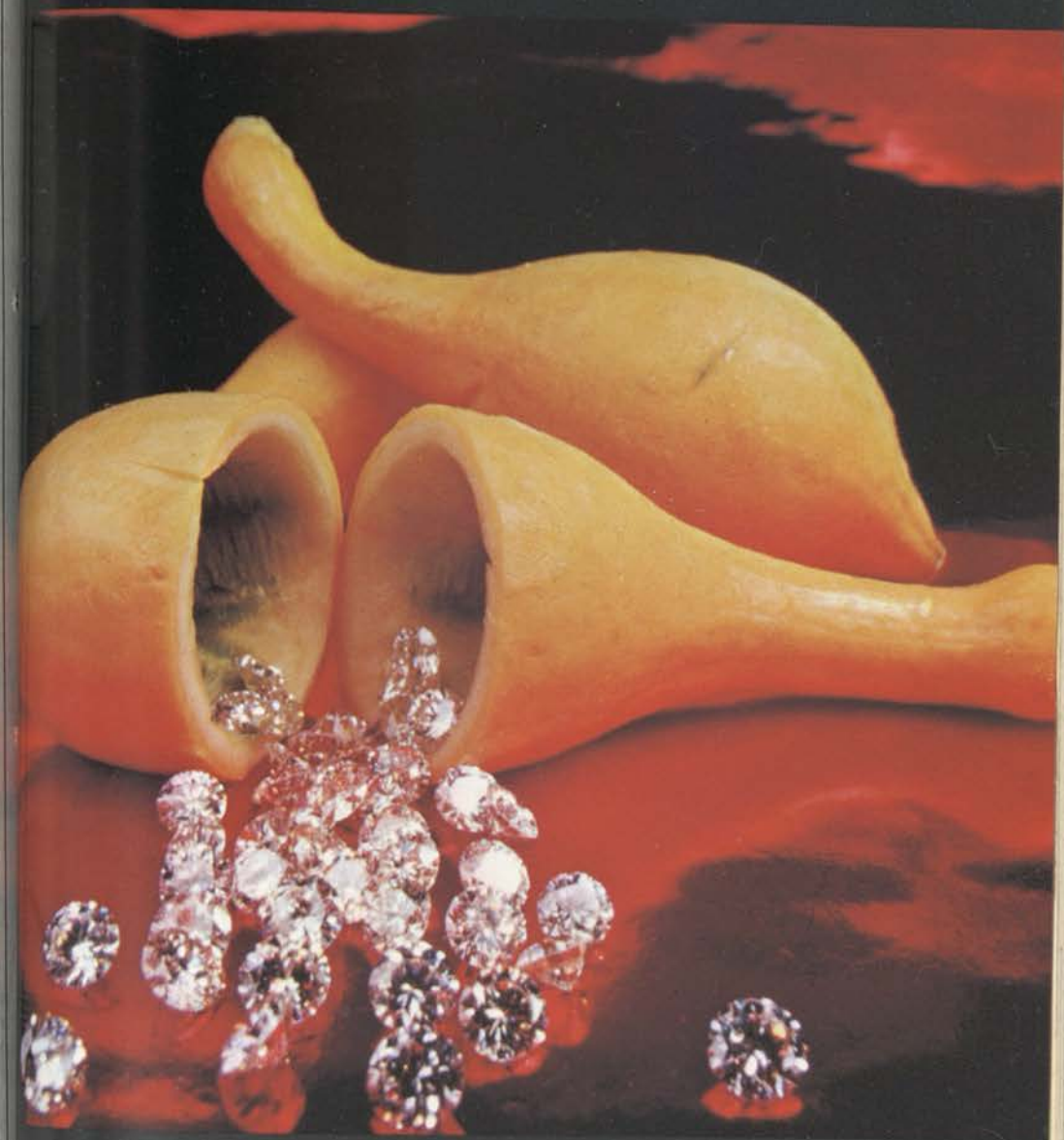
— Deliberadamente escolhemos funcionar aqui, para que as forças armadas sejam responsáveis pela nossa segurança. A nossa verdadeira protecção é o espaço político que ganhamos. Agora existem até fazendeiros que nos oferecem leite para distribuir nos bairros, contentes por não continuarmos a obtê-lo apontando armas e assaltando as suas terras. Sabemos contudo que haverá um momento crítico, quando crescer o conflito social e a mobilização popular tiver superado as estruturas oligárquicas. Já aconteceu em El Salvador, onde nesse momento liquidaram toda a liderança revolucionária. Mas não sei se percebeu que o único membro da direcção que está abertamente no "Diálogo" sou eu. Os restantes comandantes não estão disponíveis para a armadilha.

Humor

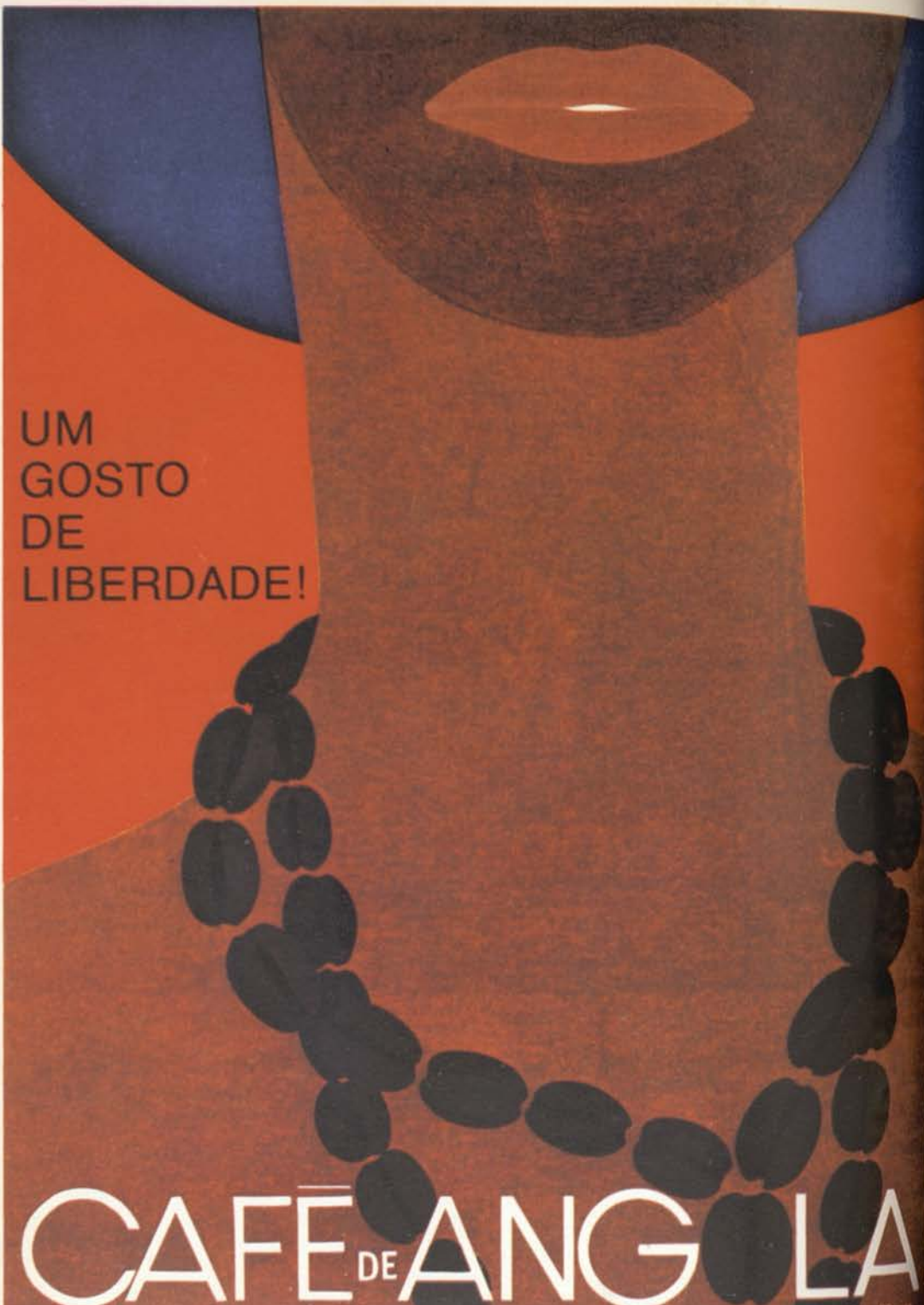


Yangelis Faulicis '83

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Tel. 73671 2/3 CP. 282
Teleg. IN CAFF LUANDA